



MENSAGEM À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
EXERCÍCIO 1973
ADMINISTRAÇÃO ENGº EUCLIDES TRICHES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

Engenheiro EUCLIDES TRICHES

VICE GOVERNADOR DO ESTADO

Economista EDMAR FETTER

GABINETE DO GOVERNADOR

CASA CIVIL - CHEFIA: *Deputado VICTOR FACCIONI*
Secretário de Estado Extraordinário
para Assuntos da Casa Civil

CASA MILITAR - CHEFIA: *Ten. Cel. ODILON CAMARGO*

CONSULTÓRIA GERAL DO ESTADO
Bel. ORLANDO GIRALDI VANIN - Consultor Geral

ASSESSORIA ESPECIAL DO GOVERNADOR

CHEFIA: *Econ. GUILHERME SOCÍAS VILLELA*
Secretário de Estado Extraordinário

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCURADOR GERAL: *Bel. LAURO PEREIRA GUIMARÃES*

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETÁRIO: *Ten. Cel. MAURO COSTA RODRIGUES*

SECRETARIA DA AGRICULTURA

SECRETÁRIO: *Econ. EDGAR IRIO SIMM*

SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

SECRETÁRIO: *Econ. EDSON BAPTISTA CHAVES*

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

SECRETÁRIO: *Prof. CARLOS VERÍSSIMO DE ALMEIDA AMARAL*

SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETÁRIO: *Econ. JOSE HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS*

SECRETARIA DO TURISMO

SECRETÁRIO: *Bel. ROBERTO EDUARDO XAVIER*

SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

SECRETÁRIO: *Eng. HENRIQUE ANAHATE*

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

SECRETÁRIO: *Cel. PAULO NUNES LEAL*

SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

SECRETÁRIO: *Deputado NELSON MARCHEZAN*

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

SECRETÁRIO: *Eng. JORGE ENGLERT*

SECRETARIA DA SAÚDE

SECRETÁRIO: *Dr. JAIR DE OLIVEIRA SOARES*

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

SECRETÁRIO: *Bel. DOLMY TARASCONI*

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

SECRETÁRIO: *Deputado OCTÁVIO GERMANO*

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETÁRIO: *Cel. NEY PINTO DE ALENCAR*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Gabinete do Governador

Of.GG-143/74

Porto Alegre, 19 de março de 1974

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento dos Senhores Membros do Poder Legislativo, Mensagem expositiva concernente à situação dos negócios do Estado, dando cumprimento assim à norma do artigo 66, item XIV, da Constituição Estadual.

Senhor Presidente e Senhores Deputados

Há que se sublinhar que, a par dos eventos de todos conhecidos — dentre outros, clima de ordem social, surto de progresso generalizado, investimentos públicos e privados maiores na economia, confiança dos empresários e dos trabalhadores e milhões de jovens nas escolas, os quais caracterizam, como já se disse, o Rio Grande do Sul de hoje como uma grande e febrilmente oficina de trabalho, como, de sorte, um lugar condigno para que sua gente construa e viva — profundas transformações vêm ocorrendo no íntimo da economia e da sociedade rio-grandenses.

• • •

A Sua Excelência o Senhor
Deputado FERNANDO GONÇALVES
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Farroupilha
Nesta Capital



OF.GG-143/74

2.

Quando minha Administração concebeu e colocou em execução, numa perseverante tarefa de transpor obstáculos, que sempre hâ, o PROJETO GRANDE RIO GRANDE, acumularam-se esperanças na abertura de novos caminhos; de uma nova fase econômica. Afinal, era o momento para, sob sólida fundamentação, afastar concepções pessimistas, havia pouco reinantes.

Hoje, decorridos quase três anos, pode-se perceber, sem dúvida, que não foram baldadas aquelas expectativas, a principiar pelo fato de a economia rio-grandense haver atingido novo patamar na escalada do progresso — evento este que de todos, Governo e Povo, dependeu.

Quero referir-me, entretanto, não apenas aos resultados mensuráveis, aos novos projetos colocados em execução — cuja situação adiante será inventariada —, aos êxitos verificados nos diversos setores, enfim, as coisas que, de uma ou de outra forma, à vista estão. Reporto-me a acontecimentos que, embora não perceptíveis no dia-a-dia de cada um, estão a ensejar grandes mudanças na estrutura da economia estadual — e, por certo, até mesmo, no comportamento social de nossa comunidade.

Numa perspectiva de tempo — envolvendo uma tessitura de fatos históricos e de traços vocacionais de nossa terra e de nossa gente — eis os acontecimentos.

Hâ hoje, sem dúvida, nítidas tendências para a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Trata-se, em essência, da abertura de sua economia para o comércio exterior, na condição de singular exportador, ou seja, de já ter, seu sistema econômico, encontrado novas peculiaridades, em muito distintas das de outras unidades da Federação.

Não se quer, com este tipo de raciocínio, projetar estatísticas recentes de comércio exterior: durante o ano de 1973, as exportações rio-grandenses para os diversos países atin-



Of. GG-143/74

3.

giram cerca de US\$ 1 bilhão — nível pouco inferior ao total das exportações brasileiras médias anuais há uma década; normalmente o Rio Grande do Sul participava com 7 a 8% do montante das exportações nacionais; nos últimos anos, porém, esses percentuais elevaram-se de forma expressiva, culminando com a participação de aproximadamente 16% do total das exportações brasileiras do ano que passou. O que se antevê, por trás desses números, é a perspectiva de o Rio Grande do Sul, à medida que se alarguem as fronteiras de produção do País, especialmente agropecuária, destinar, cada vez mais, sua produção qualificada para os grandes mercados externos, o que significa concorrer em centros de consumo de elevadas rendas individuais e, por isso mesmo, exigentes quanto à qualidade dos produtos.

Para percorrer esse caminho, condições há. De um lado, a produção agropecuária estadual prima pela qualidade internacional exigida. De outra parte, tende o Rio Grande do Sul a explorar intensamente setores fabris para os quais possui histórica aptidão, e.g., aqueles que demandam força-de-trabalho a destrada para as tarefas industriais mais complexas.

O Rio Grande do Sul tende a ser, por isso mesmo, um ESTADO-EXPORTADOR.

Esta assertiva, do ponto-de-vista nacional, não pode ser mais alvissareira, haja vista as recentes alterações no panorama econômico internacional em função de crises do sistema monetário, do setor energético e de carência de matérias-primas, envolvendo, em seus redemoinhos, todas as nações, ricas ou pobres, o que redundará, para o Brasil, num redobrado esforço de equilíbrio do balanço de pagamentos e de sustentação do ritmo de desenvolvimento. Demais, no que diz respeito aos produtos primários, a situação se mostra favorável aos exportadores, diante da carência de matérias-primas por que passa o mundo.

Eis, portanto, as marcantes tendências da econo



Of.GG-143/74

4.

...
mia rio-grandense, as quais, certamente, passarão a exigir permanentes atenções e esforços, v.g., continuidade dos investimentos de infra-estrutura (energia, transportes, telecomunicações e armazenagem), crescentes inversões nos setores da indústria e da agricultura, políticas definidas e de longo prazo para a produção e comercialização de produtos primários, a par de novos investimentos na área educacional — condições essenciais para a consolidação desse modelo de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. Em outras palavras, a preparação de nossa terra e nossa gente para, cada vez mais integrada aos sistemas nacionais, conviver mais diretamente, do ponto-de-vista econômico, com o mundo.

Senhores Parlamentares, desde as primeiras concepções e diretrizes do PROJETO GRANDE RIO GRANDE, outro não tem sido o norteamento da Administração Estadual senão procurar os mais adequados caminhos a serem trilhados pela economia rio-grandense. Perscrutados os fatos, adotadas as medidas e políticas consentâneas, buscou-se, portanto, alternativas que hoje parecem amanhecer no cenário desta unidade da Federação.

Fiel a sua linha de conduta quanto aos negócios do Estado, a Administração Pública tem buscado, assim, constante aperfeiçoamento de seus instrumentos político-administrativos, sempre de conformidade com as diretrizes e os programas a que se propôs cumprir e realizar, como pode ser observado a seguir.

AÇÃO DO GOVERNO NAS ÁREAS PRIORITÁRIAS

1. Educação

Saliento, inicialmente, a ação do Governo Estadual na área da Educação, que se vem desenvolvendo perfeitamente de acordo com as diretrizes do PROJETO GRANDE RIO GRANDE.

No decorrer do ano de 1973, o esforço principal

...



Of.GG-143/74

5.

das autoridades educacionais se voltou para a Política de Educação no Meio Rural. Entre as medidas adotadas para a concretização dessa política destacam-se:

- assinatura de Acordos de Intenções entre o Estado e 231 Municípios rio-grandenses;

- elaboração, em cada Município, de um Plano Operativo de Educação do Município (POEM), respondendo a problemas, características, potencialidades e anseios diferenciados; e

- aquisição de 12 Unidades Móveis de Iniciação para o Trabalho, para operar em municípios do interior do Estado visando a difundir não só técnicas e métodos de trabalho, mas o próprio desenvolvimento rural.

A par disso, houve preocupação com assuntos relativos à implantação de ensino de 2º grau. Apesar das dificuldades existentes, foi possível elevar o alcance desse grau de ensino a 76% da clientela, adequando os instrumentos de ação à realidade.

Dando continuidade a outros programas acionados em anos anteriores, dinamizou-se, em 1973, a Compra de Vagas no ensino de 1º grau, sendo adquiridas 160.782 vagas, em 863 estabelecimentos particulares de ensino. Verificou-se, assim, um acréscimo, em relação ao ano de 1972, de 32,2% no número de estudantes beneficiados e de 35,5% no total de escolas abrangidas.

Realização que merece ainda menção especial no setor educacional é a elaboração do Projeto do Estatuto e Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul — encaminhado à Egrégia Assembléia Legislativa do Estado — documento que marca, pela primeira vez, a profissionalização do Magistério Público Estadual, caracterizando um processo de valorização pela racionalidade das necessidades educacionais.

Vale mais uma vez afirmar que o Governo, embora



Of.GG-143/74

6.

• • • •

voltando-se prioritariamente para o ensino no meio rural, teve sempre presente a Educação no seu sentido global, baseada em uma filosofia humanista, sem perder de vista a preservação de nossa identidade sócio-cultural. Desta forma pretende-se buscar permanentemente as dimensões de uma sociedade desenvolvida, procurando o equilíbrio entre o humanismo dinâmico e objetivo e o processo de profissionalização, que não deforma os verdadeiros fins da Educação, mas antes a enriquece.

Sublinho ainda que, de conformidade com as diretrizes de minha Administração, a previsão orçamentária do exercício de 1974 para a área da Educação alcança 30% do total do orçamento do Estado, o que propiciará um índice de escolaridade de 95%, na faixa etária entre 7 e 14 anos e superior a 99,5% na faixa de 7 a 10 anos.

Demais, no Rio Grande do Sul, cerca de 30% de sua população se encontra nas escolas — o mais importante investimento que se pode almejar para um futuro próspero que já se delineia.

2. Agricultura e Pecuária

De outra parte, a agricultura rio-grandense — sob a concepção do crescimento em bloco preconizado no PROJETO GRANDE RIO GRANDE — vem crescendo em importância estratégica para o Rio Grande do Sul, impulsionando diretamente a atividade econômica global. O Governo do Estado, neste sentido, tem procurado todos os caminhos possíveis para esse mister.

Cumpre-me destacar que cerca de 3 milhões de toneladas de soja, produzidas no ano passado, muito contribuiram para a revitalização da economia agrícola — recuperando prejuízos da frustração da safra tritícola de 1972, e fazendo retomar o clima de euforia necessário ao desempenho da economia estadual.

• • • •



Of.GG-143/74

7.

A soja cresceu em área e produção em 1973, em relação a 1972, em 20 e 40% respectivamente, elevando a sua produtividade, no mesmo período, de 1,2 para 1,4 toneladas por hectare. Esta lavoura nos últimos quatro anos ascendeu vigorosamente em importância, posto que cresceu anualmente, em média, 33,5 e 41,75% em área e quantidade produzida, respectivamente. Hoje a soja destaca-se não só como o principal produto do setor primário, como também lidera a pauta de exportações do Estado, encaminhando-se, em uma marcha célere, para assumir o primeiro lugar na pauta de exportações brasileiras dos próximos anos.

No que respeita ao trigo, o Rio Grande do Sul desde 1966 vinha experimentando significativo crescimento anual na produção, até 1971, ano em que foi estabelecido recorde. Entretanto, fatores climáticos adversos frustraram a safra de 1972 em aproximadamente 70%. A atual safra, contudo, está estimada em cerca de 1,5 milhão de toneladas. As perspectivas de aumento da produção em razão do comportamento do mercado internacional são as melhores possíveis, em função da diminuição dos estoques mundiais no ano findo (em agosto, na Bolsa de Chicago, maior entresto cerealista do mundo, o trigo alcançou a cotação de US\$ 220 a tonelada, enquanto em 1972 a cotação andou em pouco mais de US\$ 100). O novo preço mínimo fixado pelo Governo Federal, muito provavelmente, servirá de estímulo ao acréscimo da produção.

Outro aspecto a salientar é que cresce em importância no Rio Grande do Sul a lavoura de sorgo que experimentou, a exemplo do que ocorre com a soja, um crescimento vertiginoso nos últimos anos. Na safra de 72/73 houve aumento, na área plantada, de 89% em relação à safra de 71/72.

Culturas importantes como o arroz, o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar, nos últimos anos, têm se mantido relativamente constantes no que respeita à área cultivada, sendo



Of.GG-143/74

8.

que, junto à soja e trigo, foram colhidas cerca de 12 milhões de toneladas destes seis produtos em 1973. .

No que se refere à produção animal, especialmente de carnes, existem excelentes perspectivas em virtude do notável incremento da demanda mundial e, em razão disso, dos altos preços que o produto alcançou no mercado internacional. Entretanto, carece esta atividade, ainda, especialmente a bovinocultura de corte, da definição de uma política que permita, de um lado, atender ao consumidor nacional e, de outro, tirar proveito dos estímulos da demanda externa que, por igual, possibilite ao produtor inovar tecnologicamente a fim de eliminar, tanto quanto possível, a estacionalidade da oferta do produto.

Ainda no que concerne à produção animal e derivados, sublinho a recuperação da ovinocultura, no que tange a sua atividade fundamental, que nos últimos anos vinha sofrendo severa concorrência dos fios sintéticos. Em 1973, a comercialização das lãs foi bastante favorável em razão dos preços do produto no mercado internacional, que propiciaram incrementos da ordem de 238% no valor exportado, em relação a 1972, passando a participar com 4,6% da pauta de exportações do Rio Grande do Sul.

A suinocultura, por sua vez, recebeu atenção a través da criação de um Conselho integrado por entidades públicas e privadas ligadas a essa atividade. Dentre suas principais atribuições inclui-se, basicamente, o assessoramento ao Governo na coordenação, planificação e execução da política de recuperação da suinocultura, visando à tomada de medidas corretivas de desequilíbrios e de estímulos em todos os estágios de produção.

A vitivinocultura, palco de frustrações em tantas décadas, encontrou finalmente seu caminho, não havendo hoje, no Estado, excedentes de produção de vinho e uvas — com a VINO SUL S.A. cumprindo integralmente as funções para que foi criada.

A atividade hortifrutigranjeira — de vital



Of. GG-143/74

9.

significação no que tange ao abastecimento interno — recebeu no ano findo vigoroso estímulo pelo início das operações, em caráter experimental, da Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul — CEASA/RS, verificado em 25 de setembro de 1973.

A CEASA/RS, sociedade de economia mista com participação dos Governos federal, estadual e municipal, requereu um investimento global de Cr\$ 85 milhões para a construção da primeira etapa, cuja inauguração oficial está prevista para o corrente mês.

Por final, verifica-se que a produtividade ainda relativamente baixa e o esgotamento da fronteira agrícola têm sido identificados como fatores impeditivos no processo de expansão da economia primária. Portanto, justamente na institucionalização de condições que capacitem o setor agrícola — além de atingir altas marcas de produção, a alcançar melhores índices de produtividade que permitam ao Estado tirar proveito dos estímulos advindos da atual demanda internacional de alimentos e satisfazer as necessidades de consumo interno a preços compatíveis com os níveis de renda do consumidor brasileiro — é que reside a mais ingente missão do Poder Público, constituindo também desafio à imaginação e à engenhosidade do empresário agrícola e de todos os que, de uma forma ou de outra, estão ligados ao setor primário de produção do Rio Grande do Sul.

3. Indústria

Salienta ainda que a Administração Estadual deu ênfase à criação de condições para a instalação e a ampliação de investimentos na área industrial, através da introdução de novos instrumentos, ou seja, de incentivos materiais, fiscais, financeiros e de serviços, já previstos no PROJETO GRANDE RIO GRANDE.

No que tange à implantação de áreas e distritos



Of.GG-143/74

10.

industriais buscouse — juntamente com a execução do projeto do Distrito Industrial de Rio Grande — solucionar o problema da localização fabril prioritariamente onde os conflitos entre a expansão das indústrias e o desenvolvimento urbano se identificassem mais cruciantes.

Neste sentido, foi equacionado o problema da localização de plantas industriais, tanto para empresas já instaladas que apresentam problemas de inadequada localização quanto para as que necessitam de expansão, das quais 53 já se acham cadastradas. No momento, desenvolvem-se os trabalhos de implantação dos Distritos Industriais de Gravataí e Cachoeirinha.

Coroando uma política de divulgação em feiras e exposições e de fornecimento de dados aos empresários interessados, 11 novas indústrias de grande porte — nacionais e estrangeiras — foram atraídas para o Estado, apresentando uma média de, aproximadamente, um investimento de grande porte por mês.

Para receptividade a este programa, fator dominante foi o funcionamento da Aços Finos Piratini, o grande marco do setor industrial do Estado em 1973, que assinala o início de uma escalada em busca da industrialização em ramos não tradicionais.

A par do avanço tecnológico induzido pela usina, destaca-se a importância da mesma como fonte de matéria-prima para o desenvolvimento de um parque industrial voltado ao aproveitamento de seus aços especiais.

Ainda em termos de política de incentivos, o Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) contemplou subsídios aos encargos financeiros de investimentos nas seguintes áreas: siderurgia, curtumes, indústria têxtil, laticínios, adubos e fertilizantes, óleos vegetais, máquinas e ferramentas, possibilitando investimentos totais de Cr\$ 359.531.686,00.

Mais recentemente concedeu, o Estado, novos



Of.GG-143/74

11.

incentivos: materiais (projetos, serviços e obras relativas a sólos, redes de energia elétrica e saneamento) e fiscais (isenção do Imposto de Transmissão sobre Bens Imóveis e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias).

AÇÃO DO GOVERNO NAS DEMAIS ÁREAS

1. Economia e Planejamento

Preconizei, desde o início — de conformidade com os postulados contidos no PROJETO GRANDE RIO GRANDE —, atuação planejada e coordenada do conjunto de organismos da Administração Estadual.

Nas áreas de Economia em geral e de Planejamento cuidou o Governo de aperfeiçoar seus instrumentos político-institucionais, a princípio pela instituição da Fundação de Economia e Estatística — autorizada pela dota Assembleia Legislativa do Estado, através da Lei 6.624, de 13 de novembro de 1973. A referida organização terá flexibilidade para alcançar os objetivos de uma melhor e mais dinâmica manipulação de dados para o planejamento, com a permanente atualização das informações econômicas que poderá fornecer.

Por outro lado, o Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais (CEPEDI), no trato de localização e implantação de distritos e áreas industriais, aprovou o Plano Diretor do Distrito Industrial de Rio Grande e contratou os projetos da primeira etapa de sua implantação, compreendendo projetos de engenharia da rede viária, normas de proteção ambiental, equipamentos especiais de transporte, definição de oportunidades industriais e previsões de demanda de água e energia elétrica. Diversas outras áreas industriais acham-se em estudo, buscando a interiorizar a industrialização e a fixação da mão-de-obra em cidades que representam polos de desenvolvimento.



Com esse mesmo objetivo de desenvolvimento das cidades de maior índice populacional do Rio Grande do Sul, foi firmado Protocolo de Cooperação com o Banco do Brasil S/A com a finalidade de o Estado examinar e encaminhar processos de habilitação, das cidades de mais de 50.000 habitantes, aos financiamentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano(FUNDURBANO). No cumprimento desse compromisso foram examinadas e encaminhadas propostas de financiamento dos municípios de Bagé,Caxias do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Rio Grande, num montante total de Cr\$ 68.274.661,40, para a execução de projetos de implantação de obras consideradas prioritárias para o desenvolvimento dessas cidades. Foram, também, encaminhadas duas habilitações do Governo do Estado, uma no valor de Cr\$ 204.000.000,00 da Companhia Rio grandense de Telecomunicações (CRT), para ampliação da rede, e outra de Cr\$ 260.996.867,50 para a realização de seis projetos viários do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).

A Junta de Modernização Administrativa, por sua vez, desde o primeiro trimestre de 1973 vem desenvolvendo estudos com vistas a mudança e instalação dos serviços públicos no Centro Administrativo do Estado, encontrando-se em andamento 9 projetos que buscam dar condições ao pleno funcionamento dos diversos órgãos tão pronto esteja concluído o referido Centro.

Os serviços fazendários do Estado, da mesma forma, foram alvo, no decorrer do ano passado, dos seguintes programas, dentre outros:

- Sistema PCO (Programa e Controle Orçamentário): computadorização de todas as informações acerca da orçamentação, liberação de dotações, empenho e pagamentos da Administração Direta do Estado;
- Sistema de pessoal: captação e armazenamento de um conjunto de informações de cada funcionário, visando a orientar programas de treinamentos e reclassificações;



Of. GG-143/74

13.

- • • •
- Sistema de dívida ativa: organização de um cadastro centralizado de débitos fiscais, que irá permitir automatizar os procedimentos de cobrança da dívida ativa e manter atualizado mensalmente o cadastro de devedores do Tesouro Estadual;
 - Sistema de informações sobre municípios: implantação do Banco de Dados dos Municípios, objetivando a possibilitar a realização de estudos especiais;
 - Sistema de cadastro de contribuintes do ICM: armazenamento de informações que visem a identificar, localizar e classificar os contribuintes; e
 - Sistema de fiscalização e informação no setor primário: modificação da atual modalidade de fiscalização do trânsito de mercadorias e organização de um cadastro de produtos rurais.

No que se refere às instituições financeiras oficiais, a Junta de Coordenação Financeira desenvolveu a coordenação da abertura de novas agências, tanto para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (BERGS), como para a Caixa Econômica Estadual (CEE), visando a atender as localidades ainda não assistidas por serviços bancários. Quanto ao crédito, a Junta realizou:

- análise de empréstimo aos municípios, para antecipação de receita e investimento fixo, em máquinas e equipamentos, através do BERGS, CEE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e da Mobilizadora de Capitais S.A. (MOCASA);
 - criação de um Programa de Financiamento a Empreiteiros de Obras Públicas, por intermédio do BERGS, no valor de Cr\$ 20.000.000,00;
 - criação de um Programa de Empréstimos em consignação ao
- • • •



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Of.GG-143/74

14.

funcionalismo estadual pela CEE.

Por sua vez, o BERGS, como resultado do trabalho planificado, no que se refere a depósitos, apresentou, ao fim do exercício de 1973, um saldo global de Cr\$ 1,07 bilhão, o que representa um acréscimo de 15,7% com relação ao saldo de 1972.

Quanto aos empréstimos, o BERGS registrou um substancial incremento no saldo das aplicações, que acusaram no fim do ano uma soma de Cr\$ 1,5 bilhão, equivalendo a um aumento de 32,6% em relação ao período anterior.

A MOCASA, sob controle acionário do BERGS, registrou, no curso do exercício de 1973, financiamentos num total de Cr\$ 114,6 milhões, representando um aumento de 57% com relação ao ano de 1972.

Também a CEE apresentou expressivos acréscimos, tanto no saldo de depósitos como no saldo de aplicações. O total dos depósitos, no final do ano, alcançava Cr\$ 660,2 milhões, num crescimento de 43,3% sobre o saldo de 1972. O saldo de aplicações, em fins de 1973, somava Cr\$ 774,5 milhões, provenientes de 123.271 empréstimos, significando uma evolução de 42,8% sobre a posição anterior.

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) de outra parte encerrou seu exercício de 1973 consolidando o expressivo resultado verificado em 1972, com a contratação de financiamentos, no Rio Grande do Sul, que alcançaram um montante de Cr\$ 407,3 milhões.

O BRDE, de conformidade com autorização legislativa pertinente (Lei nº 6605, de 9 de outubro de 1973) encontra-se, no momento, em fase de transformação, devendo dar origem ao mais novo estabelecimento de fomento do País: o Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul S.A.(BADESUL), dotado de capital social inicial de Cr\$ 300 milhões, que deverá iniciar



Of. GG-143/74

15.

suas operações em meados do corrente ano.

No que diz respeito ao Orçamento Geral do Estado, num confronto sintético da receita e da despesa realizadas no exercício, evidencia-se que o resultado da execução orçamentária de 1973 registrou um deficit de apenas 4,76% da despesa realizada no exercício.

No campo do Turismo, cumpre-me destacar seu novo sentido de promissora indústria, correspondendo à expectativa brasileira no Ano Nacional do Turismo.

No que se refere à conclusão de projetos, salienta-se o Restaurante do Paradouro de São Miguel, o Camping Marechal Luiz Osório, e as obras das Terminais Turísticas de Tramandaí e Cidreira, aptas a atender a grande demanda de turistas. Foi concluída também a segunda etapa da Campanha de Arborização do Litoral Gaúcho, e a primeira etapa das obras do Complexo Turístico do Parque da Guarita. Registre-se ainda a implantação, em São Paulo, do CENINTUR - Centro de Informações Turísticas, que atenderá as necessidades decorrentes de comercialização e financiamento dos roteiros turísticos do Estado.

Paralelamente desdobraram-se a primeira, a segunda e a terceira etapas do Plano de Integração Estado Município (PIEM), agora em sua quarta etapa em desenvolvimento através da ação da Comissão Intersetorial de Turismo, o que permitiu, com a criação do Questionário de Qualificação de Eventos Promocionais, o levantamento das potencialidades turísticas de 199 dos 232 municípios riograndenses, sendo possível, com base nessas informações, imprimir o primeiro Anuário Turístico do Estado do Rio Grande do Sul.

Cite-se, finalmente, a assinatura, por parte do Governo do Estado, de participação acionária nas empresas Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A., e FENAC S/A — Feira e Empreendimentos, que constituem promoções de grande al-



Of.GG-143/74

16.

...
cance em termos turísticos nacionais e internacionais.

Por outro lado, em um mundo cada vez mais ávido de energia, cumpre-me destacar a invejável posição do Rio Grande do Sul, hoje uma verdadeira "central energética", com suas necessidades garantidas por suas hidrelétricas e termelétricas com base em carvão, contrastando com a situação de anos atrás, quando ainda eram suportados os efeitos de sua insuficiente estrutura energética.

Complementando esta situação favorável, tem o Rio Grande, hoje, em aberto, suas possibilidades quanto ao aproveitamento maior de seu carvão e, mesmo, do xisto betuminoso, cuja exploração se abre frente às novas realidades de custos e tecnologia.

No referente a obras, entraram em operações, em 1973, duas novas grandes centrais geradoras: Passo Real e Passo Fundo, que somaram mais 346 mil kW à capacidade instalada no Estado. Também as obras da termelétrica de Candiota II entraram em sua fase final, devendo a nova usina iniciar seu funcionamento nos primeiros dias de março de 1974, o que elevará a potência instalada no Rio Grande do Sul a 1.029.870 kW.

Foram concluídos 370 km de linhas de transmissão, destacando-se a de Candiota II - Camaquã - Cidade Industrial, em Canoas. Mais 636 km foram iniciados e deverão estar concluídos no decorrer do ano em curso.

Na Capital, as obras de implantação da rede subterrânea alcançaram o índice de 70% de conclusão em 1973, já tendo sido iniciada a montagem eletromecânica, sendo possível que ainda em 1974 funcione a primeira das três áreas em que se subdivide a rede, a qual se atribui alto grau de confiabilidade.

Em eletrificação rural, foram realizados investimentos pelo Estado da ordem de Cr\$ 11 milhões, com a extensão de 1.147 quilômetros de novas redes, beneficiando 5.922 consumi

...



Of.GG-143/74

17.

dores em todos os recantos do Rio Grande do Sul.

Janeiro de 1973 marcou o início das obras da sína hidrelétrica de Itaúba. Ao encerrar-se o exercício, tinham sido escavados um milhão de m³ para a galeria de desvio do rio Jacuí, construídas as estradas de acesso, estruturas da tomada de água e vertedouro, iniciados os trabalhos de concretagem e recebidas as propostas para aquisição das quatro turbinas geradoras, para um total de 500 mil kW a serem instalados.

De outra parte, a Companhia Riograndense de Teleguiações (CRT) deu firme continuidade ao Plano Trienal de Telecomunicações, que este ano deverá ser concluído. No exercecio, foram inauguradas as novas centrais telefônicas automáticas de Nonoai, Alegrete, Uruguaiana, Santana do Livramento, Campo Real e Flores da Cunha. Foram ampliadas as centrais automáticas de Carazinho, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Camaquã e São Borja.

Implantaram-se agências telefônicas em Pinhal, Alpestre, Chuí, Ararica, Paraí e Nova Araçá. Diversas cidades receberam os serviços de Discagem Direta à Distância: Santa Maria, Cachoeira do Sul, São Leopoldo, Passo Fundo e Carazinho.

Além da construção de inúmeras linhas físicas, interligando pequenos municípios, recebeu notável impulso o trabalho de integrar à rede estadual distritos e localidades interioranas, com um programa de telefonia rural, favorecido, agora, pelo Decreto nº 22.623, de 5 de setembro de 1973, que prevê auxílios financeiros aos municípios interessados.

Ao final do Plano Trienal de Telecomunicações, este ano, terão sido implantadas 18 novas centrais automáticas em todo o Estado e ampliadas 17 outras. Nos serviços interurbanos, contar-se-á com 44 novas estações de microondas e 20 de UHF, passando o sistema de 117.112 canais-quilômetros atuais para 488.361. A capacidade de ampliação dessa canalização, sem necessidade de novas obras civis e com simples complementação de equipe.



• • • •

pamentos de multiplexação, poderá ser elevada em futuro próximo para 1.423.654 canais-quilômetros.

O patrimônio da Companhia Riograndense de Tele comunicações (CRT), que em 1972 era de Cr\$ 452.000.000,00, ao final do ano foi avaliado em Cr\$ 746.000.000,00. Seu capital integralizado cresceu 43,17% em relação ao ano anterior, passando de Cr\$ 312.000.000,00 para Cr\$ 446.700.000,00 e o lucro líquido alcançou a Cr\$ 59.000.000,00, todo ele reaplicado no Rio Grande do Sul.

Quanto à Companhia Riograndense de Mineração (CRM), convém destacar: a produção de carvão nas duas minas exploradas pela empresa atingiu 280 mil toneladas; foram iniciadas as pesquisas do cobre, com sondagens geológicas em Caçapava do Sul, e do caúlim, na região de Capivarita, tendo sido consideravelmente ampliada a reserva medida da mina carbonífera de Candiota.

No setor de Transportes, em estreito entrosamento com organismos federais que atuam nesse campo, os órgãos estaduais — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), Departamento Aerooviário do Estado (DAE), Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) e Companhia Intermunicipal de Estradas "imentadas" (CINTEA) — voltados para corporificação de seus projetos, deram maior atenção às obras que fazem parte do conjunto de vias dos Corredores de Exportação, dentro dos convênios de intenção firmados com o Governo Federal nesse sentido.

Dessa forma foram atacados com intensidade os trabalhos da via denominada "Diagonal Trigo-Soja", cujos trechos entre Canguçu e São Sepé, bem como Santa Maria-Santiago, deverão ficar concluídos e pavimentados até fins do corrente ano; igualmente foram completados os projetos e iniciadas as obras nos setores de armazenamento constantes dos convênios, algumas já con-

• • • •



cluídas.

Ao mesmo tempo, em contrapartida aos esforços federais, o Estado cumpre seus compromissos no que tange às hidrovias, procurando seu total aproveitamento, com todas as barragens concluídas em 1974.

No campo rodoviário, destacam-se:

- implantação de 405 km de rodovias; pavimentação asfáltica de 185 km; recapeamento asfáltico de 34 km; conclusão de 30 pontes de grande porte (2.367 m de extensão total), e conservação permanente de uma rede de estradas de 9.765 km;
- principais rodovias pavimentadas concluídas: Estiva-Capivari, 25 km; Capivari-entroncamento RS/110, 21,4 km; entroncamento RS/110-Cidreira, 15,4 km; Santo Ângelo-BR/285, 5,6 km; Santa Maria-São Sepé, 56 km; Charqueadas-BR/290, 15,5 km; Imbé-Santa Terezinha, 11 km; Giruá-Santa Rosa, 30 km;
- principais rodovias em implantação: Palmares-Mostardas, 120 km; São José do Norte-Mostardas, 155 km; Santa Maria-São Vicente-Jaguari-Santiago-São Borja, 298,3 km; São Sepé-Canguçu, 117 km;
- principais pavimentações em andamento: Mariante-Santa Cruz do Sul, 50 km; São Sepé-Canguçu, 117,8 km; Cruz Alta-Ijuí, 45,2 km; Muçum-Cruzeiro do Sul, 48 km; São Vendelino-Adolata, 43,5 km; Caxias do Sul-Flores da Cunha, 15,8 km; Acesso à Pinhal, 9,4 km; Acesso a Rio Grande, 6,5 km; Giruá-Santo Ângelo 28,7 km; Santa Maria-São Vicente-Jaguari-Santiago-São Borja, 298,3 km; e

Em relação ao setor portuário, hidrovias e canais:

- * novo recorde na movimentação geral de mercadorias, pelos postos organizados administrados pelo DEPRC, que atingiu



o total de 9,7 milhões de toneladas, destacando-se o incremento de 18% verificado no movimento do porto de Rio Grande com relação ao ano de 1972; e

- conclusão de obras e melhoramentos diversos das instalações portuárias, com participação substancial de recursos federais, notadamente dentro do programa dos "Corredores de Exportação" e que tem em Rio Grande o pólo principal do "Corredor do Extremo Sul".

Quanto ao setor aeroviário:

- conclusão de terraplenagem do aeroporto de Novo Hamburgo;
- início de terraplenagem dos aeroportos de Frederico Westphalen e Nova Prata;
- início da pavimentação asfáltica do aeroporto de Caxias do Sul;
- execução do tratamento paisagístico do aeroporto de Passo Fundo; melhoramento nas pistas de Capão da Canoa, Canoas, Alegrete, Santa Rosa, São Leopoldo, Três Passos, Rio Grande, Cruz Alta e São Sepé; e, ainda
- execução de 370 mil m³ de terraplenagem e construção de 16,3 m² de hangares e estações.

Relativamente ao setor de armazenagem:

- ampliação do silo de Rio Grande de 20.000 t para 60.000 t;
- dentro do programa "Corredores de Exportação", visando a dar melhor suporte à zona de produção, foram feitas ampliações na rede de estocagem do interior do Estado; o silo elevador de Cruz Alta foi aumentado em sua capacidade estática de 5 mil t para 45 mil t; ao silo de Santa Rosa, de 10 mil t, foi acrescido um armazém graneleiro conjugado de 30 mil t, e da mesma forma procedeu-se em Bagé e Cachoeira do Sul, cujas capacidades foram ampliadas de 5 mil t para 15 mil t, e 20 mil t, respectivamente; e



- construção da Unidade Frigorífica Polivalente de Caxias do Sul, destinada à conservação de produtos hortifrutigranjeiros, que constitui-se na primeira de uma série a ser implantada no Estado.

Os mencionados empreendimentos foram executados pela CESA, cuja capacidade instalada deverá alcançar, no início do próximo ano, a aproximadamente 600 mil t estáticas.

A capacidade total de estocagem do Rio Grande do Sul — silos, graneleiros, armazéns, depósitos de uso geral, pertencentes às redes pública e privada —, atualmente, é da ordem de 6,5 milhões de toneladas estáticas.

Ainda em relação à área de infra-estrutura econômica, sublinho a atuação da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), que dentro do propósito de atender 80% da população com serviço público de água, ainda na atual Administração, investiu um total de Cr\$ 56 milhões.

2. Trabalho, Ação Social e Saúde Pública

Em 1973, foram incrementadas as atividades e os programas de promoção e ação social, quer pelo substancial aumento de recursos destinados aos órgãos da Administração Direta e Indireta, quer pelo continuado e crescente apoio, estímulo e cooperação técnico-financeira desses órgãos a um expressivo número de entidades assistenciais privadas que, nas comunidades, vêm participando e atuando de várias formas, procurando a promoção e assistência social da população mais carente. Esta realidade vem se fazendo sentir tanto pela adesão que as autoridades municipais, líderes comunitários e dirigentes de entidades vêm empregando aos programas de desenvolvimento comunitário, como pelas concretas realizações de um significativo número de entidades sociais.

S. C. F.
BIBLIOTECA
Reg. n.º 1084
Data: 25/10/02



A essas entidades privadas dedicadas à assistência da população mais carente não tem faltado a cooperação técnica-co-financeira do Estado. As dotações orçamentárias para o setor, no ano passado (Cr\$ 36 milhões), foram quatro vezes superiores as do ano de 1971. O orçamento de 1974, por outro lado, consigna dotações de quase Cr\$ 90 milhões que poderão ser empregadas em custeio e investimentos de programas de desenvolvimento comunitário, assistência ao menor, qualificação de mão-de-obra, recreação e promoção de trabalhadores e habitação popular, além de auxílios financeiros às entidades assistenciais e comunitárias que desenvolvem programas de promoção e ação social.

Merece destaque, ainda, o início de funcionamento de um conjunto de prédios do Centro de Recepção e Triagem da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM) que deverá marcar uma nova e importante etapa para prevenir a marginalização de menores.

A Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB), além de ter construído em 1973 novas unidades residenciais e obras de infra-estrutura para núcleos habitacionais, vem tomando oportunas e significativas medidas para possibilitar a construção de mais 7 mil unidades residenciais em núcleos habitacionais de 15 cidades e no projeto "terrenos próprios", em 42 municípios. Este programa envolverá recursos da ordem de Cr\$ 150 milhões do Estado e de financiamentos do BNH.

Igualmente, o Plano Estadual de Recreação de Trabalhadores prevê o início da construção, neste exercício, do 1º Centro de Recreação de Trabalhadores a ser localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre.

No setor da Saúde Pública foram realizados diversos programas, salientando-se:

- Saúde Mental: foram modernizados e instalados novos serviços no Hospital Psiquiátrico São Pedro e complementadas



- * * * * *
- as equipes de Saúde Mental das Unidades Sanitárias;
 - prevenção do câncer ginecológico e cardiopatias: pela instalação de ambulatórios, capacitação de profissionais e pela utilização de computação eletrônica; e
 - vigilância e controle sistemático de doenças transmissíveis para as quais existem agentes imunizantes, mediante vacinação em massa: anti-poliomielite e anti-sarampo na população infantil; anti-tuberculose na população escolar e anti-variólica.

Saliente-se, outrossim, as produções de medicamentos pelo Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS) e de vacinas. Foram produzidas 12.228.918 doses de vacinas para as Unidades Sanitárias e para outros Estados da Federação. Quanto aos medicamentos, a produção pelo LAFERGS foi estimulada, com consequente abastecimento da rede de Unidades Sanitárias, oferecendo-se medicamentos gratuitos à população.

No que se refere à Saúde Ambiental, estimulou-se o fortalecimento da infra-estrutura que apoia os seus serviços, tais como: a instalação de postos de coleta de material e de laboratório de controle de poluição.

3. Administração Pública e Funcionalismo

Do PROJETO GRANDE RIO GRANDE, vale relembrar duas importantes diretrizes para estas áreas: de uma parte, a busca da racionalidade administrativa, através da gradual reformulação da máquina administrativa; de outra, a valorização do funcionalismo — agente promotor do desenvolvimento.

Durante o ano de 1973, buscou a Administração Estadual a dinamização de programas prioritários visando àqueles fins.

Inicialmente cabe mencionar que predominaram



medidas práticas objetivando a permanente Reforma Administrativa. A ela associada, desenvolveram-se programas de treinamento do pessoal, com a criação, autorizada pela Egrégia Assembléia Legislativa do Estado, segundo a Lei nº 6464, de 15 de dezembro de 1972, da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, cujo Estatuto foi aprovado em 23 de março de 1973.

De outra parte, novas medidas foram adotadas visando à implantação do Sistema de Pessoal — capaz de assegurar a maximização de rendimentos e melhor qualidade dos serviços públicos. Um grupo interdisciplinar — o Projeto GISP — mantém seu diagrama e fluxo de trabalho em plena execução, dentro dos prazos previstos e tem como objetivo principal incrementar o processo de implantação do Sistema de Pessoal, consolidar e atualizar a legislação em vigor e criar mecanismos de controle e informação pertinentes a registros funcionais e recursos humanos, compatíveis com o processamento eletrônico de dados.

Cabe salientar, ainda, a atuação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS): conseguiu-se, afinal, implantar, em todo o Estado, o plano de assistência médica e hospitalar; deu-se início ao "Plano-A" - Habitacional, que consiste no financiamento, com recursos do BNH e do próprio IPERGS, para a compra de imóveis pelos associados da Autarquia, em todo o Estado, a sua livre escolha, dentre outros projetos desenvolvidos.

Finalmente, cabe registrar o início da construção do Centro Administrativo do Estado, complexo arquitetônico composto do Bloco das Secretarias, Plataforma para atendimento ao público e Centro de Processamento de Dados, numa área total de 126.042 m².

4. Interior e Justiça e Segurança Pública

No que concerne a esta área, julgo essencial



destacar o perfeito entrosamento entre os Poderes do Estado, os Municípios, os Partidos Políticos e o Corpo Consular, que tem caracterizado a presente Administração, redundando em ambiente de harmonia e entendimento políticos imprescindíveis à obra do desenvolvimento preconizada no PROJETO GRANDE RIO GRANDE.

Demais, as tarefas que concernem à assistência técnico-administrativa ao município — serviço implantado durante a atual Administração — prosseguiram junto às comunas riograndenses: assessorias contábil, jurídica, financeira e administrativa às prefeituras e câmaras de vereadores; implantação de sistemas organizacionais em perto de vinte municípios; promoção em certames municipalistas, dentre outras.

Por outro lado, as atividades que se referem ao sistema penitenciário estadual tendem, ano após ano, a servir de exemplo nacional.

Sublinho, ainda, que os organismos de Segurança Pública do Estado primaram, mais uma vez, pela busca de um clima de ordem e de garantia à comunidade.

Deve-se ressaltar, pela oportunidade, a existência de estudos quanto aos problemas de prevenção de incêndios, realizados pela Brigada Militar. Fruto de tais providências, encontram-se em implantação projetos para o reaparelhamento das guarnições dos Corpos de Bombeiros, já tendo, igualmente, sido distribuídos material e equipamentos a quase todos os municípios que mantêm convênios com a Brigada Militar, visando ao perfeito serviço de prevenção e combate ao fogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por derradeiro, ressalto que esta síntese geral da situação dos negócios do Estado — cujos detalhes encontram-se nos anexos a esta Mensagem — expressa um verdadeiro balanço



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Of.GG-143/74

26.

• • • •

dos mais elevados objetivos do PROJETO GRANDE RIO GRANDE, quando não seja pelo fato de estarmos vivendo, hoje, em um Rio Grande do Sul diferente de há alguns anos — um Estado que responde, sem dúvida, às necessidades de progresso do Brasil e a todos os fascinantes desafios de nossa era, que é uma época de conquistas.

Ao formular meus cumprimentos aos Senhores Deputados pelos proficientes trabalhos legislativos do ano de 1973, aproveito para, mais uma vez, expressar, neste documento, meu reconhecimento ao funcionalismo estadual — sem o qual jamais poderíamos, Governo e Povo, ajudar na construção de uma sociedade forte, coesa e desenvolvida, capaz de acelerar a escalada nacional dos degraus da grandeza internacional, como sempre apregoou o preclaro Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e alta consideração.

EUCLIDES TRICHES
Governador do Estado



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

gabinete do governador



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1

I - ÓRGÃO: GABINETE DO GOVERNADOR

II - CASA CIVIL: Chefia - Deputado VICTOR FACCIONI

Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos da Casa Civil

III - CASA MILITAR: Chefia: Tenente Coronel ODILON CAMARGO

IV - CONSULTORIA GERAL DO ESTADO: Consultor Geral: Bacharel ORLANDO GIRALDI VANIN

V - ASSESSORIA ESPECIAL DO GOVERNADOR: Chefia: Economista GUILHERME SOCÍAS VILLELA

Secretário de Estado Extraordinário

O Gabinete do Governador é constituído pela Casa Civil, Casa Militar, Consultoria-Geral do Estado, a Assessoria Especial do Governador e outros órgãos de assessoramento direto, instituídos pelos Decretos nº 19.801, de 8 de agosto de 1969, e 21.079, de 15 de março de 1971.

ATRIBUIÇÕES DA CASA CIVIL:

- a) Assessorar, direta e imediatamente, ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições, em especial, nos assuntos da administração civil.
- b) Coordenar e promover a divulgação de atos e atividades governamentais.
- c) Acompanhar a tramitação de projetos de lei, na Assembléia Legislativa e, se fôr o caso, no âmbito federal, e coordenar a colaboração das Secretarias e Órgãos da Administração no que respeita a quaisquer atos ou expedientes submetidos à consideração do Chefe do Poder Executivo.
- d) Supervisionar as atividades dos órgãos civis, no Palácio Piratini, e coordenar a promoção dos serviços administrativos, na ordem interna.
- e) Desincumbir-se da representação civil do Governador do Estado.

ATRIBUIÇÕES DA CASA MILITAR:

- I - Assistir, direta e imediatamente, ao Governador do Estado no desempenho de suas atribuições e, em especial, nos assuntos referentes à administração militar.
- II - Responsabilizar-se pela organização, direção e fiscalização dos serviços de segurança pessoal do Governador e pela segurança do Palácio Piratini.
- III - Encarregar-se da execução dos serviços de transporte e de rádio-comunicações do Gabinete do Governador.

SÍNTese DAS ATIVIDADES

Em 1973, os órgãos componentes do Gabinete do Governador deram continuidade aos projetos iniciados nos anos anteriores e cuidaram de dar prosseguimento ao plano de atividades definido no início deste Governo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Entre os programas principais de trabalho, merecem destaque:

- I - Nova orientação para as atividades de representação do Estado do Rio Grande do Sul em outras Unidades da Federação e criação de Escritórios em São Paulo e Guanabara.
- II - Participação nas atividades relativas ao Biênio da Colonização e Imigração, instituído pelo Decreto nº 22.410, de 22 de abril de 1973, através do Chefe da Casa Civil, do Chefe da Casa Militar e do Consultor-Geral do Estado, respectivamente Presidente e membros da Comissão Coordenadora, incumbida da ordenação e institucionalização das programações organizadas pelas Comissões Executivas, visando à integração dos eventos.
- III - Participação nas atividades do Instituto de Informática Jurídica, criada pelo Decreto nº 22.581, de 6.8.73, através do Subchefe da Casa Civil para Assuntos Jurídicos e Legislativos, como Diretor dessa instituição.
- IV - Constituição de um Grupo Interdisciplinar para dar execução ao Projeto GISP - Grupo de Implementação do Sistema de Pessoal - com a participação da Casa Civil e da Consultoria Geral do Estado.
- V - Contrato com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, com o objetivo de proporcionar a estudantes universitários oportunidade para o exercício e aperfeiçoamento de seus conhecimentos através de estágio no Gabinete do Governador.
- VI - Preparo e exame de provimentos legais e executivos, com elaboração de pareceres e estudos especiais concernentes à matéria técnico-jurídica, destacando-se:

PROJETOS DE LEI

a) que tramitaram: 148, sendo de iniciativa do:

| | |
|-----------------------|-----|
| Poder Executivo | 120 |
| Poder Legislativo ... | 10 |
| Poder Judiciário | 5 |
| Desarquivados | 13 |

b) sancionados

121

c) arquivados

27

Dentre os Projetos de Lei de origem do Executivo, destacam-se: autorização de constituição de Sociedades de Economia Mista; instituição de Fundações; instituição de Fundos; criação de Conselhos da Região Metropolitana; instituição do Salário Educação; incentivos à indústria.

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) Propostos pelo Poder Executivo 77

b) Propostos pelo Poder Judiciário 1



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3

DECRETOS PRONULCADOS

Do nº 22.329 ao nº 22.964 636

VII - Atendimento aos assuntos do interior do Estado, bem como assessoramento e apoio técnico-administrativo, necessários ao desempenho das atribuições do Chefe do Poder Executivo no que concerne aos Municípios Riograndenses, salientando-se:

- a) organização de documentário relativo a cada Município, com revisão e atualização permanente
- b) preparo, exame e informação de processos sobre assuntos relativos aos Municípios do Estado.
- c) coleta, junto a órgãos públicos, de informações de interesse dos Municípios.

VIII - Prosseguimento do programa de modernização dos serviços, através de medidas para atualização e racionalização de métodos e instrumentos de trabalho, distingindo-se:

MICROFILMAGEM E PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS

- a) Implementação do Sistema de Microfilmagem no Arquivo da Casa Civil, tendo-se efetuado a microfilmagem de processos e fichas correspondentes a 20 anos de arquivo, relativos às décadas de 50 e 60. Esse sistema será estendido a outros serviços, tendo-se já iniciado o preparo da documentação do setor de pessoal.
- b) Continuidade dos trabalhos de reorganização relativos à Documentação e Informática, com a ampliação do acervo bibliográfico e execução de medidas preliminares para a adoção de sistema de processamento eletrônico de dados.

ROTINAS, FORMULÁRIOS E OUTRAS ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS, DE APOIO ADMINISTRATIVO:

- a) Simplificação e racionalização de formulários - papéis e fichas - utilizados em diversos órgãos do Gabinete do Governador.
- b) Traçado de rotinas de trabalho, racionalizando e simplificando a seqüência de atividades e definindo atribuições.
- c) No decorrer do ano de 1973, foram matriculados 14.835 processos, os quais somados aos 5.215 que retornaram de outros órgãos, indicam um movimento anual de 20.050 processos, apesar da delegação de competência do Governador a Secretários de Estado, em especial ao Secretário da Administração, no que respeita à prática de atos relativos a pessoal. O exame de processos e atos, determinando a elaboração de pareceres e informações ou o preparo de despachos, interlocutórios ou finais, atingiu, na área da Casa Civil, a 11.489



expedientes.

IX - Atividades relativas às instalações, material e patrimônio, com vistas a atender a ampliação dos serviços e oferecer melhores condições ambientais, cabendo mencionar:

- a) Reformas, totais ou parciais, visando à ampliação da área útil dos prédios ocupados pelo Gabinete do Governador, bem como adaptação e melhoramentos das instalações em geral.
- b) Complementação do serviço de tombamento e registro patrimonial de todo o material permanente do Palácio Piratini e residência governamental.

CONSULTÓRIA-GERAL DO ESTADO

São atribuições da Consultoria Geral do Estado:

Prestar assessoramento jurídico aos órgãos da Administração do Estado e aos Municípios, uniformizando a jurisprudência administrativa; defesa dos interesses do Estado em juízo e dos funcionários processados em virtude de ato praticado no exercício das respectivas funções; apuração de irregularidades funcionais e patrocínio judicial dos necessitados (ut art. 87 da Constituição do Estado); é o órgão Central do Sistema de Assistência Jurídica e de Defesa Judicial (ut REFORMA ADMINISTRATIVA, Decreto nº 19.801, de 8.8.1969).

ASSESSORAMENTO JURÍDICO:

A Consultoria-Geral do Estado (CGE), durante o ano de 1973, desenvolveu suas atividades específicas por meio das diversas unidades que a compõem, de um lado - através do Gabinete de Assessoramento Jurídico e/ou do próprio Consultor-Geral e Unidade de Assistência Jurídica -, emitindo pareceres escritos, fundamentados, e, de outro, prestando assessoramento direto, verbal, antes ou durante a execução dos trabalhos das diversas Secretarias e departamentos do Estado e dos municípios rio-grandenses.

Nesse setor, foram emitidos cerca de mil pronunciamentos entre pareceres e ofícios-pareceres ou ofícios e despachos de encaminhamento de pareceres e promoções, devidamente fundamentados no direito positivo, doutrina e jurisprudência.

DEFESA JUDICIAL:

Foram patrocinados os interesses do Estado por intermédio da Unidade de Defesa Judicial, que, além do ajuizamento ou contestação das demandas - 562 ações, acompanhou, atentamente, todos os processos, intervindo a todo tempo, apresentando memoriais, sustentando oralmente nas instâncias superiores, até mesmo perante o Egrégio Supremo Tribunal Federal.

No ano recém-fimdo, o Estado recebeu 4.069 intimações e, em cada caso, todos os atos correspondentes foram praticados para ativar o andamento dos feitos, isto sem falar nas ações trabalhistas, o que, por si só, basta para uma amostragem da movi-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5

mentação do setor que tem de zelar pelo andamento de cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e três (5.453) processos nas diversas instâncias. Somese, ao lado de tudo isso, a extrema dificuldade que, muitas vezes, existe para se obter, a tempo, as necessárias informações já que os prazos são, relativamente, curtos e fatais.

1973 foi um ano de grandes realizações nesta Unidade: destacam-se suas novas instalações; a realização do Seminário de Execução Fiscal, em cooperação com a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos e, finalmente, as notáveis vitórias obtidas no Supremo Tribunal Federal nos feitos relativos ao estorno de créditos fiscais e à incorporação da gratificação de 50% (regime de 33 horas) nos proventos dos inativos.

PATROCÍNIO JUDICIAL AOS NECESSITADOS:

Os desprotegidos da fortuna, através da Unidade de Assistência Judiciária, têm encontrado refúgio certo e seguro para deduzir ou defender seus direitos. Nada menos de cento e cinqüenta e um mil, quinhentas e setenta (151.570) pessoas foram atendidas nesse setor, distribuindo-se entre os serviços de assistência judiciária cível, penal, triagem e interior do Estado. Este serviço realizou mais de doze mil (12.000) audiências, sem falar nas soluções amigáveis, com ou sem a participação do Egrégio Poder Judiciário. Em números redondos, e para dar uma idéia do volume de trabalho, registre-se que sob os cuidados da assistência judiciária tramitam presentemente nada menos de cinco mil, duzentos e setenta e dois (5.272) processos de natureza cível; sete mil, quatrocentos e cinqüenta e sete (7.457) ações penais, sem contar as que puderam ser encerradas no ano.

SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA:

A Unidade de Administração e a Unidade de Serviços Especiais, que, de um lado, suprem as deficiências e necessidades dos outros setores, de outro, servem de elemento de ligação entre as diversas unidades de trabalho e do próprio Gabinete do Consultor-Geral, cuidaram de, a tempo, responder às solicitações que se lhes faziam; assim, por exemplo, ingressaram, na Casa, três mil, novecentos e setenta e um (3.971) processos, dos quais foram restituídos, com solução, 2.477 e outros 2.081, também solucionados, terminaram no arquivo.

OUTROS EVENTOS:

A Revista da Consultoria Geral, para maior e melhor divulgação das atividades da Casa, que obteve excelente receptividade na Administração e nos meios jurídicos e, de logo, se pode afirmar que alcançou plenamente suas finalidades, continuou sendo publicada com regularidade.

Realizou-se, a par disso, sob a coordenação da Consultoria Geral, o 5º CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES DE ESTADO, de 14 a 18 de outubro, em Caxias do Sul alcançando o mais completo êxito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria de educação e cultura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (SEC)

II - SECRETÁRIO: MAURO COSTA RODRIGUES

III - SEDE: Rua Carlos Chagas - Porto Alegre -

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA

FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (OSPA)

V - SÍNTISE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

1973 foi o ano da educação rural. Medidas em profundidade e uma estratégia pioneira foram utilizadas pelo Estado, com a participação dos Municípios, para acionar o processo de melhoria qualitativa do ensino oferecido às crianças que vivem nos mais longínquos pontos deste Rio Grande.

Desse modo, a EDUCAÇÃO RURAL foi o programa prioritário da SEC, respondendo às legítimas reivindicações e necessidades das comunidades rurais.

A descentralização de serviços públicos estaduais e municipais iniciada este ano - tendo em vista o desenvolvimento e a manutenção do ensino de 1º grau - atendeu à conveniência da progressiva passagem, para âmbito municipal, de encargos e serviços que, por sua natureza, podem ser cumpridos mais satisfatoriamente pelos governos locais. Com isto, a SEC não se eximiu das atribuições que lhe são inerentes, sendo a municipalização um processo gradativo.

Esta Secretaria, embora se voltasse prioritariamente para o ensino no meio rural, não descartou a educação no sentido global, dando continuidade à implantação da Reforma do Ensino, prevista pela Lei 5692/71.

Compreendendo que o desenvolvimento econômico premove-se em função da competência da mão-de-obra e da rápida assimilação de novas técnicas na agricultura, na indústria e no comércio, a SEC preocupou-se também, em capacitar a nossa massa populacional que não tem condições de trabalhar e que ainda não possui este preparo, principalmente, os jovens.

Assim sendo, procurou compatibilizar e ajustar o sistema educacional ao mercado de trabalho na implantação do Ensino de 2º Grau.

As soluções dadas aos problemas advindos do processo de implantação do Ensino de 2º Grau têm obedecido aos princípios de flexibilidade, continuidade, atualização, concentração de meios, integração e terminalidade.

Princípios esses em plena sintonia com as diretrizes legais e com os pareceres do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de Educação. A orientação seguida tornou possível a descentralização de atividades, permitindo à SEC - dentro de uma estratégia original de "EXTENSÕES" - levar o ensino de 2º grau até os municípios que ainda não contavam com esse nível de ensino.

- RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

Sendo a educação meta prioritária do Governo do Estado, a SEC ocupa lugar de destaque na administração estadual: abrange 60% de todo o funcionalismo público e para este setor destinou-se aproximadamente 28% do orçamento global do Estado, em 1973.

Para desenvolvimento de suas atividades, a Secretaria de Educação contou ainda com:

Cr\$ 115.000.000,00 do Fundo de Reserva da Secretaria da Fazenda.

Cr\$ 12.000.000,00 da Participação Federal.

Cr\$ 20.000.000,00 do Salário-Educação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/2

Em 1972, o índice de alunos da faixa etária de 7 a 10 anos matriculados em escolas de todo o Estado era de 81,9%.

Em 1973, esse índice atingiu a 98,2%.

Os alunos matriculados em 1973 perfizeram os seguintes totais:

| | |
|---------------------------------------|------------------|
| * Ensino pré-primário | 35.666 alunos |
| * Ensino de 1º grau | 1.507.190 alunos |
| * Ensino de 2º grau | 118.390 alunos |
| * Ensino de 3º grau | 69.519 alunos |
| * Ensino supletivo: - direto | 135.500 alunos |
| - pelo rádio | 25.000 alunos |
| - convênio PIPMO | 2.700 alunos |
| - MOBRAL | 112.250 alunos |
| TOTAL GERAL | 2.006.215 alunos |

A implementação do ensino de 1º grau e a implantação do ensino de 2º grau exigiram, em 1973, a contratação de 7.824 professores.

Atualmente a rede escolar do Estado conta com:

39.470 professores no ensino de 1º grau;

15.805 professores no ensino de 2º grau, perfazendo um total de 55.275 professores.

- REALIZAÇÕES E ATIVIDADES SIGNIFICATIVAS:

Considerando a estratégia de ação adotada no período relativo ao ano de 1973, cumpre ressaltar algumas realizações e atividades marcantes na operacionalidade do Sistema da SEC na Administração Estadual:

CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CENTROS DE ARTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA (CACT), visando a suprir algumas dificuldades relativas à implantação da Reforma do Ensino de 1º grau no que se refere à parte de formação especial. Já foram instalados CACTS nos Municípios de Bagé, Santo Ângelo e Estrela.

ESTRUTURAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE CENTROS RURAIS DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA (CRES) com a finalidade de:

- atender, prioritariamente, aos alunos fora da faixa etária de obrigatoriedade escolar, matriculados nas 4^{as}, 5^{as}, 6^{as}, 7^{as} e 8^{as} séries;
- atender, também, o ensino sistemático seriado;
- servir de Centros de Profissionalização;
- constituir-se em Clube de Comunidade, oferecendo atividades de lazer, culturais, desportivas, educacionais e promocionais.

Desses Centros, já se encontra em efetivo funcionamento o do Município de Encruzilhada do Sul.

A Reforma do Ensino atingiu em 1973, também, o 2º grau e o Ensino Supletivo. Dentre as muitas realizações destacam-se:

NO 2º GRAU

* IMPLANTAÇÃO do ensino de 2º grau em 34 municípios, atingindo 76% da clientela desse nível escolar no Estado.



- * APROVAÇÃO de uma estratégia para integrar regionalmente Municípios autorizados a implantar o Ensino de 2º grau com Municípios não autorizados, através de "EXTENSÕES", em um total de 26.

NO ENSINO SUPLETIVO

- * IMPLANTAÇÃO, em todo o Estado, da Educação Integrada de 1º grau, nível 2, atendendo 75.500 alunos.
- * CURSO Supletivo de Educação Geral de 1º Grau, nível 3, atingindo 60.000 alunos.
- * IMPLANTAÇÃO dos Núcleos de Ensino Supletivo nas Delegacias de Educação.
- * IMPLANTAÇÃO do Curso Supletivo de Educação Geral pelo rádio: 1º grau - nível 1, 2 e 3. A clientela atendida foi de 25.000.

A SEC EM 1973, TAMBÉM:

- * CONSTRUIU:
 - 18 prédios para as Delegacias de Educação
 - 25 prédios para escolas
 - 150 salas de aula
 - 1 Museu Arqueológico, na cidade de Taquara
- * AMPLIOU:
 - 27 prédios escolares
 - 118 salas de aula
- * RECUPEROU:
 - 155 prédios escolares
 - a Biblioteca Pública Estadual
 - o Arquivo Histórico
- * ADAPTOU:
 - 5 prédios escolares
- * COMPROU VAGAS:
 - Em 863 escolas particulares para 160.782 alunos
- * MANTEVE:
 - CURSOS de Extensão Técnica, Científica, Cultural e Artística, com a participação de 801 pessoas da capital e do interior.
 - CURSOS de Química, Eletrônica e Mecânica, a nível de 2º grau, na Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha.
- * TREINOU e RECICLOU: 8.652 professores e especialistas, em convênios com Universidades, visando à melhoria de recursos humanos das unidades escolares de 2º grau.
- * TREINOU e RECICLOU: professores para o ensino de 1º e 2º graus, abrangendo as áreas de cultura geral e formação especial, num total de 16.673 professores.
- * TREINOU RECURSOS HUMANOS para consolidação das Assessorias Técnicas das Delegacias de Educação e da Secretaria de Educação e Cultura, atingindo 269 professores e 27 supervisores de educação especial.
- * TREINOU e RECICLOU: 978 professores para atuarem na área de Educação Física.
- * TREINOU: recursos humanos para o sistema educacional do Estado, em co-participação com o CETERGS e a FEPLAM, atingindo uma clientela de 1654 professores.
- * RECICLOU: 4.378 professores do Ensino Supletivo.
- * ASSISTIU: aos excepcionais, atendendo uma clientela de 5.056 alunos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/4

INSTRUMENTOS DE AÇÃO

A Secretaria de Educação e Cultura, no ano de 1973, desenvolveu suas atividades, obedecendo a 8 Programas dos quais destacam-se os seguintes projetos:

- * Centro de TV Educativa
- * Implantação e Implementação do Ensino de 1º grau
- * Auxílio para obras e equipamentos de escolas municipais e particulares, de 1º e 2º graus.
- * Construções, recuperações e equipamento de Museus, Teatros e Bibliotecas.
- * Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA).
- * Auxílios para recapear parques e entidades desportivas.
- * Colônias de Ar e Sol.
- * Colônias de Férias.
- * Auxílio às Federações Esportivas.
- * Auxílios para o Ensino Especial.
- * Saúde escolar, saúde oral, higiene mental e integração escola-família-comunidade.
- * Ajustamento de vagas, e os CONTRATOS e ACORDOS que seguem:
 - * CONTRATO de Consultoria, Assessoria e Assistência Técnica Executiva para TVE firmado com a Academy for Educational Development (AED).
 - * ACORDO, estabelecendo um Programa de Ação Conjunta entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para implementação e operacionalidade de um Núcleo de Produção e Transmissão de TVE, na área de Porto Alegre.
- * ACORDO com a Fundação Educacional Padre Landel de Moura - FEPLAM - para programas rádio-educativos.

P U B L I C A Ç Õ E S

A fim de atingir as metas que a SEC se propôs, na Implantação da Reforma do Ensino, modernas técnicas de comunicação foram usadas.

Para isso esta Secretaria editou diversas publicações, dando continuidade às iniciadas em anos anteriores. Entre essas publicações salientam-se:

- * "REVISTA DO ENSINO", destinada principalmente a professores. Seus oito números anuais atingem todos os Estados brasileiros e diversos países da comunidade internacional.
- * "OS AUDAZES", coleção destinada a alunos de 5^a e 6^a séries do ensino supletivo.
- * "INICIAÇÃO À TÉCNICA", documento sobre a parte diversificada do currículo de 1º grau.
- * "AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM", destinado a professores, com o propósito de auxiliá-los na compreensão e solução do problema de avaliar.
- * "ENSINO SUPLETIVO NO RIO GRANDE DO SUL - CARACTERIZAÇÃO DE CURRÍCULO"

Além dessas, diversas publicações foram feitas sob os auspícios da SEC, através do Instituto Estadual do Livro.

CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

- * ORGANIZAÇÃO do I Seminário Regional sobre Acompanhamento, Controle e Avaliação do Siste-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/5

ma de Ensino do 1º e 2º graus, com a participação dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

- * INSTALAÇÃO de laboratórios em 53 escolas do ensino de 2º grau, para atender uma clientela de 70.000 alunos.
- * INSTALAÇÃO de laboratórios e oficinas em estabelecimentos de ensino de 1º grau.
- * RECUPERAÇÃO do Museu Júlio de Castilhos.
- * ORGANIZAÇÃO do I Simpósio Sulriograndense de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, do qual participaram 205 especialistas do Rio Grande do Sul e de outros Estados.
- * ORGANIZAÇÃO do "Seminário Estadual do Livro".
- * INSTALAÇÃO de laboratórios de Línguas, Ciências e Pedagogia, em diversas unidades de ensino superior.
- * CRIAÇÃO do Centro Complementar para Deficientes Visuais, que atende a 100 alunos.
- * ORGANIZAÇÃO de apresentações artístico-culturais, que visam a atender a toda a população do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A certeza de que a educação é, de fato, a promotora do processo de desenvolvimento, levou a SEC a coordenar seus programas e projetos e a concentrar seus recursos para atingir a expansão e o aperfeiçoamento dos serviços educacionais. Isso foi possível porque essa Secretaria vem interagindo com os demais órgãos públicos e particulares- Federais, Estaduais e Municipais- quer pela implantação do regime de delegação de competências, quer através de pesquisas, levantamentos e outras atividades no campo educativo, técnico, administrativo, assistencial, desportivo e cultural.

Essa obra continua, cresce, cultiva-se. Não está encerrada. É um processo que está desencadeado e que precisa ser consolidado.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESCOLA TÉCNICA LIBERATO SALZANO VIEIRA DA CUNHA
- II - DIRETOR: Professor ORLANDO RAZZERA
- III - SEDE: Rua Inconfidentes, 395 - Novo Hamburgo -
- IV - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

RECURSOS HUMANOS

- * Professores e funcionários diretamente ligados ao ensino: 65
- * Pessoal administrativo: 8
- * Pessoal em serviços auxiliares de zeladoria, limpeza e manutenção do prédio: 17
- * Alunos: a matrícula, em 1973, foi de 701 alunos, apresentando um crescimento de 38% em relação ao ano de 1972.

REALIZAÇÕES

Entre suas múltiplas atividades, a Fundação:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

1/6

- * PROMOVEU Cursos Técnicos de 2º grau, com duração de 4 anos, de Química, Eletrotécnica e Mecânica, em um total de 3.360 horas/aula cada um.
- * EXECUTOU:
 - Curso de Mecânica para 12 professores do SENAI
 - Treinamento sobre elementos básicos de eletrônica, para 15 técnicos da PETROBRÁS.
- * COORDENOU a reciclagem de professores de 2º grau, no município de Novo Hamburgo.
- * REALIZOU um levantamento do mercado de trabalho regional, com a participação de alunos da última série.
- * CRIOU a Associação de Pais e Mestres.
- * IMPLANTOU o novo currículo com uma carga horária que permite, a partir de 1974, o funcionamento da escola em dois turnos, duplicando seu atendimento.
- * PRESTOU serviços à comunidade, tais como:
 - análise de controle de qualidade de matéria-prima utilizada pela CEEE, Aços Finos Piritini, ICOTRON e, quando solicitada, às demais indústrias da região;
 - análises especiais para a Secretaria da Saúde e o Instituto Médico Legal.
- * PARTICIPOU da Comissão Antipoluição do município de Novo Hamburgo.
- * PROMOVEU 74 reuniões e 95 conferências, com a participação de aproximadamente 1750 pessoas.
- * FORMOU 127 técnicos de nível médio, assim distribuídos:
 - 62 em Química
 - 17 em Eletrotécnica
 - 18 em Mecânica

PERSPECTIVAS PARA 1974

Muitas são as previsões da Fundação para 1974, das quais destacam-se:

- * CONCLUSÃO dos projetos referentes ao prosseguimento das obras destinadas às oficinas, com recursos oriundos do MEC.
- * INSTALAÇÃO do equipamento destinado ao tratamento térmico, com vistas à prestação de serviços à indústria da região.
- * IMPLANTAÇÃO de um Plano de Carreira específico para o pessoal docente e administrativo da escola.
- * CRIAÇÃO dos cursos de Metalurgia, Instrumentação e Petroquímica.

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ORQUESTRA SINFÔNICA DE PORTO ALEGRE (OSPA)

II - DIRETOR GERAL: Professor JAIR PERES FIGUEIREDO

III - SEDE: Rua Desembargador André da Rocha, 50 - Porto Alegre -

IV - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

RECURSOS HUMANOS

A OSPA conta com 193 servidores.

REALIZAÇÕES

As atividades da OSPA, em 1973, expressam a preocupação da SEC em promover e divulgar a cultura musical, através de realizações de maior significação, como:

- * Concertos para a Juventude, com a regência de maestros de renome, em número de 18.
- * Excursões pelas capitais brasileiras, incluindo Brasília, Rio de Janeiro, Manaus, Teresina, São Paulo, Aracaju, Recife, Salvador, entre outras, em um total de 24 excursões.
- * Apresentação de 9 solistas de renome internacional.
- * Realização de 25 Concertos Extraordinários.
- * Concertos, em número de 10, para contribuintes particulares.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da agricultura



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA AGRICULTURA (SAG)

II - SECRETÁRIO: Economista EDGAR IRIO SIMM

III - SEDE: Avenida Júlio de Castilhos, 585 - Porto Alegre -

IV - ÓRGÃOS RELACIONADOS:

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO S.A. (CEASA/RS)

CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S.A. (VINOSUL)

COMPANHIA DOS TERMINAIS PESQUEIROS DO RIO GRANDE DO SUL (COTEPE)
em implantação em 1973

V - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

Dada a significativa importância do setor agrícola para a atividade econômica global, não poderia o Governo deixar de mostrar seu interesse e preocupação pela problemática do setor, buscando equacioná-la de modo a permitir um desenvolvimento equilibrado e harmônico da economia estadual como um todo.

Disto decorre o empenho dos órgãos de pesquisa agrícola no aperfeiçoamento de novas técnicas e obtenção de espécies mais produtivas e resistentes, de maneira a permitir uma maior produtividade por hectare, bem como proporcionar ao homem do campo maior rentabilidade.

- SUPERVISÃO ADMINISTRATIVA

- Modernização e reorganização de todos os órgãos da SAG;

- Instalação do Parque Internacional de Estcoia (Programa I, projeto nº 2); foi investido um montante de Cr\$ 10.026.111,00 até o final de 1973

- Realização da 36ª Exposição Estadual de Animais.

- SUPERVISÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

- DEFESA SANITÁRIA

Organização e participação em Cursos:

- Adestramento no combate à Febre Aftosa (3 meses)

- Implementação e Avaliação de Projetos de Saúde Animal (Brasília)

- Treinamento de Chefia (Porto Alegre e interior)

- Planificação Administrativa e Avaliação de Campanhas Sanitárias (Porto Alegre)

- Atualização em verminoses (Guaíba)

- Palestras Educativas (em número de 453)

- Número de participantes: 28.350

Combate à Tuberculose bovina:

- Bovinos testados 67.441

- Reagentes positivos 2.913

Combate à Raiva dos herbívoros:

- Focos constatados 178

- Animais mortos 458



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/2

| | |
|--|------------|
| - Vacinações realizadas | 52.245 |
| Combate à brucelose bovina: | |
| - Bovinos testados | 49.367 |
| - Reagentes positivos | 2.364 |
| - Terneiras vacinadas | 678.212 |
| - Combate obrigatório (municípios) | 2\$ |
| Combate à pulurose aviária: | |
| - Aves testadas | 56.742 |
| - Reagentes positivos | 217 |
| Combate à sarna ovina: | |
| - Revisões em ovinos | 34.107.778 |
| - Inspeções realizadas | 86.940 |
| Combate à febre aftosa: | |
| - Animais vacinados, por etapa | 11.856.324 |

Pesquisa Veterinária

| | |
|---|--------|
| Tipificações de vírus aftoso (testes) | 4.500 |
| Cultivo de vírus em lâparos | 48.490 |
| Animais de laboratórios inoculados | 19.446 |
| Diagnósticos de brucelose e tuberculose | 3.254 |

Cursos Práticos promovidos:

- Laticínios, Forragicultura, Ovinocultura, Suinocultura, Tosquia e Inseminação, com um total de 199 alunos.

Outras Atividades

Realização da I^a Feira do Terneiro:

- Inscrições de venda
- Inscrições de compra

5.552

21.420

Seleção Animal:

- Bovinos inspecionados
- Bovinos selecionados
- Ovinos inspecionados
- Ovinos selecionados

20.942

5.342

70.000

55.000

SUPERVISÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

Curso de Operadores de Máquinas Agrícolas

Alunos aprovado

497



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/3

Lavouras demonstrativas - 569 - Área total (hectares)..... 3.900

Informações agrícolas 44.133

Amostras de solos - (análises) 10.232

Inspeção Fitossanitária (nº):

Mudas frutíferas 3.580.929

Mudas florestais 5.291.060

Mudas ornamentais 708.615

Semanas Ruralistas:

- Municípios atingidos 11

- Localidades abrangidas 77

- Nº de agricultores e familiares participantes 10.231

Crédito Rural:

- Bancos participantes 6

- Valor dos financiamentos Cr\$ 33.171.071,69

- Agricultores beneficiados \$ 556

Fiscalização do Comércio de Sementes:

- Cadastramento de comerciantes 110

- Coleta de amostras 1.450

- Fiscalização 315

- Orientação 410

- Cadastramento de municípios 25

Moagem de Calcário:

- Até 15/11 (kg) 32.907.091

Pesquisas e Experimentação:

- Variedades lançadas:

- Trigo: Jacuí (precoce) - Júlio de Castilhos

C. 33 (precoce) - Veranópolis

- Soja: Pérola (médio) - Júlio de Castilhos

Prata (precoce) - Veranópolis

- Linhagens promissoras:

- Trigo -

Precoce - E.E. Bagé: B.15 - B.20

E.E. Veranópolis: C.50 - C.51

E.E. J. Castilhos: S.42 - S.43 - S.45 - S.46 - S.55 - S.61 - S.76

Tardias: - E.E. Veranópolis: C.48

E.E. J. Castilhos: S.40



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/4

SUPERVISÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

- Assistência técnica em conservação de recursos naturais renováveis, a 5.213 agricultores com uma área de 86.844 hectares, em prosseguimento aos trabalhos de extensão e promoção;
- Recebimento e eletrificação das Estações Experimentais de Encruzilhada- do Sul e Livramento;
- Principais pesquisas realizadas e em realização:
 - Determinação da credibilidade dos principais grupos de solos do Rio Grande do Sul, utilizando simuladores de chuva;
 - Avaliação dos efeitos de vários níveis de matéria orgânica, micronutrientes e NPK, aplicados ao solo, no estabelecimento de gramados na costa litorânea do Rio Grande do Sul.
- Sementes e mudas:
 - Mudas fornecidas (florestais ornamentais):
 - Estação Experimental de Silvicultura de Santa Maria..... 800.000
 - Centro de Materiais Vegetais do litoral, em Tramandaí 60.870

ATIVIDADES TÉCNICAS

| | |
|--|---------|
| - Locação de terraços - km | 22.168 |
| - Canais escoadouros - Nº | 4.092 |
| - Locação de estradas internas - km | 254 |
| - Melhoramento de pastagens - ha | 3.866 |
| - Fertilizantes e corretivos - ha | 96.181 |
| - Controle de vossorocas - Nº | 176 |
| - Manutenção de terraços - km | 4.599 |
| - Locação de açudes - Nº | 44 |
| - Locação de taipas - ha | 1.852 |
| - Locação de canais irrigação e drenagem - km | 72 |
| - Distribuição de mudas florestais - Nº de mudas | 329.038 |
| - Amostras de solos - Nº | 3.017 |

SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO

Estudos realizados:

- Estudos a nível de empresa com atividades integradas - Projeto de Estação Experimental de Santo Augusto.
- Análise da conjuntura do trigo.
- Inverna de terneiros - uma alternativa econômica para o Rio Grande do Sul.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/5

- Análise crítica dos cálculos de custo de produção de trigo, da FECOTRIGO.
- Projeto de criação de Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (alternativa econômica para o minifúndio).
- Soja - Análises e perspectivas econômicas - 1973.
- Contabilidade agropecuária para pequenas propriedades.
- Fruticultura, uma alternativa econômica para os minifúndios.
- Comercialização de citrus.
- Comercialização do feijão.
- Mercado de Produtos Agrícolas (atual e futuro).
- Conjuntura estatística de diversos produtos agrícolas do Rio Grande do Sul: trigo, soja, milho, sorgo, batata, cebola, mandioca, feijão, uva, citrus, arroz, fumo, frutos e legumes.
- Pesquisa das condições sócio-econômicas dos produtores de abacaxi no município de Osório.
- Previsão de safras agrícolas.
- Levantamento de preços de insumos agropecuários na capital.
- Cálculo do Produto Bruto da Agricultura do Rio Grande do Sul. (1970, 1971 e 1972).
- Conjuntura sobre a Demanda e Oferta de Tratores no Rio Grande do Sul e Brasil.

DIVULGAÇÃO AGRÍCOLA:

É o responsável pela impressão de material destinado à divulgação dos serviços técnicos e burocráticos, de que foi decorrência a publicação de 3.945.449 impressas.

CENTRAL DE COMANDOS MECANIZADOS DE APOIO À AGRICULTURA (CEMAPA)

CAPTAÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS:

Foram perfurados 204 poços, perfazendo um total de 13.648 m perfurados, abrangendo 59 municípios gaúchos.

DRENAGEM E IRRIGAÇÃO:

Recuperação de aproximadamente 21.300 ha em Torres e Itapoã.

PESQUISA DE CALCÁRIO:

Foram pesquisadas 4 jazidas num total de 16 perfurações e profundidade total de 391,80 m. A jazida de Caçapava do Sul acusou a existência de 4 milhões de toneladas de calcário, nas de Rio Pardo, uma com 322.000 toneladas e outra com 235.100 toneladas. Os cálculos de dimensionamento da quarta jazida, também localizada em Rio Pardo encontram-se em execução.

GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA:

Publicações realizadas: Mapa de Vegetação Natural e Uso de Terras,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/6

cartogramas do Estado, com divisas municipais. Mapeamento Sistemático do Estado.

CONSTRUÇÕES DE AÇUDES E BARRAGENS:

Construção de 12 barragens de grande porte, perfazendo um total de 413.613 m³ de terra removida e compactada e 93 barragens pequenas e açudes, somando 565.600 m³ de terra removida e compactada.

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS COLONIAIS

- Conclusão e entrega de 8 estradas, perfazendo um total de 172,7 km;
- Conclusão de 7 estradas, a serem inauguradas, num total de 119,4 km;
- Obras em execução: construção de 16 estradas coloniais, perfazendo um total de 367,7 km, dos quais 134,0 km já executados;
- Conclusão de 3 pontes, num total de 167 m de vão.

GRUPO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA (GEDIP)

- Pesquisa oceanográfica de área do Atlântico Sul, realizada entre Torres e a foz do rio do Prata;
- Projeto de Desenvolvimento Integral da Pesca da Região de Tramandaí;
- Acordos com diversos órgãos para execução de pesquisa pesqueira:
 - Fundação Cidade de Rio Grande
 - Faculdade de Engenharia Industrial - Rio Grande
 - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL)
 - Universidade Católica de Pelotas
 - Pontifícia Universidade Católica
 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS)
- Conclusão das obras da Escola Técnica de Pesca, localizada na 4^a Seção da Barra de Rio Grande.

PERSPECTIVAS PARA 1974

SUPERVISÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL

- Realização de Feiras de Terneiros nos municípios de Rosário do Sul, São Borja, Santa Maria, Pelotas e Carazinho.
- Execução da programação estabelecida no Conselho de Desenvolvimento de Suinocultura do Rio Grande do Sul. Realização de uma Feira de reprodutores suínos em Santa Rosa.
- Em avicultura, através de convênio com a Associação Gaúcha de Avicultura, intensificar a assistência nas regiões de criação industrial de produção de ovos e frangos de corte.
- Início dos trabalhos de progênie teste.
- Instalação do subcentro de Pesquisas de Ijuí, com a construção de sua sede e instalação



de equipamentos.

- Aumento da área de combate à brucelose, com a inclusão de mais 33 municípios na Campanha e a vacinação atingindo a 767.621 ternceiras.
- Intensificação no combate ao morcego hematófago.
- Ampliação da área de combate à verminose.
- Criação de 120 cargos de Veterinário e 800 cargos de Guardas Sanitários Rurais.
- II EXPOINTER, em Esteio, de 25.08 a 02.09.74.
- Criação de Inspetorias Zootécnicas em Caçapava do Sul, Três Passos e Vacaria.
- Construção da sede da Delegacia Regional Veterinária de Soledade.

SUPERVISÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

- Desenvolvimento de um plano de incentivo à fruticultura, especialmente Rosáceas.
- Desenvolvimento de plano de incentivo às culturas de milho e feijão.
- Continuação dos trabalhos de Renovação da Citricultura Gaúcha.
- Realização de Campanha Interestadual de Controle à Formiga Cortadeira.
- Plano de orientação técnica à cultura da soja, visando a atingir a meta de 4.000.000 toneladas.
- Realização de trinta Semanas Ruralistas.
- Instalação de 1.000 lavouras demonstrativas das principais culturas do Estado.
- Intensificação dos cursos de capacitação profissional para agricultores.
- Construção dos armazéns para sementes em Pas. Fundo, Cruz Alta e Rio Grande.
- Lançamento de novas variedades de trigo, soja e milho.
- Aumento da produção de sementes básicas.
- Intensificação da fiscalização do comércio de sementes e mudas.
- Construção e equipamento do Laboratório de Enologia de Garibaldi.
- Reequipamento dos Laboratórios de Enologia, em função dos requisitos exigidos pela nova Lei de Bebidas.
- Desenvolvimento do plano de recuperação da Apicultura no Estado.
- Instalação de uma fábrica piloto de defensivos agrícolas.
- Modernização do Moinho de Calcário de Corázinho.
- Plano de aproveitamento global da área das Estações Experimentais.
- Orientação sobre controle de pragas e doenças das principais culturas do Estado.
- Controle ao Serrador da Acácia Negra.

SUPERVISÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

- Implantação da 2ª linha da estrutura da Supervisão de Recursos Naturais Renováveis e obtenção de bases físicas adequadas para permitir a expansão das suas atividades.
- Execução do Zoneamento Florestal do Estado.
- Integração de atividades de preservação e controle de Recursos Naturais Renováveis com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).
- Instalação de novos estabelecimentos de produção de sementes e mudas florestais, para suporte físico das Campanhas de Reflorestamento do Estado e de Arborização do Litoral.
- Execução do Plano de Obras nos Parques Florestais, visando a dotá-los da infraestrutura fundamental para a realização de suas finalidades.
- Execução de um projeto de pesquisa com essências florestais nativas e fauna nos Parques Florestais Estaduais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/8

- Ampliação da programação de pesquisas, com espécies nativas e exóticas, florestais e ornamentais no Rio Grande do Sul, e com erosão, uso da terra e fertilidade do solo.
- Ampliação da programação de fixação de dunas, estabilização e uso racional dos solos, arborização e valorização do Litoral do Estado, em convênio com as Prefeituras Municipais, de Torres, Osório, Tramandaí e São José do Norte.
- Ampliação do programa regional de assistência técnica, extensão e promoção, com a instalação e operação de 8 Agências Regionais Conservacionistas, com sede nos municípios de Livramento, Alegrete, Santiago, São Borja, Caxias do Sul, Sarandi, Santa Cruz e Montenegro, para atender aos agricultores de mais 30 municípios gaúchos.
- Implantação da Equipe de Promoção Conservacionista, coordenadora do apoio promocional e campanhas específicas dirigidas às áreas rurais e urbanas.

SUPERVISÃO DE APOIO TÉCNICO

ESTUDOS E PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO NO ANO EM CURSO

- Viabilidade Econômica da Recuperação de 30.000 ha do Banhado de Chico Loma.
- Implantação da 1^a fase do Projeto de Assistência Técnica ao pequeno produtor agrícola vinculado à Associação de Classe que possuam equipamento mecanizado para alugar. Atingirá 10 municípios.
- Estudos de Comercialização do Feijão, Soja e Trigo.
- Pesquisa mensal sobre preços dos principais insumos utilizados pela agropecuária do Estado (em Porto Alegre).
- Previsões periódicas das principais safras da lavoura do Estado.
- Sistematização em termos de séries temporais de dados dos produtos agrícolas do Estado.
- Programa de integração com várias entidades de pesquisas em fertilidade de solos, objetivando indicar fertilizantes e corretivos em quantidades tais que impliquem em máxima eficiência econômica para cada tipo particular de solo do Estado.
- Levantamento dos custos variáveis das principais culturas do Estado, via entrevistas e contabilidade agrícola.
- Elaboração de um Sistema de Contabilidade Agrícola adequado às condições da agricultura gaúcha.

CENTRAL MECANIZADA DE APOIO À AGRICULTURA (CEMAPA)

- Construção de 250 barragens e açudes, na região Sudoeste do Estado.
- Perfuração de 300 poços tubulares profundos, para captação de água subterrânea.
- Construção de 300 km de estradas coloniais e suas obras de arte.
- Drenagem de 30.000 hectares de terras alagadiças com a respectiva canalização para a consequente irrigação.
- Pesquisas de jazidas de calcário dolomítico.
- Publicações geográficas - cartográficas, com os respectivos levantamentos, especialmente do novo Mapa do Rio Grande do Sul e folhas do Mapeamento Sistemático, na escala de 1: 100.000.

GRUPO EXECUTIVO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA (GEDIP)

- Revisão e reformulação da programação pesqueira do Estado, somando em seu desenvolvimen-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/9

to, a atuação conjunta da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e da Companhia dos Terminais Pesqueiros do Rio Grande do Sul COTEPE, objetivando especialmente a implantação e execução de projetos de repercussão imediata na economia do setor.

- Estudo, projeto e início das obras destinadas ao aproveitamento, como terminal pesqueiro provisório, da área adjacente ao Porto Velho do Rio Grande, para apoio ao atual parque pesqueiro local.
- Reestudo de todos os dados levantados pelas diversas expedições científicas já efetuadas no litoral Sul, objetivando, com a síntese de resultados obtidos, a execução, a curto prazo, de programas efetivos do aumento da captura.
- Prosseguimento da execução do Projeto Tramandaí, com ênfase aos sub-projetos de maricultura e piscicultura. Elaboração imediata do ante-projeto dos molhes locais, bem como dos estudos ecológicos e fisiográficos da região. Início dos estudos relativos ao complexo portuário industrial pesqueiro previsto em função da construção dos molhes, já programados pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, do Ministério dos Transportes.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA AGRICULTURA

I - ÓRGÃO: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO S.A. (CEASA-RS)

II - DIRETOR-PRESIDENTE: JARBAS LUIZ MACEDO HAAG

III - SEDE: Av. Fernando Ferrari, 1001 - Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

A CEASA iniciou suas atividades em 25 de setembro de 1973, quando da transferência dos usuários dos mercados da Praia de Belas para as acomodações da Central.

DADOS TÉCNICOS:

- ÁREA CONSTRUÍDA: 55.958 m².

- PAVIMENTAÇÃO: Área de circulação, estacionamento e de acesso, toda asfaltada, com as obras já concluídas, e um total de 206.605 m²;

- PAISAGISMO: A área verde da CEASA/RS compreende 110.000 m², com as obras em fase final.

- MOVIMENTO COMERCIAL:

No mês de dezembro foram comercializadas 22.011 toneladas de produtos horti-fruti-granjeiros em um valor de Cr\$ 21.095.269,00.

É de 280 a média diária de pequenos produtores presentes na CEASA/RS, ocupando 67% da área disponível para 1974.

O número total de comerciantes permanentes já estabelecidos, atualmente, na CEASA/RS é de 117 firmas, ocupando 196 boxes (lojas) das 312 que estarão disponíveis em 1974.

Desde outubro p.p. está funcionando na CEASA/RS uma agência do BERGS atendendo os usuários da mesma. O Banco do Brasil inaugurará, em breve, sua agência.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

2/10

- I - ÓRGÃO: CENTRAL VITIVINÍCOLA DO SUL S.A. (VINOSUL)
- II - DIRETOR-PRESIDENTE: Bacharel AVELINO MAGGIONE
- III - SEDE: Rua Dr. Montauri, 951 - Caxias do Sul - RS -
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A VINOSUL S.A. foi criada pelo Decreto Lei nº 6.441 de 11 de novembro de 1972 e constituída pela Assembléia Geral de 22 de fevereiro de 1973.

Tendo como uma das principais atividades a concentração de mosto de uva, poderá a VINOSUL S.A. adquirir excedentes de uva e de outras frutas, atendendo ao objetivo de regular a oferta e impedir o aviltamento de preços.

Tem como unidades executoras duas concentradoras de mosto, sendo uma localizada em Caxias do Sul e a outra em Bento Gonçalves. Ambas encontram-se em obras, sendo ampliadas em 650 m² de área coberta cada unidade, estando previsto, no projeto, construção de piletas, com capacidade para 700.000 litros na concentradora de Caxias do Sul e 1.300.000 litros na de Bento Gonçalves.

A produção de mosto para 1973 está estimada em 5.000.000 de litros.

É importante ressaltar que a VINOSUL contratou recentemente com a Cia. Estadual de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC) um estudo de viabilidade econômica visando a desenvolver a produção de uvas viníferas bem como as espécies adaptáveis a sucos e mosto concentrado. Além disto pretende-se no estudo em referência determinar perfis alternativos para produção de uvas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

Secretaria da Coordenação
e Planejamento - RS
BIBLIOTECA

secretaria
da indústria e comércio



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO (SIC)
II - SECRETÁRIO: Economista EDISON BAPTISTA CHAVES
III - SEDE: Rue Caldas Júnior, 120 - 15º andar - Porto Alegre -
IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

- INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)
- INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)
- AÇOS FINOS PIRATINI S.A. (APP)
- AÇÚCAR GAÚCHO S.A. (AGASA)
- PRODUTOS GAÚCHOS S.A. (PROGASA)
- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS (CORLAC)
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL (CEDIC)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

As múltiplas atividades desenvolvidas nos vários setores que integram a SIC, no decorrer do exercício de 1973, foram orientadas com vistas a atingir três objetivos principais:

- a) dar continuidade à ação técnica que vinha sendo desenvolvida na pasta;
- b) montar um programa de trabalho; e
- c) criar uma estrutura institucional para execução do referido programa.

Em decorrência de tal orientação, destaca-se como elemento de suma importância a implantação da Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CEDIC), instituída pela Lei 6530, de 12 de janeiro de 1973, para "prestar assistência e consultoria técnica na elaboração, execução e implantação de estudos, programas e projetos relacionados com a política estadual dos setores, e promoção e dinamização do desenvolvimento industrial e da comercialização de produtos no Estado".

É meta da CEDIC executar a política da SIC, dando maior dinamismo e flexibilidade à execução dos programas de desenvolvimento dos setores secundário e terciário do Estado.

Para executar suas atividades, a SIC possui três departamentos operacionais: Departamento Técnico, Departamento Empresarial e Departamento de Assistência ao Cooperativismo, além do Departamento Administrativo. Participa do Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais (CEPEDI), preside o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CONDEI), o Conselho de Desenvolvimento Comercial (CONDEC), e o Conselho Diretor do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM).

Com o objetivo de solucionar problemas de localização fabril, principalmente os gerados pelo conflito entre a expansão das indústrias e o desenvolvimento urbano, vêm sendo realizados estudos de identificação de áreas onde os esforços industriais possam ser concentrados e racionalizados.

Atualmente, estão sendo executados os trabalhos de implantação do Distrito Industrial de Gravataí, o qual apresenta excelentes condições de localização para indústrias alimentares e complexos fabris de produtos mecânicos, conforme análise feita pelo Grupo Executivo da Região Metropolitana de Porto Alegre (GERM). Paralelamente à criação da área industrial de Gravataí, está sendo desenvolvido um projeto com a finalidade de evitar que as fábricas a serem instaladas na área venham a se constituir em agentes poluidores.

Coroando uma política de atração de novos investimentos, o ano de 1973 apresentou resultados supreendentes, quando 11 novas indústrias de grande porte - nacionais e estrangeiras - foram atraídas para o Estado. Dentre elas, destacam-se:

- Gildemeister: um dos maiores conglomerados mundiais na fabrica-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/2

ção de máquinas operatrizes, que trará para o Estado um complexo de seis a oito indústrias satélites, as quais operarão num sistema integrado à fabricação central:

- Barmag Maschinenfabrik: máquinas para a indústria têxtil;
- Bassey & Sohn: aços trefilados;
- BRS: motociclos;
- Velosolex: bicicletas a motor;
- Plassey A.T.E.: componentes eletrônicos;
- Ericson: equipamentos eletrônicos; e
- Máquinas Piratininga (associada à Massey Fergusson); implementos agrícolas.

Atendendo aos interesses de indústrias automobilísticas estrangeiras que têm procurado a SIC a fim de estudar a possibilidade de instalar uma fábrica de automóveis no Rio Grande do Sul, o Departamento Técnico desta Pasta realizou um levantamento das indústrias gaúchas que produzem autopeças. O trabalho serve de subsídio aos interessados e tem sido utilizado para demonstrar não só a diversificação da produção industrial do Estado, como também o alto percentual de fábricas dedicadas ao ramo de autopeças. Como termo de referência, utilizou-se um carro Opala do qual resultou a seguinte conclusão:

- as 118 fábricas que trabalham no setor contribuem com 35% das peças componentes desse carro.

Durante o ano de 1973, três empresas francesas, uma britânica e uma sueca manifestaram interesse em investir no Rio Grande do Sul, instalando aqui fábricas de automóveis. Várias gestões foram realizadas pela SIC, em diferentes etapas, com visitas "in loco" de missões dessas empresas a diferentes locais em zonas industriais do Estado e a fábricas gaúchas do setor de auto-peças.

As missões recebidas pela SIC foram das seguintes indústrias:

FRANCESAS:

- Regie Nationale des Usines Renault
- Peugeot Automobiles
- Citroën S.A.

INGLESAS:

- British Leyland Motor Corporation

SUECA:

- Volvo A.B.

O funcionamento efetivo da Aços Finos Piratini foi, sem dúvida, o grande marco no setor industrial do Estado, assinalando o início de uma nova etapa para a economia gaúcha, a busca da industrialização em ramos não tradicionais. A par do avanço tecnológico trazido pela usina, destaca-se a importância da mesma como fonte de matéria-prima para o desenvolvimento de um parque industrial voltado ao aproveitamento de seus aços especiais.

Todavia, se a atração de novos investimentos é uma das grandes metas do Governo do Estado em termos de desenvolvimento industrial e uma das principais preocupações da SIC, também ocupa lugar importante o fortalecimento do parque fabril já existente. Com essa finalidade, a implantação do Fondo Operação Empresa - (FUNDOPEM) já beneficiou a um grande número de indústrias gaúchas em seus projetos de expansão e instalação de novas unidades.

Outra atividade da SIC destina-se a providências de apoio ao setor industrial e à realização de amplo estudo sobre aspectos de liquidez, estrutura de capital e rentabilidade das empresas que atuam nos diferentes ramos manufatureiros do Estado. Neste sentido, o estudo efetuado pelo Departamento Técnico da SIC é um instrumento importante para a aferição da realidade empresarial do Estado no setor industrial, inclusive



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/3

por ser o mesmo inédito dentro de suas características específicas.

A adoção de providências a nível oficial, para corrigir possíveis distorções detectadas em determinado ramo industrial, poderá ser uma das medidas decorrentes da efetivação do estudo.

A par disso, o Departamento Técnico desenvolveu os seguintes trabalhos:

a) No setor industrial:

- Elaboração de Perfis Setoriais.
- Elaboração de um Guia dos Incentivos para implantação, expansão ou desenvolvimento das indústrias.
- Elaboração do roteiro das atividades necessárias para instalar uma empresa no Estado.
- Elaboração de estudos para o acompanhamento da conjuntura.
- Elaboração do Cadastro Industrial do Rio Grande do Sul.
- Atualização do Manual do Investidor.
- Elaboração de uma Análise Industrial do Rio Grande do Sul-Aspectos Econômico-Financeiros.
- Identificação das Facilidades Locacionais dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

b) No setor comercial:

- Estudo de caráter técnico-econômico relacionado com a exportação e importação de mercadorias pelo Estado.
- Coleta, interpretação e divulgação de dados estatísticos referentes ao intercâmbio comercial do Rio Grande do Sul com as demais unidades do País e exterior.
- Participação nas reuniões ordinárias, extraordinárias e setoriais da ALALC, acompanhando as resoluções, transmitindo-as às classes empresariais e no assessoramento aos convênios comerciais.
- Estudo sobre o comportamento dos preços internacionais e seus reflexos nas exportações e importações do Estado.
- Promoção e pesquisa de mercado para a colocação de produtos riograndenses nos mercados nacional e internacional.

As atividades desenvolvidas pelo Departamento Técnico da SIC, em função da sua própria estrutura, possuem características especiais e "sui-generis". Geralmente, estas atividades estão relacionadas com as necessidades imediatas dos empresários e do sistema empresarial do Estado, do país e do exterior.

Por esta razão, o Departamento Técnico montou um sistema de informações e uma equipe de trabalho que tivesse condições de atender satisfatoriamente a estas solicitações.

Apresenta-se, a seguir, alguns dados sinalizados da conjuntura industrial do Estado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/4

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CRESCIMENTO INDUSTRIAL (VALOR REAL DA PRODUÇÃO)

JANEIRO/JULHO 1973 - JANEIRO/JULHO 1972

| SETORES | CRESCIMENTO | PARTICIPAÇÃO |
|--------------------------------------|-------------|--------------|
| 01 - Minerais não metálicos | 8,08 | 2,11 |
| 02 - Metalúrgica | 28,53 | 8,88 |
| 03 - Mecânica | 47,90 | 8,74 |
| 04 - Mat. Elétrico e de Comunicações | 24,59 | 3,00 |
| 05 - Material de Transporte | 30,88 | 4,12 |
| 06 - Papel e Papelão | 103,21 | 2,06 |
| 07 - Borracha | 73,01 | 0,81 |
| 08 - Química | 0,82 | 17,29 |
| 09 - Produtos de Perf. Sabão e Velas | 12,48 | 0,52 |
| 10 - Produtos de Matéria Plástica | 79,26 | 0,68 |
| 11 - Têxtil | 10,93 | 3,16 |
| 12 - Vest. Calçados e Art. Tecidos | 34,20 | 10,04 |
| 13 - Produtos Alimentares | - 1,57 | 31,57 |
| 14 - Bebidas | 26,97 | 3,52 |
| 15 - Fumo | - 19,78 | 3,45 |
| TOTAL DA INDÚSTRIA | 15,92 | 100,00 |

FONTE: DADOS BRUTOS - IBGE
METODOLOGIA - SIC

CRESCIMENTO INDUSTRIAL

O crescimento da indústria de transformação no Rio Grande do Sul foi de 15,92% no período de janeiro a julho de 1973, em relação a igual período do ano anterior.

Dentre os gêneros pesquisados, aqueles que apresentaram maior crescimento, no período considerado, foram: Papel e Papelão com 103,21%, Produtos de Matéria Plástica com 79,26% e Borracha com 73,01%.

Observa-se, por outro lado, que as indústrias de Produtos Alimentares e de Fumo tiveram um crescimento negativo, respectivamente de 1,57% e de 19,78%.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

- I - ÓRGÃO: INSTITUTO RIOGRANDENSE DO ARROZ (IRGA)
- II - PRESIDENTE: Bacharel UBIRAJARA DE JESUS PEREIRA
- III - SEDE: Av. Júlio de Castilhos, 585 - 10º andar - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Mediante o programa de comercialização e industrialização do arroz, a autarquia intervém no mercado arrozeiro, seja para garantir ao comprador o preço mínimo estabelecido, seja para assegurar o abastecimento nos mercados consumidores.

Por outro lado, o IRGA mantém uma rede de engenhos próprios assim



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/5

como armazéns para estocagem do produto.

A fim de dar cumprimento às finalidades de garantia do preço mínimo aos produtores de arroz, o IRGA firmou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de Cr\$ 150 milhões. Com tais recursos, adquiriu 1.297.980 sacos de arroz beneficiado, no valor de Cr\$ 98.765.823,98, e mais um total de 132.745 volumes, no valor de quatro milhões, duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e doiz cruzeiros e quarenta e sete centavos (4.288.982,47).

Quanto à venda do arroz beneficiado, em cumprimento às determinações das autoridades federais, a autarquia vendeu 135.160 sacos, no valor de treze milhões, seiscentos e quatorze mil, setecentos e sessenta cruzeiros (13.614.760,00), a partir de 18 de outubro até o final de dezembro.

Participando da comercialização da safra gaúcha do arroz, o IRGA comprou dois milhões de sacas de arroz beneficiado e em casca, num total de cento e cinco milhões, duzentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta cruzeiros e quarenta e sete centavos (105.229.470,47).

A autarquia executou uma série de projetos (muitos dos quais ainda se encontram em andamento), visando acriar uma infra-estrutura com maior e melhor capacidade de ação. Neste sentido, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Construção de um armazém no porto de Rio Grande, com uma área de 9.250 metros quadrados, com a finalidade de dotar a autarquia de grande capacidade de armazenagem no maior porto marítimo do Estado.

- Reforma e ampliação do armazém em Pelotas, a fim de propiciar a capacidade de armazenamento de 500 mil sacos naquele porto gaúcho.

- Reforma e ampliação do engenho de Cachoeira do Sul.

- Reforma do engenho de Porto Alegre, para aumentar sua capacidade de armazenamento e modernização dos equipamentos industriais.

- Reforma do engenho de Palmares do Sul, no município de Osório, a fim de dotá-lo de melhores condições operacionais.

- Construção de um prédio, em Palmares do Sul, para depósito de máquinas e oficina.

- Com o objetivo de recuperar os solos, obter madeira e criar proteção contra os ventos, foi posto em andamento um projeto de reflorestamento em Palmares do Sul, em uma extensão de mais de 2.500 hectares.

- Aquisição de equipamentos e instalação dos mesmos na Estação Meteorológica de Cachoeirinha atendendo à necessidade de uma fiel observação e registro dos fenômenos meteorológicos naquela área, para a cultura experimental do arroz.

- Realização do projeto final do Plano Acelerado para Melhoramento da Arroz, constituído por um conjunto de obras e equipamentos, bem como pela instalação de uma unidade agrícola ao norte do país, o que vai permitir a obtenção de no mínimo, duas gerações de linhagens ao ano. Sua conclusão está prevista para o final de 1974.

- Retificação da barragem do Capané e canais de irrigação.

No conjunto, essas atividades demandaram uma dotação total no valor de Cr\$ 6.407.885,18.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/6

- I - ÓRGÃO: INSTITUTO SUL-RIOGRANDENSE DE CARNES (ISRC)
- II - PRESIDENTE SUBSTITUTO: Doutor ALBERTO SEVERO
- III - SEDE: Rua dos Andradas, 1234 - 10º andar - sala 1007 - Porto Alegre
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O ISRC teve parte de suas atividades englobada pelas Secretarias da Agricultura e da Indústria e Comércio e teve, com a suspensão da cobrança da taxa de cooperação, obstruída sua receita. Atualmente o ISRC se ocupa com a elaboração de dados estatísticos. Em vista desta situação, está sendo efetuado um estudo para sua reformulação.

- I - ÓRGÃO: AÇOS FINOS PIRATINI S.A. (APP)
- II - DIRETOR PRESIDENTE: Professor BERNARDO GEISEL
- III - SEDE: Rua Câncio Gomes, 127, Porto Alegre
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O ano de 1973 marcou o início de produção da Usina em Charqueadas, da Aços Finos Piratini S.A., a qual veio integrar-se ao complexo siderúrgico/energético da região.

A inauguração oficial (27/jun/73), presidida por S.Exa. o Presidente da República Gen. Emílio Garrastazu Médici, teve como marco, a posta em marcha do forno de 12 t da aciaria. Desde março, entretanto, a unidade de Beneficiamento de Carvão já vinha produzindo o redutor, matéria-prima para a obtenção do ferro esponja. A Unidade de Redução Direta (5ª no mundo em operação) iniciou a produção em 31/agosto/73 vindo abastecer com o ferro esponja os fornos elétricos da Aciaria. Dada a escassez verificada no mercado da sucata e as vantagens do ferro esponja em relação a ela, desde então diversas empresas demonstraram interesse em utilizar este produto da AFP. A Aços Villares já adquiriu 150 toneladas para teste e está agora interessada em receber 1000 t/mês, o que infelizmente não será possível fornecer. Também a COBRASMA já recebeu amostras, havendo muitos outros interessados.

A unidade seguinte a entrar em operação foi a Forjaria, que com seus marteletes pneumáticos, iniciou a produção de forjados sob encomenda, em novembro de 73. Entretanto, já em agosto eram produzidas ferramentas forjadas para uso próprio da empresa. Com a posta em marcha da prensa hidráulica de 1.000 t previstas para fevereiro de 1974, a Forjaria está com seu parque de máquinas completo.

A unidade de Laminação, em 25/Janeiro/74 iniciou os testes a quente do Trem Desbastador e, ainda no corrente ano com a posta em marcha do Trem de Médios Perfiles, Trem de Pequenos Perfiles e Trem de Arames deverá entrar em operação de rotina.

As unidades de Tratamento Térmico e Acabamento Mecânico estarão iniciando gradativamente a operação de seus diversos equipamentos a partir de março do corrente ano.

O quadro de funcionários da empresa, ao encerrar-se o ano indica que, com sua implantação foram criados diretamente 1.755 novos empregos, com grande aproveitamento da mão-de-obra local.

As vendas de produtos próprios, iniciadas em agosto/73, ao encerrar-se o ano, indicavam em números redondos um valor total de Cr\$ 4.323.000,00.

Permaneceram em estoque, em 31/Dez/73 produtos próprios no valor total de aproximadamente Cr\$ 9.705.000,00.

Para o próximo exercício está orçado um faturamento de cento e no-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/7

venta e nove milhões e trezentos e noventa mil cruzeiros (199.390.000,00), correspondente à produção programada de 70.330 t de lingotes.

I - UNIDADES EM OPERAÇÃO:

DATA

| | |
|--------------------------|--------|
| Beneficiamento de Carvão | MAR/73 |
| Aciaria | JUN/73 |
| Redução Direta SL/RN | SET/73 |
| Forjaria | NOV/73 |

2 - UNIDADES EM FINAL DE MONTAGEM

DATA

| | |
|---------------------|--------|
| Laminação | JAN/74 |
| Acabamento Mecânico | MAR/74 |
| Tratamento Térmico | ABR/74 |

I - ÓRGÃO: AÇÚCAR GAÚCHO S/A. (AGASA)

II - PRESIDENTE: Coronel TISIANO FELIPE DE LEONI

III - SEDE: Km 97 da RS/17, Santo Antônio da Patrulha

Porto Alegre: Av. Amazonas, 753

IV - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Em seus quatro canaviais, a AGASA realizou trabalhos de capina, preparo do solo, plantio, colheita e drenagem, numa área total de 634 hectares objetivando o auto-abastecimento da empresa visando a utilizar a totalidade da capacidade industrial instalada.

Por outro lado, com a finalidade de incrementar a cultura da cana dentro dos modernos padrões tecnológicos, foi prestada assistência técnica ao produtor através de uma equipe de agrônomos e técnicos rurais da empresa, bem como assistência financeira, através de contrato entre a AGASA e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, no montante de Cr\$ 2 milhões.

Em julho de 1973, começou a funcionar a DISPRODAL - Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda., empresa subsidiária da AGASA com o capital de Cr\$200.000,00. Seus ramos de negócios compreendem o supermercado e estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios. Como resultado da política de compras adotada pelo supermercado, foi possível oferecer os produtos a preços ao nível dos da capital.

I - ÓRGÃO: PRODUTOS GAÚCHOS S/A. (PROGASA)

II - DIRETOR PRESIDENTE: Bacharel MARIUS JACOBS

III - SEDE: Rua Marcílio Dias, 1056 - Porto Alegre -

IV - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

São objetivos da PROGASA a planificação, organização e exploração das atividades de produção, industrialização de produtos alimentícios, especialmente originaários da agricultura, destacadamente cebola, bem como a manipulação, industrialização e transporte de pescado fresco, curado - salgado, prensado, seco e defumado - congelado, além



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/8

das atividades industriais afins, inclusive importação e exportação.

A programação de produção da PROGASA previa operações industriais de desidratação de cebola por um período mínimo de 6 meses, em trabalho contínuo de 24 horas/dia, tendo a fábrica condições de absorver 12,5 ton/dia de matéria-prima.

Neste semestre, logrou a Empresa afirmar-se como seguro fornecedor de cebola desidratada, conseguindo inscrever, como clientes habituais, boa parte das grandes indústrias consumidoras.

Para a próxima safra estabeleceu-se um planejamento, já em fase de execução, que deverá assegurar a obtenção de estoques suficientes para o atendimento da demanda, por parte das grandes indústrias, bem como propiciar o lançamento, em escala nacional, de produtos desidratados em embalagens para consumo doméstico.

Com o objetivo de ser dado total aproveitamento à maior riqueza da região - a cebola - a Empresa pretende industrializar também seu óleo.

A 500 m do Parque Industrial encontra-se a principal zona de captação de camarão do Estado. Em vista disso promoveu-se a instalação de indústria pioniera, para beneficiamento e industrialização de camarão e peixe, com capacidade inicial de produção diária de 1.500 Kg de produto acabado, capacidade esta a ser aumentada para 3 000kg numa segunda etapa, e 5 000 Kg numa terceira.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORRELATOS S.A. (CORLAC)

II - DIRETOR PRESIDENTE: Economista CARLOS LUIZ KRETMANN

III - SEDE: Rua Carlos Von Koseritz, 200 - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

No exercício de 1973, a CORLAC marcou sua presença nas grandes áreas de produção e de consumo de leite do Estado, atuando como reguladora do mercado de leite e derivados, além de garantir o abastecimento do consumidor, principalmente no período de entre-safra, quando a oferta do leite "in natura" reduz-se sensivelmente. Em vista disso, a CORLAC procurou aumentar sua produção e o estoque de leite em pó, através de sua desidratadora de Taquara, além de já estar providenciando as importações necessárias para suportar a escassez prevista, que deverá ocorrer na próxima entre-safra.

No transcorrer de 1974, a CORLAC deverá realizar um estudo inter-setorial, em comum acordo com os industriais do leite e por determinação do Governo do Estado, objetivando delinear sua política de crescimento, no sentido de manter sua atuação como Reguladora do setor e visando ao atendimento de grande parte do interior do Estado gaúcho, que até hoje não consome leite pasteurizado.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL (CEDIC)

II - DIRETOR PRESIDENTE: Dr. LUIZ EMÍLIO CORREIA MAYER

III - SEDE: Rua Caldas Júnior, 120 - 15º andar - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Rio Grande do Sul (CEDIC) foi criada pelo Governo do Estado com o propósito de estimular o desenvolvimento industrial e comercial do Estado.

PROGRAMA DE TREINAMENTO INTENSIVO

A CEDIC realizou um Programa de Treinamento Intensivo, para técni



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

3/9

ços de diversas categorias, treinados dentro da própria Companhia.

FEIRA DE LUANDA

No mês de outubro de 1973, a CEDIC teve participação ativa, através de um representante, na Feira Internacional de Luanda. Este técnico serviu de ligação entre o comércio e indústrias gaúchas e empresários africanos e europeus para a realização de grandes negócios, contribuindo para o melhor conhecimento do potencial brasileiro, e principalmente sul-riograndense, em termos de comércio, indústria e produtos manufaturados.

ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE FÁBRICA DE PNEUS

Foi elaborado um estudo de viabilidade econômica visando à implantação de indústria de pneus no Rio Grande do Sul, a qual apresentou resultados positivos.

GUIA DOS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS

O Departamento de Operações elaborou um Guia de Incentivos Governamentais, com a finalidade de esclarecer aos futuros investidores, sobre os estímulos concedidos pelos governos municipal, estadual e federal a novos empreendimentos.

A CEDIC tem ainda em andamento diversos trabalhos, dentre os quais mencionam-se:

- PERFIS SETORIAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ECONOMIA GAÚCHA

- CADASTRO INDUSTRIAL

4.000 a 6.000 indústrias cadastradas pelo Banco de Informações, na capital e arredores.

- ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAS

Trabalho de grande importância para o desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul. O estudo das áreas industriais compreende: levantamento de características físicas da área, plano físico, aspectos institucionais, aspectos econômicos, financeiros e documentação.

- PROJETO "AGASA"

Elaboração de projeto para ampliação da Usina de Santo Antônio da Patrulha, bem como implantação de canavial próprio; implantação de nova usina em Torres.

- PROJETO "VINOSUL"

Levantamento de custo para aumento de produção e projeto de desenvolvimento da região vitivinícola, atendendo aspectos de produção e, principalmente, aspectos sociais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Gabinete do Governador

secretaria
de coordenação e planejamento



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO - (SCP) -
- II - SECRETÁRIO: Professor CARLOS VERISSIMO DE ALMEIDA ANARAL
- III - SEDE: Rua Siqueira de Campos, 1044 - 3º andar - Porto Alegre -
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS E RELACIONADOS:
 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - (FAPERGS)
 - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - (CIENTEC)
 - FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS - (FDRH)
 - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - (FEE) - criada pela Lei nº 6624, de 13 de novembro de 1973, em organização.
 - BANCO REGIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - (BRDE) -
Autarquia Interestadual — RELACIONADO
- V - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- GENÉRICAS:

- Atuação indireta na coordenação entre os diversos órgãos estaduais.

- ESPECÍFICAS:

- Orçamento Plurianual de Investimentos (OPI) 74/76

Na elaboração do documento para o triênio 74/76, como já acontecera nos exercícios anteriores, foi tomado como elemento central de referência à sua compatibilização plena com o "Projeto Grande Rio Grande", tendo em vista a materialização das metas básicas a que o Governo se propôs no início de sua gestão.

Cabe registrar, ainda, a montagem de um projeto de processamento eletrônico do Orçamento de Capital, que ensejará em 1974 o abandono das técnicas tradicionais de elaboração orçamentária, com reais vantagens para o processo iterativo de análise e compatibilização das propostas orçamentárias setoriais.

No campo da execução orçamentária das despesas de capital foi introduzida nova sistemática, através da programação por cotas trimestrais, objetivando:

- a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução de seus programas de trabalho;
- b) manter durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

A adoção desta sistemática permitiu, outrossim, um tratamento mais técnico dos pedidos de liberação, de um lado por ensejar a visão global do montante de recursos necessários a cada trimestre e de outro, pela análise de todos os projetos a luz de critérios gerais e uniformes estabelecidos a partir de uma política definida de racionalização dos gastos públicos.

- SISTEMA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DO OPI

O Decreto nº 21.587, de 5 de janeiro de 1972, instituiu o Sistema de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/2

Acompanhamento e Controle do Orçamento Plurianual de Investimentos.

A primeira abordagem do problema levou à criação e à operação em 1972 de um modelo voltado essencialmente para o acompanhamento financeiro dos projetos da Administração Direta e Autárquica.

O segundo modelo desenvolvido e operado em 1973 além de incluir o acompanhamento dos projetos das Sociedades de Economia Mista, buscou uma maior abertura no sentido do acompanhamento físico dos projetos.

- FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO, DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Foi feita a distribuição, através de Plano de Aplicação elaborado pela Supervisão de Programação do Setor Público, da quota-parte atribuída ao Estado, para o exercício de 1973, do Fundo de Participação dos Estados, Distrito Federal e Territórios, num montante de Cr\$ 69.483.000,00.

- FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

A SCP exerceu a função de agente articulador entre os municípios e o Ministério de Planejamento e Coordenação Geral, no que se refere ao Fundo de Participação dos Municípios, prestando orientação e assistência técnica a 29 Prefeituras sobre a formulação de seus programas de aplicação, bem como nas reformulações decorrentes de arrecadação a maior.

- PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

Cumprindo a programação estabelecida para 1973, foram realizados estudos e proposições com vistas a uma determinação conceitual da terminologia introduzida pelo Decreto nº 19.801/69, bem como a uma orientação normativa para a elaboração de Regimento Interno.

A partir de abril foram estabelecidos os primeiros contatos com a problemática que envolve a mudança e instalação dos serviços públicos no Centro Administrativo do Estado, (CAE).

- SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO GLOBAL - SUPLAG

O Decreto nº 22.369, de 2 de março de 1973, que alterou a estrutura da Secretaria de Coordenação e Planejamento, extinguiu a Superintendência de Estatística e Informática - SEI e criou a Superintendência de Planejamento Global - SUPLAG, integrada na estrutura da SCP, que no término do período apresentou, entre outros, os seguintes trabalhos:

- Atualização das Publicações sobre Exportações do RS;
- Arquivo em Computador de Séries Estatísticas e Cadastro Referencial sobre trabalhos de Economia;
- Sensoreamento Remoto - implantação de um sub-sistema de informa-



ção visando à distribuição espacial de dados, de forma periódica e sistemática, como instrumento de apoio ao processo de planejamento;

- Instituição do Sistema de Informação, com trabalhos concluídos: Estatísticas Educacionais, Médico-Sanitária e Sindicatos;
- Análise da Economia do Rio Grande do Sul;
- Sistema Sinalizador da Conjuntura: indicação, a curto prazo, da evolução da economia do Estado;
- Programa de Informações para Comércio e Indústria;
- Contas Regionais;

- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FUNDURBANO -

O Governo Federal, com recursos do Banco Nacional de Habitação (BNH), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A., sendo este último o gestor, criou o Fundo de Desenvolvimento Urbano, FUNDURBANO, com a finalidade de financiar aos Estados e Municípios com mais de 50.000 habitantes, Autarquias, Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Concessionários de Serviços Públicos, a implantação de obras prioritárias, entendidas como tais: implantação ou remanejamento da rede viária urbana e suburbana; infra-estrutura básica, serviços essenciais de utilidade pública e equipamentos comunitários; tratamento e manutenção dos rios e vias navegáveis integrados no contexto urbano; recuperação de alagados e outras áreas degenerescentes; e outras obras ligadas ao desenvolvimento urbano, exceto os serviços de água e esgotos e metrôs.

No sentido de dinamizar esses recursos no Rio Grande do Sul, onde a Área Metropolitana é composta de 14 Municípios, dos quais nove possuem mais de 50.000 habitantes, o Estado firmou com o Banco do Brasil, em 27 de julho de 1973, um Protocolo de Cooperação, sendo que todas as habilitações ao FUNDURBANO são encaminhadas pela SCP, após exame e parecer.

Para cumprir as responsabilidades do Estado nesse Protocolo, foi criada uma Equipe de Assessoria Técnica de Projetos SCP-Fundo BB que no desenvolvimento de suas atividades apreciou projetos e encaminhou ao Banco do Brasil os seguintes:

| | |
|-------------------|---------------------------|
| BAGE | Cr\$ 10.951.218,95 |
| CAXIAS DO SUL ... | Cr\$ 14.000.000,00 |
| SÃO LEOPOLDO | Cr\$ 12.823.442,45 |
| NOVO HAMBURGO ... | Cr\$ 20.500.000,00 |
| RIO GRANDE | Cr\$ 10.000.000,00 |
| TOTAL ... | <u>Cr\$ 68.274.661,40</u> |

- Companhia Riograndense de Telecomunicações -
- CRT - Projeto BB Cr\$ 204.000.000,00
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
- DAER - 6 Projetos viários Cr\$ 260.996.867,50

Encontram-se em estudo na Assessoria mais 4 projetos, dependendo de complementação de documentos pelos municípios interessados.

Foram também elaborados pela Equipe de Assessoria Técnica os estudos iniciais para a criação do Fundo de Investimentos Urbanos do Estado do Rio Grande do Sul, cuja lei foi sancionada em 12.12.1973.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/4

- COOPERAÇÃO PARA PROJETOS MUNICIPAIS E COMUNITÁRIOS

Este programa, afeto à SCP, alcançou um total de Cr\$25.970.000,00, sendo destinados deste valor, 37,73% para eletrificação rural, 26,41% para construção e recuperação de pontes, 13,20% para construção e recuperação de escolas, 9,43% para a construção e recuperação de hospitais, 7,54% para a construção de centros de educação física e ginásios cobertos e 5,66% para expansão agropecuária.

- JUNTA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A Junta Coordenadora da Reforma Administrativa sofreu alteração, passando a denominar-se Junta de Modernização Administrativa, com o seu Conselho Diretor integrado pelos Secretários de Coordenação e Planejamento, seu Presidente, da Fazenda, da Administração e do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, com atribuições mais amplas, visando, também, à instalação das diversas Secretarias no Centro Administrativo do Estado.

A Junta, durante o período, atendendo a solicitação dos respectivos Secretários de Estado, deliberou sobre os seguintes projetos:

- de decreto criando os seguintes órgãos:
 - Central Riograndense de Inseminação Artificial, da Secretaria da Agricultura;
 - Coordenadoria Geral da Arrecadação, da Secretaria da Fazenda;
 - Delegacia de Tóxicos, da Secretaria da Segurança Pública;
 - Contadorias Seccionais, da Secretaria da Fazenda;
 - Instituto de Informática Jurídica;
- de decreto regulando o funcionamento do Conselho Estadual de Saúde e do Fundo Estadual de Saúde;
- de decreto alterando denominação e competência da Junta Coordenadora da Reforma Administrativa e a Comissão de Infortunistica, Medicina Operacional e Readaptação - CIMOR.

CONSELHO ESPECIAL DE PLANEJAMENTO E EXPANSÃO DE DISTRITOS INDUSTRIAS - CEPEDI -

O Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais - CEPEDI, coordenado pelo Secretário de Coordenação e Planejamento, é composto pelos Secretários da Indústria e Comércio, dos Transportes, de Energia, Minas e Comunicações, da Agricultura, do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e do Trabalho e Ação Social, conforme alteração efetuada através do Decreto nº 22.854, de 10 de dezembro de 1973 e dispõe de uma Assessoria Técnica desenvolvendo seus serviços junto à Secretaria de Coordenação e Planejamento.

O CEPEDI, em 1973, buscou tornar mais incisiva a sua atuação na implantação, no interior do Estado, de áreas industriais ou ampliação das já existentes, para auxiliar o desenvolvimento municipal e corresponder a ação de empresas que desejam fixar-se em locais mais adequados às suas necessidades.

Dentro desta orientação de interiorizar o desenvolvimento estadual foram realizados estudos pela Assessoria Técnica, visando a definir os municípios com maiores potenciais de desenvolvimento industrial, bem como foram realizados contatos com



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/5

organismos municipais e metropolitanos para alcançar uma maior integração de esforços.

Como consequência desta atuação foram realizados anteprojetos para quatro Distritos Industriais na Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo declarada de Utilidade Pública, pelo Estado, uma área de aproximadamente 550 ha, no município de Gravataí, o que se efetivou através do Decreto nº 22.592, de 20 de agosto de 1973.

Está sendo também analisada para definir como de utilidade pública pelo Estado uma área de aproximadamente 140 ha no município de Santa Rosa, e uma área de 1.126 ha, em Santa Maria.

Para implantação ou expansão de áreas industriais municipais também vêm atuando o CEPEDI, investindo em obras de terraplenagem em Farroupilha e Flores da Cunha, onde foram preparados mais de 60.000 m² para indústrias, abertura de vias de acesso em Pelotas e terraplenagem em Caxias do Sul.

Auxiliando as municipalidades na localização de Áreas Industriais, o CEPEDI prestou assessoria técnica a Três de Maio, Bento Gonçalves, Cruz Alta, Santa Rosa, Lageado-Estrela e Novo Hamburgo, tendo trabalhado também em conjunto com o GERM na Região Metropolitana.

Presentemente estão sendo encaminhados os contatos para a execução de projetos de Plano Diretor das Áreas Industriais de Bento Gonçalves, Novo Hamburgo e para o Entroncamento Rodovia-Hidro-Ferroviário do Taquari.

Finalmente, cabe lembrar que também estão sendo prestados auxílios no setor jurídico aos municípios de Arroio do Meio, Camaquã, Tapes, Vacaria e Caxias do Sul.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS INTEGRADOS PARA O SETOR AGROPECUÁRIO DO ESTADO

Esse Programa, originado do Convênio firmado entre o Governo do Estado, Ministério da Agricultura, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas - IICA, da Organização dos Estados Americanos - OEA -, e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - vem desenvolvendo suas atividades em torno dos seguintes projetos:

- PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO - constituindo-se a maior ênfase do Programa, no qual estão baseados os projetos específicos;
- REGIONALIZAÇÃO - caracterização da economia agrícola das sub regiões de programação do Estado;
- ZONEAMENTO AGRÍCOLA - identificação de áreas potenciais para os vinte cultivos mais importantes do Estado;
- PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS DO PROJETO DE LEVANTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS, SÓCIO-ECONÔMICOS E INSTITUCIONAIS DO ESTADO — ACIIRS —
- ESTUDOS DE MERCADOS
- PLANEJAMENTO MICRO-ECONÔMICO - planejamento a nível de unidade de produção com os seguintes projetos específicos:
 - Seleção preliminar de produtos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/6

- Identificação de níveis tecnológicos
- Montagens de modelos semi-elaborados de unidade de produção.

- PLANEJAMENTO MACRO-ECONÔMICO - testes dos modelos de programação linear.

- ESTUDOS E PROJETOS ESPECÍFICOS

- Perfis de Agro-indústrias
- Estudos de Comercialização

Este Programa de Investimento Integrado deverá estar concluído em junho de 1974, incluindo, também, projetos de Assistência Técnica, de Crédito Rural e de Experimentação e Pesquisa, que ainda não foram iniciados por dependerem da conclusão de outros.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO:

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - FAPERGS -
- II - DIRETOR-PRESIDENTE DO CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO: Professor JOSÉ WILLIBALDO THOMÉ
- III - SEDE: Rua Vig. José Inácio, 371, 14º andar, salas 1415/21 - Porto Alegre -
- IV - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A FAPERGS possui um Conselho Superior, seu órgão deliberativo, composto de doze membros, os quais reuniram-se cinco vezes durante o exercício para traçar a política a ser seguida pela Entidade.

Seu órgão executivo, o Conselho Técnico-Administrativo, com dois Diretores em exercício, promoveu 26 reuniões regimentais para apreciar os assuntos em pauta, do que resultou:

- AUXÍLIOS CONCEDIDOS

Foram concedidos 92 auxílios, no valor de Cr\$1.807.346,45, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, representando 112,23% a mais que o valor concedido em 1972 e 50% do orçamento geral.

Destacaram-se as áreas de biologia e veterinária que absorveram, respectivamente, 40,84% e 29,04% da verba dispendida.

- BOLSAS CONCEDIDAS

Foram concedidas 124 bolsas, num total de Cr\$1.099.182,00, representando um acréscimo de 41 beneficiários em relação a 1972 e 30,53% do total do orçamento da Entidade.



- CONVÉNIOS E CONTRATOS

- O projeto "estudo do ciclo evolutivo e ecologia do "Serrador" da acacia negra", decorrente do Convênio com a Secretaria da Agricultura continua em pleno desenvolvimento tendo lhe sido destinado mais um auxílio adicional de Cr\$71.141,00; os primeiros resultados deverão ocorrer já no ano de 1974.

- Encontra-se em pleno desenvolvimento o projeto originário de Convênio com o Grupo Executivo de Desenvolvimento da Indústria da Pesca - GEDIP, através do qual essa Entidade subvençiona pesquisa no campo da piscicultura, sendo de Cr\$400.000,00 o valor convencionado.

- O projeto apresentado pelo grupo de pesquisadores do Departamento de Solos da Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, que resultou do Contrato com a Companhia Riograndense de adubos - CRA, versando sobre aproveitamento de adubos, acha-se em pleno desenvolvimento.

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC -

II - PRESIDENTE: Economista MAIER AVRUCH -

III - SEDE: Rua Washington Luiz, 675 - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A CIENTEC, instituída em 8 de setembro de 1972, preocupou-se desde o início, além da implantação de sua estrutura, com os objetivos de sua criação, passando, desde logo a atender a uma gama de solicitações:

- estudos para a implantação do III Pólo Petroquímico brasileiro.
- Controle da estrutura e dos materiais empregados nas obras do Centro Administrativo do Estado, para a Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas.
- Programação física e oportunidades no setor Petroquímico do Porto de Rio Grande, para a Secretaria de Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul.
- Projetos de pesquisas tecnológicas em aberto para as áreas de alimentos, mecânica-metalmúrgica, construção civil, carvões, refratários, para o Ministério da Indústria e Comércio.
- Pesquisa de Mercado para um frigorífico multivalente da CESA, a ser localizado em Caxias do Sul.
- Pesquisa de Mercado para uma unidade de produção de soda e cloro no Rio Grande do Sul para a Eficloro S.A.
- Avaliação por análise química, do teor de metal, em amostras de sondagem de minério de cobre, para a CRM.
- Controle das pressões no solo e subpressões da água sob a fundação do trecho 8 da Eclusa da Barragem de Bom Retiro do Sul e, controles e verificação de comportamento estrutural, das Barragens de Anel de Dom Marco, Amatôpolis e Bom Retiro do Sul, para o DNPVN.
- Ensaios geotécnicos para o Entroncamento Rodo-Hidro-Ferroviário do Estado, para a CESA.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/8

- Ensaios geotécnicos para as barragens de captação de água de Passo Fundo, Erechim e São Gabriel, para a CORSAN.
- Ensaios geotécnicos para a Barragem de Centurion, para a SUDESUL.
- Sondagens para estudo e fundações de viadutos na Estrada de Ferro Cai-Passo Fundo.

A seguir relacionamos outros clientes destacados aos quais a CIENTEC prestou serviços no decorrer do ano de 1973:

- Aços Finos Piratini S.A.
- Siderúrgica Riograndense
- Cia. de Fumos Santa Cruz
- Quaker S.A.
- Vinosul S.A.
- Indústria de Produtos Alimentícios Instantâneos Ltda.
- Nitrosin S.A.
- Feltros Renner S.A.
- BRDE
- Termolar S.A.
- Centrais de Abastecimento S.A. - CEASA -
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre
- Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN -
- Estaleiro Sô
- Petrobrás S.A. - Refinaria Alberto Pasqualini -

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - FDRH -

II - PRESIDENTE: Professor ADÃO RAUFP

III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, 992 - 3º andar - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, no decorrer do ano de 1973, atendendo a sua finalidade específica atuou nos seguintes campos:

- ÁREAS PRINCIPAIS DE TREINAMENTO:

- Treinamento específico - para Almoxarife
 - para Datilógrafo
 - para Arquivista
- Administração Geral
- Comunicação Administrativa
- Desenvolvimento de Equipes
- Chefia e Liderança
- Implantação do Centro Administrativo
- Desenvolvimento Organizacional
- Administração Financeira
- Avaliação de Potencial de Recursos Humanos
- Organização e Métodos
- Administração de Treinamento
- Administração de Pessoal



- Administração para o Desenvolvimento
- Elaboração e Avaliação de Projetos
- Execução Fiscal

Nesses treinamentos foram organizadas 113 turmas, com 3.705 participantes, ocupando 172 especialistas e 78 pessoas de serviços auxiliares, para um montante gasto de Cr\$ 1.694.426,00.

- PROGRAMA NACIONAL DE TREINAMENTO DE EXECUTIVOS - PNTE

Em 24 de outubro de 1973 foi firmado Convênio entre a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH, Instituto de Desenvolvimento Empresarial do Estado do Rio Grande do Sul - IDERGS e Programa Nacional de Treinamento de Executivos-PNTE, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, através do qual, a FDRH, executora do Projeto Nacional de Treinamento de Executivos de Agro-Indústrias desenvolverá cinco sub-projetos:

- Treinamento específico de Executivos de Agro-Indústrias através de Seminários e Cursos de Curta, Média e Longa Duração.
- Capacitação no Exterior de 10 elementos no "Arthur D. Little Management Education Institute", em Massachusetts - Estados Unidos, de janeiro a dezembro de 1977, que serão, no retorno, professores da FDRH.
- Pesquisa de levantamento de necessidades, acompanhamento, avaliação e reorganização do projeto de treinamento de executivos do setor Agro-Industrial.
- Assessoria da Arthur D. Little e Escola de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas - SP.
- Treinamento da Administração do Projeto.

I - ÓRGÃO: BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - (BRDE) -

II - PRESIDENTE: *Doutor ORLANDO DA CUNHA CARLOS*

DIRETOR REPRESENTANTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Economista MAURO KNIJNICK

III - SEDE: Rua Uruguai, 155 - 4º andar - Porto Alegre -

IV - SÍNTESI DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Transcorrido mais um exercício de atividades o BRDE - Agência de Porto Alegre, consolida no ano de 1973 o expressivo resultado verificado em 1972, quando teve a maior performance - desde sua fundação - em que o montante de financiamentos contratados alcançou a apreciável cifra de Cr\$ 403,0 milhões, ou 234% a mais que no exercício anterior; no ano de 1973 ratificou o excelente nível atingido, com Cr\$ 407,3 milhões.

Com as entidades públicas o BRDE-AGPOA através da canalização de recursos, ampliou sobremaneira seu campo de atuação a partir de 1972, com contratos de financiamentos no montante de Cr\$ 83,8 milhões, contrastando com os anos anteriores, quando as operações com este Setor de nossa economia oscilavam em torno de Cr\$ 1,4 milhão.

No exercício de 1973, a Agência de Porto Alegre teve financiamentos aprovados no valor de Cr\$ 192,2 milhões, destacando-se a colaboração financeira de Cr\$ 155,3 milhões à CEEE, referente ao Projeto Itaúba.

O Setor Industrial continuou dando mostras de dinamismo, tendo os



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/10

financiamentos contratados evoluído de Cr\$ 244,7 milhões em 1972 para Cr\$ 272,5 milhões em 1973, num crescimento de 11,3% em relação a um ano excepcional como 1972.

- ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS

A consolidação de determinados ramos de atividades industriais no montante de financiamentos, tais como o do Setor de Produtos Alimentares que teve um acréscimo de 40,30% e o de Mecânica de 336,78%, caracterizam muito bem o crescimento de nossa economia no Setor Secundário.

De outro lado houve uma crescente participação do Setor Serviços com 40,31% do montante financiado, momente empresas de transporte rodoviário e empresa de terraplanagem, organismos vitais na circulação de riquezas.

Os montantes financiados no Setor Rural vêm apresentando crescimentos significativos, sendo que em 1973 apresentou a cifra de Cr\$ 52,7 milhões, ou seja, 39,3% a mais em relação ao ano anterior, que havia atingido então o melhor nível do Setor, com a soma de Cr\$ 37,8 milhões.

As atividades mais beneficiadas foram as culturas do trigo e soja, com 66,1% dos financiamentos e a bovinocultura 19,49%. Seguiram-se com menor expressão a avicultura (6,36%), rizicultura (3,81%), e em outras atividades, os restantes 4,24%.

O montante dos financiamentos contratados e aprovados em 1973, dos diversos setores da economia estadual, mostrou que há uma supremacia do Setor Secundário, participando com cerca de 67%, a par dos demais, Terciário e Primário, que ficaram nivelados em torno de 13%.

Quanto ao setor público, saliente-se a crescente participação que este vem apresentando com relação ao montante financiado. Em 1972, obteve uma participação de 20,8% no total de financiamentos contratados e aprovados pelo BRDE, em contraste à participação média de 2,4% atingida em exercícios anteriores. O montante dos financiamentos contratados pelo setor em 1973, acusou sensível decréscimo, no entanto se se considerar o montante aprovado, em vias de contratação no início do presente exercício (Cr\$192,2 milhões), o mesmo atinge 37% no cômputo geral contratado, refletindo o gradual incremento de solicitações de financiamentos nesta área.

- RESULTADOS:

EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DA AGENCIA DE PORTO ALEGRE:

| ANOS | VALOR | ÍNDICE | Em Cr\$ mil ÍNDICE EM CADEIA |
|------|------------|--------|---------------------------------|
| 1971 | 6.014.263 | 100 | - |
| 1972 | 13.467.899 | 224 | 224 |
| 1973 | 18.814.649 | 313 | 140 |

Verifica-se que o último exercício proporcionou um lucro líquido de 39,7% sobre o do exercício anterior, de excepcional desempenho quando atingiu o maior índice de rentabilidade na história do Banco. Como se pode observar, tal incremento obtido apresenta-se satisfatório, ainda mais se se considerar que foi atingido em relação a um exercício de grande significação reditual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/11

Evolução do Capital e Reservas

| ANOS | VALOR | ÍNDICE | Em Cr\$ mil |
|------|---------|--------|------------------|
| | | | ÍNDICE EM CADEIA |
| 1971 | 53.364 | 100,0 | - |
| 1972 | 82.077 | 153,8 | 153,8 |
| 1973 | 117.032 | 219,3 | 142,6 |

Não se considerou os valores distribuídos aos diversos fundos de aprovisionamento.

Secretaria da Coordenação
e Planejamento - RS
BIBLIOTECA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**secretaria
de coordenação e planejamento
ANEXO**



ANEXO DA SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

CORREDORES DE EXPORTAÇÃO:

A política econômica adotada pelo Governo brasileiro no sentido de uma maior agressividade na conquista de mercados externos, ressentindo-se, em determinada fase, da necessidade de promover as exportações com melhores condições de escoamento da produção agrícola visando a sua colocação no mercado internacional, desenvolveu o "PROGRAMA CORREDORES DE EXPORTAÇÃO".

Este Programa prevê projetos de infra-estrutura, agropecuários e de reestruturação do sistema de comercialização, tendo como meta, a curto prazo, realizar todos os investimentos necessários a eliminar pontos de estrangulamento, procurando complementar projetos já existentes, tanto na infra-estrutura dos transportes como no fomento à produção agrícola e sua comercialização.

No setor de transportes, caracteriza-se com o melhoramento das vias internas, da armazenagem e dos equipamentos portuários para carga e descarga, desde as zonas de concentração da produção até o terminal marítimo que, no caso do estado gaúcho, se localiza em Rio Grande.

Há dois anos, o Estado do Rio Grande do Sul dispunha de dois mil quilômetros de estradas federais e mil quilômetros de estradas estaduais asfaltadas. Segundo o programa da atual administração, até 1975, o Rio Grande do Sul terá exatamente o dobro, ou seja, quatro mil quilômetros de estradas federais e dois mil quilômetros de estradas estaduais revestidas de asfalto, em toda a sua extensão.

Quanto a estradas pavimentadas e em solo trabalhado, até março de 1975, terá o Estado mais de 8 mil quilômetros de modernas rodovias, afora os 120 mil quilômetros de estradas municipais existentes atualmente.

O sistema rodoviário do Corredor de Exportação baseia-se, fundamentalmente, em dois eixos coletores que se reúnem em Santa Maria, e que procedem da zona mais importante em termos de produção agrícola exportável: norte e noroeste do Estado.

Estes dois eixos têm seus pontos de origem em Porto Mauá e São Borja, respectivamente.

As diretrizes, segundo as localidades interceptadas, são as seguintes:

EIXO I -

Porto Mauá-Santa Maria tendo como pontos intermediários as localidades de Tuparendi, Santa Rosa, Santo Ângelo, Ijuí, Cruz Alta e Júlio de Castilhos, com extensão total de 326 quilômetros.

EIXO II -

São Borja-Santa Maria - neste segmento rodoviário estão como pontos intermediários Santiago, Jaguari, São Vicente e São Pedro do Sul, totalizando 281 quilômetros.

EIXO ÚNICO -

Santa Maria-Rio Grande (Tronco Sul), tendo como pontos intermediários São Sepé, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Canguçu e Pelotas, com uma extensão de 347 quilômetros.

Completando estes eixos, existe um grande número de estradas ligando o Estado de Leste a Oeste, onde destacam-se as BR-290 e BR-285.

No sentido Norte-Sul, as mais importantes são as BR-116 e BR-158.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

4/A2

DISTRITO INDUSTRIAL DE RIO GRANDE

Considerou o Plano Diretor necessário funcionar o Distrito Industrial na retaguarda dos terminais, quando a matéria-prima chegada por eles alcançar, por um fluxo direto, a indústria a ser servida. Nos outros casos, onde se apresenta a exigência de transbordo, a localização da indústria depende menos de sua ligação aos terminais.

-INDÚSTRIAS PESADAS, com sentido acentuado de dependência de movimentação portuária, situando-se à retaguarda dos terminais especializados receptores de matérias-primas: petróleo, rochas fosfatadas, produtos químicos básicos, sal - e dos terminais exportadores de produtos especializados como trigo, soja e derivados. Esta área oferece as vantagens de acesso imediato aos terminais, transporte aéreo de esteiras, facilidade para lançamento de dutos e frente ao eixo interno principal, a Avenida Portuária, promovendo o acesso direto a Rio Grande através da ponte sobre o Saco da Mangueira.

É servida por ramal ferroviário previsto para dois leitos, possibilitando desvios de acesso às indústrias.

A malha viária apresenta um esquema de circulação com penetração de ferrovia e rodovia por limites opostos, sem cruzamentos.

Outra área de indústria pesada permanece como reserva para implantação de complexo siderúrgico a partir da previsão de terminal para minérios ao sul do setor de carga geral.

-INDÚSTRIAS MÉDIAS E LEVES, conceituadas fundamentalmente por aquelas com independência de transporte direto porto-indústria e com limites menores de índice de poluição e movimentação de veículos, situam-se em torno ao núcleo das pesadas, prevendo a complementariedade industrial e fazendo a transição com as áreas externas a esse primeiro centro de interesse.

-Os limites dessas duas zonas estão previstos para serem realizados com cobertura vegetal, compatível com a intenção de filtrar os fumos produzidos pelas indústrias. Da mesma maneira foi projetado o limite noroeste, às margens do Saco da Mangueira. (Vide Mapa)

-INDÚSTRIAS EM EXPANSÃO, além desse limite descrito foram definidas sub-zonas de expansão, apesar de que, servidas pelas atuais vias de acesso, poderão ser ocupadas a curto prazo por indústrias que preferencialmente devam ser mantidas afastadas dos terminais e daquelas apontadas para o setor industrial junto ao porto.

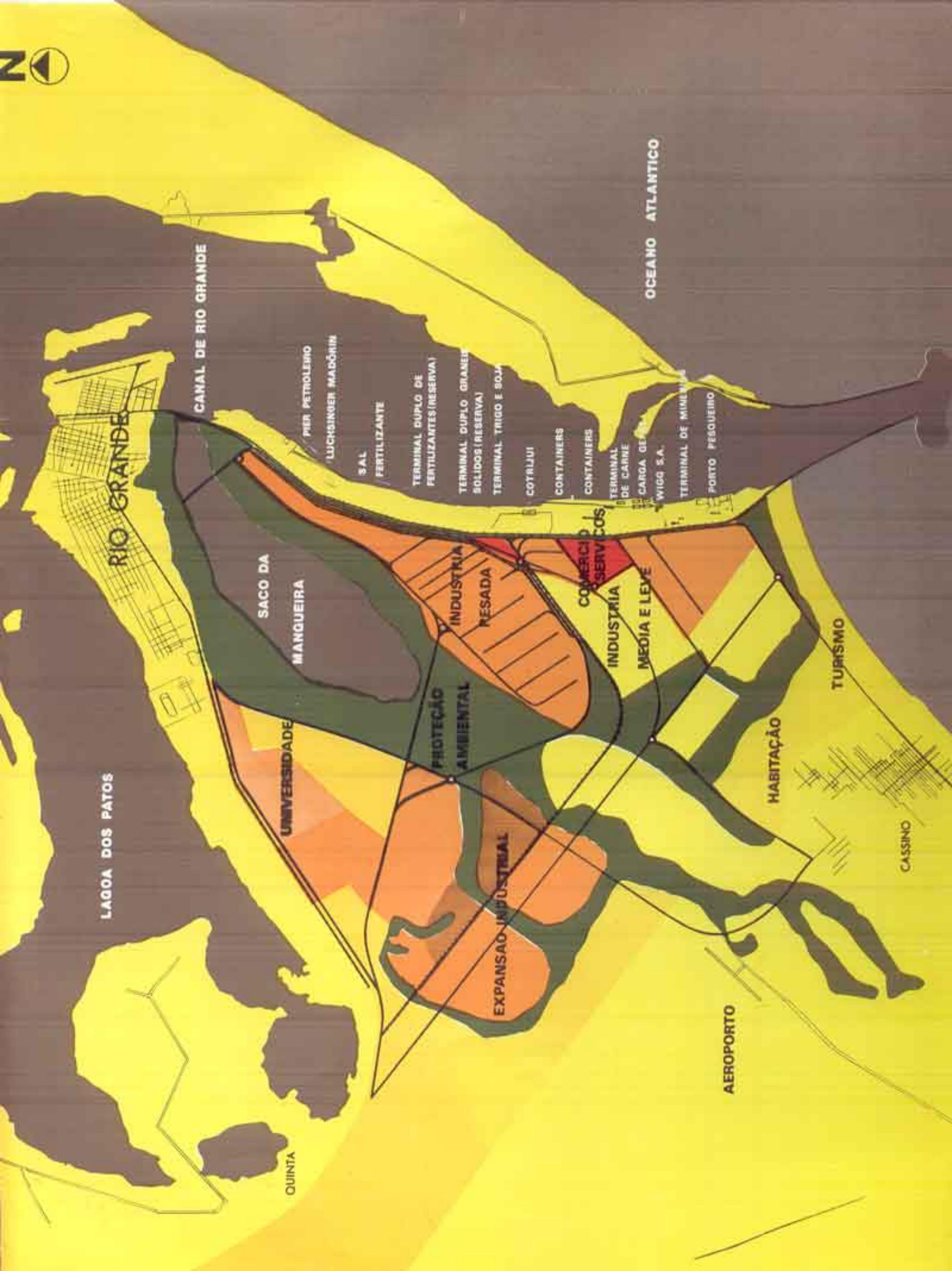
-DESCENTRALIZAÇÃO, a criação de novos focos urbanos, embora independente dos focos urbanos tradicionais existentes na cidade de Rio Grande, descentraliza sem desunir, procurando evitar a sobrecarga da sede municipal, propiciando um crescimento em direção à Quinta e Cassino.

-CENTRO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, a necessidade de atender à demanda do complexo com uma localização para o setor de serviços, central e servida pelo sistema viário básico, definiu sua situação no baricentro da área, à retaguarda dos terminais de carga geral e containers, onde não existe o transporte direto de matérias-primas para indústrias.

-HABITAÇÃO, as novas zonas de habitação apresentarão duas características distintas. Aquela ao sul da área planejada deverá ser desenvolvida segundo unidades autônomas - conjuntos habitacionais dotados de equipamento de uso quotidiano e infraestrutura estendida a partir do Distrito, harmonizando-se com a zona turística e integrando-se com Cassino.

A Noroeste, a nova zona habitacional resultante da expressão da cidade de Rio Grande é facilitada pela liberação dos terrenos agora ocupados pelos poços de captação de água e pelo atual aeroporto. O novo aeroporto para aviões de porte médio e executivos, deverá se localizar mais ao sul sem interferir com zonas habitacionais ou industriais.







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da fazenda



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA FAZENDA (SF)
II - SECRETÁRIO: Economista JOSE HIPÓLITO MACHADO DE CAMPOS
III - SEDE: Avenida Mauá - Porto Alegre -
IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

- BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (BERGS)
- DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO (DLE)
- CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE)
- TRIBUNAL ADMINISTRATIVOS DE RECURSOS FISCAIS (TARF)

V - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 1973

DESPESA AUTORIZADA E COBERTURA FINANCEIRA

A Lei nº 6.453, de 11 de dezembro de 1972, que aprovou o orçamento para 1973, fixou a despesa em Cr\$ 3.555.832.731,00 e estimou a receita em igual quantia.

Os ajustamentos que se fizeram necessários no decurso do exercício determinaram a abertura de créditos suplementares no montante de Cr\$ 1.024.141.043,96 e o cancelamento de créditos orçamentários no valor de Cr\$ 629.748.187,10 (+), o que elevou as autorizações ordinárias vigentes no exercício para Cr\$ 3.950.225.587,86.

Além disso, foram abertos, no exercício, Cr\$ 100.949.915,01 de créditos especiais, os quais, somados aos transferidos de 1972, no montante de Cr\$ 65.173.943,81, elevaram as autorizações desta espécie, vigentes em 1973, para Cr\$ 166.123.858,82.

Com as alterações introduzidas no orçamento através desses adicionais, transferidos do exercício anterior ou abertos no exercício, a soma das autorizações de gastos em 1973 atingiu o montante de Cr\$ 4.116.349.446,68, assim discriminada:

| | |
|---------------------------|-----------------------|
| Créditos ordinários | 3.950.225.587,86 |
| Créditos especiais | <u>166.123.858,82</u> |
| | 4.116.349.446,68 |

Deram cobertura a essas autorizações os seguintes recursos:

| | |
|-------------------------------------|----------------------|
| Receita prevista pelo orçamento ... | 3.555.832.731,00 |
| Maior arrecadação prevista | 260.528.381,65 |
| Operações de Créditos | 263.188.570,73 |
| Recursos de exercícios anteriores.. | <u>36.799.763,30</u> |
| | 4.116.349.446,68 |

Como se observa, em termos de previsão o confronto entre os recursos financeiros e as despesas autorizadas apresenta-se equilibrado.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Por seu turno, o confronto sintético da receita e da despesa realizadas no exercício evidencia que o resultado da execução orçamentária de 1973 foi deficitário. Esse resultado assim se demonstra:

| | |
|--------------------------|-------------------------|
| Despesa Realizada | 3.672.580.818,61 |
| Receita Realizada | <u>3.497.452.719,88</u> |
| Deficit Financeiro | 175.128.098,73 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/2

O déficit pode ser demonstrado, também da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|-------------------------|
| Recursos Financeiros Previstos.. | 4.116.349.446,68 |
| Menos: Receita Realizada | <u>3.497.452.719,88</u> |
| Menor Receita | 618.896.726,80 |
| | |
| Despesa Fixada | 4.116.349.446,68 |
| Menos: Despesa Realizada | <u>3.672.580.818,61</u> |
| Menor Despesa | 443.768.628,07 |
| | |
| Menor Receita | 618.896.726,80 |
| Menos: Menor Despesa | <u>443.768.628,07</u> |
| Deficit Financeiro | 175.128.098,73 |

Vale realçar que esse resultado corresponde a 4,7% da despesa realizada no exercício.

A Secretaria da Fazenda, como órgão de apoio da Administração Pública Estadual, desenvolveu, em 1973, com o objetivo de racionalizar e dinamizar os serviços de sua competência, os seguintes programas que envolvem, integradamente, o Gabinete de Orçamento e Finanças, a Contadoria e Auditoria Geral do Estado e o Tesouro do Estado.

1 - SISTEMA P.C.O. - (PROGRAMAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO)

Este sistema consiste na computadorização de todas as informações acerca da orçamentação, liberação de dotações, empenho e pagamento da administração direta do Estado, numa primeira fase.

2 - SISTEMA PESSOAL

Este sistema, que está sendo implantado em conjunto com a Secretaria da Administração, consiste na captação e armazenamento de um conjunto de informações de cada funcionário. Não apenas de informações financeiras, mas também de registros funcionais e de indicação de qualidade dos recursos humanos, visando a orientar programas de treinamento, reclassificações, etc.

3 - SISTEMA DA DÍVIDA ATIVA

Este novo sistema, que está em fase de implantação, consiste na organização de um cadastro centralizado dos débitos fiscais, objetivando:

a) automatizar os procedimentos de cobrança da Dívida Ativa, tanto na fase amigável como judicial;

b) manter atualizado mensalmente o cadastro de devedores da Fazenda Estadual;

c) notificação do devedor pelo correio, evitando-se assim o contato direto do funcionário com o devedor;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/3

d) instituição de carnês, emitidos por computador, para pagar tributos prestaçionados;

e) emissão de relatórios e possibilidade de realizar estudos especiais sobre as causas de formação de débitos.

4 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MUNICÍPIOS

Este sistema permitirá a implantação do Banco de Dados dos Municípios, bem como a coleta de informações financeiras das comunas rio-grandenses, visando a possibilitar a realização de estudos especiais não só na SF como também em outras instituições.

5 - SISTEMA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICM

Através do Decreto 22.654, de 18.9.1973, foi instituído o CGC-ICM, que tem por finalidade o armazenamento de informações que visem a identificar, localizar e classificar os contribuintes.

6 - SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES NO SETOR PRIMÁRIO

Consiste numa modificação da atual modalidade de fiscalização do trânsito de mercadorias e na organização de um Cadastro de Produtores Rurais que poderá ser anualmente atualizado.

- CONTADORIA E AUDITORIA GERAL DO ESTADO (CAGE)

A Contadoria e Auditoria Geral do Estado, que tem a seu cargo o controle interno da administração econômico-financeira, assessoramento técnico e relevação contábil do complexo estadual, cumpriu integralmente, através de seus órgãos e conforme legislação em vigor, todas as atribuições que lhe são cometidas, relacionadas especificamente com a auditoria interna, o estudo, a fiscalização, a orientação, a coordenação, a execução e a centralização de todos os serviços pertinentes à área contábil, bem como a escrituração referente a cada um e a todos os órgãos da Administração Centralizada do Estado que de qualquer modo, arrecadam rendas ou efetuam despesas, administrem ou guardem bens, culminando tais atribuições com o levantamento do Balanço Geral da Administração Direta, com todos os demonstrativos e análises que forem julgadas necessárias, relativo ao exercício econômico-financeiro de 1972 - peças básicas à prestação de contas do Chefe do Poder Executivo.

Procedeu, também, ao tombamento de todos os responsáveis que receberam, administraram, despendeuam ou guardaram bens pertencentes ao Estado, o que lhe permitiu preparar, organizar e encaminhar ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado a tomada de contas de 439 Exatores; manteve o controle contábil dos 20 Almoxarifados e das 10 Tesourarias existentes, já tendo enviado os processos de tomada de contas de 18 responsáveis por esses órgãos à mencionada Corte de Contas. Para acompanhar a aceleração progressiva da tec-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/4

nologia, está adaptando à computação eletrônica, além do controle do setor de Contas a Pagar, já implantado, os elementos referentes à dívida consolidada estadual, o que possibilitará, com maior versatilidade, o fornecimento de relatórios, análises e informações necessárias, que nortearão o governo para atingir suas metas. Através do Serviço da Dívida Pública da Contadoria Seccional junto à SF, vem procedendo a um rigoroso e eficiente controle sobre as emissões, lançamentos em circulação e resgate dos títulos da dívida pública estadual e, também, dos encargos decorrentes, tanto dos relativos à dívida fundada como dos referentes às operações de tesouraria.

Promoveu a realização, durante o período de julho a dezembro de 1973, do Curso de Aperfeiçoamento para Contadores Fazendários, e, também no mesmo ano, o concurso público para preenchimento de vagas no cargo de Técnico em Contabilidade Fazendária.

Prestou e vem prestando, além das atividades de caráter específico e permanente que lhe são atinentes, assessoramento técnico de natureza econômico-financeira não só à SF, como também aos diversos órgãos da administração direta e indireta, e também às instituições que atuam no mercado financeiro deste e de outros Estados.

Através do Decreto nº 22.324, de 30 de dezembro de 1972, foram criadas 8 Auditorias Setoriais, das quais foram instaladas, em 1973, as Auditorias Setoriais junto à Secretaria da Fazenda e do Trabalho e Ação Social, sendo que a instalação das demais deverá ocorrer em 1974, capacitando, assim, este órgão a refinar não só as suas funções de controle interno como a prestar à Alta Administração Estadual informes mais minuciosos e atuais.

- TESOURO DO ESTADO

O Tesouro do Estado, órgão que executa a política financeira do Governo, supervisionando os processos pelos quais a receita e a despesa se realizam, além da participação direta nos sistemas anteriormente relatados e do grande volume de tarefas de rotina, desenvolveu, em 1973, as seguintes atividades:

- ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

a) implantação do Calendário de Pagamentos dos Servidores do Estado;

b) implantação do Sistema de Administração de Pessoal (S A P), que tem por finalidade o cadastramento de todos os servidores civis para fins de futura automatização de vantagens. O trabalho de cadastramento foi iniciado em setembro e concluído em dezembro, abrangendo um total de 119.978 servidores;

c) posição mensal das entregas feitas pelo Tesouro do Estado às Autarquias, Fundações e Empresas de Economia Mista, acompanhadas de um sistemático controle das disponibilidades financeiras dessas entidades;

d) adoção das ordens de débito tanto para pagamento das contas em geral como para o pagamento de pessoal.

- EXAÇÃO E ARRECADAÇÃO

a) instituição da Coordenadoria Geral de Arrecadação em substituição



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/5

ção à Inspetoria Geral da Fazenda, operando profundas modificações estruturais e de funcionamento no Órgão de Arrecadação do Estado;

b) criação das Coordenadorias Regionais da Arrecadação, integrando em linha direta de subordinação, a estrutura da Coordenadoria Geral da Arrecadação, en- sejando, a par de uma série de melhorias no desenvolvimento dos serviços pela descentralização operada, o rápido acesso às informações necessárias à condução da Administração Fa- zendária e um controle total sobre os órgãos integrantes da rede, através da conferência criteriosa e profunda dos dados constantes da documentação de arrecadação, aumentando, as- sim, o índice de confiabilidade anteriormente obtido;

c) criação do Serviço de Controle Central de Avaliação de Bens Imóveis, com a incumbência de fiscalizar, coordenar e supervisionar a arrecadação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis, competindo-lhe a avaliação dos imóveis localizados em Porto Alegre e a representação da Fazenda Estadual nos autos de inventários e arrolamen- tos processados no Fóro da Capital;

d) criação do Serviço de Controle da Dívida Ativa, objetivando a implantação do Sistema de Controle da Dívida Ativa, através de computador, tendo sido ultimados os trabalhos relativos a 18 municípios integrantes da Coordenadoria Regional de Ar- recadação de Novo Hamburgo.

- FISCALIZAÇÃO

a) Apuração de Cr\$ 290.925.370,00 de crédito tributário lançado através de 33.349 peças lavradas pelas Divisões de Fiscalização da Grande Porto Alegre, do Interior do Estado e do Trânsito de Mercadorias.

b) Elaboração do Novo Regulamento do ICM, no qual merecem destaque:

- ampliação da faixa de isenções;
- aproveitamento de crédito fiscal nas exportações de produtos a- grícolas;
- estabelece a faculdade de as empresas centralizarem numa única circunscrição fiscal os recolhimentos do imposto devido pelos estabelecimentos situados em mais de um município do Estado;
- dilatação de prazos de recolhimento do tributo, para atenuar pro- blemas de falta de capital de giro das empresas;
- inexigibilidade do imposto, relativamente às saídas de basalto, granito e mármore, anteriores a 30.10.69;
- e, por fim, dispensados juros, multas e correção monetária, au- torizou a concessão de até 60 prestações mensais para pagamento dos débitos decorrentes de saídas até 31.12.72 de basalto, gra- nito, mármore, telhas e tijolos de argila não refratária e de madeiras beneficiadas, ou seus artefatos.

c) Elaboração do "Manual de Instruções do Imposto Único sobre Mi- nerais", em decorrência do ajuste celebrado entre a Coordenadoria Geral do ICM e a Superin- tendência Regional da Receita Federal, com base no Convênio firmado entre o Governo do Es- tado do Rio Grande do Sul e o Ministério da Fazenda, passando a fiscalização do referido tributo, de competência federal, à órbita estadual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/6

JUNTA DE COORDENAÇÃO FINANCEIRA

Como unidade de orientação da política financeira do Estado, a Junta de Coordenação Financeira do Estado, presidida pelo titular da Secretaria da Fazenda e composta pelo:

- Secretário de Coordenação e Planejamento;
- Diretor-Presidente do BERGS;
- Diretor-Presidente da CEE;
- Diretor-Presidente da NOCASA;
- Diretor-Representante do Rio Grande do Sul no BRDE, desenvolveu em 1973, em resumo, as seguintes atividades:

- ÁREA DE SERVIÇO

- Iniciada no exercício de 1972, concretizou-se definitivamente, em 1973 a transferência total dos serviços de pagamento de pessoal, para os órgãos do Sistema Financeiro, utilizando-se os serviços da PROCERGS - Companhia de Processamento de Dados do Rio Grande do Sul.

Essa centralização deu fim à dispersão de serviços que eram efetuados, alguns, por Exatorias no interior do Estado e outros pela Diretoria de Mecanização do Tesouro do Estado.

- A Junta desenvolveu a coordenação da abertura de novas agências, tanto para o BERGS, como para a CEE, visando a atender as localidades não assistidas por serviços bancários. Apesar das limitações impostas pelo Banco Central, a rede desses estabelecimentos de crédito foi estendida aos seguintes municípios:
Ajuricaba, Alpestra, Arroio dos Ratos, Arroio do Tigre, Augusto Pestana, Barros Cassal, Caiabaté, Cambará do Sul, Condor, Fontoura Xavier, Ibiraiaras, Independência, Nova Bassano, Pênjara, Porto Lucena, Redentora, Rolante, Rondinha, São Martinho, Santo Antônio das Missões, Selbach, Victor Graeff.

- Quanto à arrecadação do ICM, bem como de seu financiamento, elevou-se de 40 para 50% o teto de desconto de duplicatas, para pagamento desse imposto, através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

- ÁREA DE CRÉDITO

- Análise de empréstimos aos municípios, para antecipação de receita e investimento fixo, em máquinas e equipamentos, através do BERGS, CEE, BRDE e da NOCASA.

- Seleção de organismos para obtenção de financiamentos e aprovação de empréstimos para a Administração Direta e Indireta.

- Criação de um Programa de Financiamentos a Empreiteiros de Obras Públicas, por intermédio do BERGS, no valor de Cr\$ 20.000.000,00.

- Criação de um Programa de Empréstimos em Consignação ao funcionalismo estadual pela Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.

- Análise e seleção de projetos industriais enquadrados no Programa Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/7

- FORTALECIMENTO DOS ORGANISMOS MEMBROS DO SISTEMA FINANCEIRO DO ESTADO

- Objetivando o fortalecimento dos órgãos componentes do Sistema Financeiro Estadual, todos os órgãos da Administração Direta e Indireta passaram a efetuar os seus depósitos nos estabelecimentos oficiais, bem como, aplicaram seus recursos disponíveis em títulos mobiliários do Sistema.

- RELACIONAMENTO COM AS DEMAIS INSTITUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

- Procurando incentivar a rápida implantação do Entreponto Aduanero da Companhia de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul, a Junta coordenou o aumento de capital daquela Companhia, pela subscrição por outras empresas da Administração Indireta, o que propiciou os recursos necessários para o término daquela obra.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA FAZENDA

I - ÓRGÃO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. (BERGS)

II - DIRETOR-PRESIDENTE: OTTONI ADELINO ZATTI MINGHELLI

III - SEDE: Rua Capitão Montanha, 177 - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- CAPITAL E RESERVAS

Durante o ano de 1973, o capital permaneceu inalterado em Cr\$ 80.000.000,00.

Entretanto, os excepcionais resultados obtidos no mesmo período, permitiram que as reservas atingissem Cr\$ 140.570.900,61, representando um incremento de 26,7% sobre o ano anterior.

- DEPÓSITOS

O resultado do trabalho planificado, com o objetivo de colocar o BERGS em posição de liderança no Estado, refletiu-se positivamente nesta rubrica, identificadora da penetração que a Instituição possui no mercado.

O Banco encerrou o ano com o saldo global de Cr\$1.069.318.537,11, significando um acréscimo de 15,7% em relação ao período anterior. Mais significativa, ainda, é a evolução dos depósitos do público à vista que em 31.12.72, registrou um saldo aproximado de Cr\$ 427.000.000,00, e no fim do período em análise, a cifra de Cr\$723.000.000,00 ou seja, um acréscimo de 69%.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/8

- REFINANCIAMENTO E REPASSES

No ano que se encerrou, foi intensificada a política de ampliar ao máximo os recursos provenientes de outras origens - Instituições Nacionais e Estrangeiras - destinados especificamente a fortificar os setores básicos de nossa economia.

Por meio destas fontes, substanciais recursos foram canalizados para o Estado, fazendo com que - sem computar os da Resolução nº 69 do Banco Central do Brasil - o saldo de Cr\$ 390.876.062,00, verificado em dezembro do ano passado, atingisse em 31.12.73, o valor de Cr\$ 484.814.812,02, significando um acréscimo de 24,0%.

- EMPRÉSTIMOS

Especial destaque cabe ao incremento efetuado nas aplicações com recursos da FINAME e do BNH.

De um saldo de Cr\$ 37.829.342,00 existente em 31.12.72 em FINAME, o ano de 1973 apresentou um saldo de Cr\$ 61.353.577,00, com incremento de 62%.

Os empréstimos para Material de Construção - RECON registraram o elevado crescimento de 476%, acusando um saldo de Cr\$ 20.781.564,00 em 31.12.73.

- CÂMBIO

Procurando acompanhar o ritmo de desenvolvimento que se verifica no Estado e no País, com acentuada expansão do comércio internacional, considerável soma de recursos foi destinada para aplicações nestas operações.

Desta forma, o saldo das aplicações que ao final de 1972 era de Cr\$ 26.370.008,82, elevou-se em 31.12.73, para a significativa cifra de Cr\$121.421.604,22, correspondendo a um aumento de 360,5%.

- OPEN MARKET

O saldo médio desta modalidade de aplicação sofreu sensível incremento em relação ao ano anterior, ao mesmo tempo que se buscou elevar a rotatividade dos títulos em carteira no sentido de elevar sua renda.

Estas medidas conjugadas, permitiram a obtenção de uma receita líquida de Cr\$ 8.104.637,22, superior em 161,0% a do ano anterior.

- LUCRO

O acerto das medidas tomadas na manipulação das principais rubricas responsáveis pelo resultado global do Banco permitiu a obtenção do maior lucro até hoje registrado, tendo atingido a excepcional cifra de Cr\$ 43.083.000,00, com um aumento percentual da ordem de 96% sobre o do ano anterior.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/9

Como consequência a rentabilidade sobre o capital médio integralizado atingiu o expressivo percentual de 54,0%.

- INSTALAÇÃO DE AGÊNCIAS

Mediante a obtenção de duas novas Cartas-Patente, o BERGS passou a operar no município de Alvorada e no recinto das Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul, S.A. - CEASA, nesta Capital.

Com o propósito de ampliar a atuação do Banco no Rio Grande do Sul e diante da impossibilidade de obter um maior número de autorizações, procedeu-se ao remanejamento de quatro agências em funcionamento fora do Estado, permitindo assim, a instalação de doze dependências em praças gaúchas, até então desprovidas de estabelecimento de crédito.

- SUBSIDIÁRIAS

Procurando dotar as Subsidiárias do Banco com instalações compatíveis com as finalidades a que se destinam, importantes reformas foram efetuadas durante o ano de 1973.

A BANRISUL S.A. Corretora de Valores Mobiliários além de mudar-se para local mais central, à rua dos Andradas, foi contemplada com modernas e amplas instalações.

O mesmo ocorreu com a PROCESUL S.A. - Processamento Sulriograndense de Dados, cujas instalações foram transferidas para o 7º e 8º andar do Edifício Sede, os quais foram totalmente remodclados, e cuja construção obedece às mais atualizadas técnicas recomendadas para o funcionamento de computador e seus equipamentos auxiliares.

A Cia. de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul em 18 de dezembro de 1973, foi autorizada a operar sob o regime especial de "Entreponto Aduanero". A fim de atender as exigências de ordem técnica para seu funcionamento foi adquirida uma área de terras de 77.317 m², localizada na BR-116 Km 8, junto ao trevo da Rodovia Tabai-Canaãs. A área construída deverá atingir, quando concluída, aproximadamente 50.000 m².

A Mobilizadora de Capitais S/A - MOCASA apresentou boa evolução no curso do exercício de 1973. Suas operações mais significativas foram:

- Financiamentos num total de Cr\$ 114.601.907,93 (+) representando um aumento de 57% em relação ao ano de 1973.
- A colocação de Letras de Câmbio ascendeu ao montante de Cr\$ 85.275.828,41, superior em 60% ao movimento de 1972.
- Como decorrência das operações realizadas, os aceites cambiais registraram o saldo de Cr\$ 151.171.000,00, significando um acréscimo de 60% em relação ao ano anterior.

O patrimônio líquido evoluiu, alcançando em 1973 o montante de Cr\$ 26.201.293,92, o que representa um aumento aproximado de 310% em relação ao ano de 1970.

- PERSPECTIVAS PARA 1974



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/10

BERGS, com ênfase no planejamento, demonstrou a eficácia de sua utilização através dos excelentes resultados obtidos.

No exercício que se inicia, o BERGS está voltado no sentido de atingir as metas fixadas para o corrente ano que permitirão sobrepujar expressivamente as cifras obtidas em 1973 nos mais variados setores de atividade.

Dentro desta orientação, está sendo providenciada, de imediato, a elevação do Capital Social, tornando-o mais compatível com a evolução das atividades do Banco e colocando-o em posição mais destacada na rede bancária nacional.

Por outro lado, a concretização desta medida, auxiliará na obtenção de novas Cartas-Patente, a serem pleiteadas perante o Banco Central do Brasil, para a instalação de agências em municípios do Estado ainda não dotados de estabelecimento bancário.

A instalação de Postos Especiais de Prestação de Serviços também deverá ser bastante intensificada em 1974, sendo propósito do Banco estender esta modalidade em diversas praças onde o sistema financeiro do Governo Estadual não está representado, desempenhando, portanto, as funções de agente arrecadador de tributos Estaduais.

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO DA LOTERIA DO ESTADO (DLE)

II - DIRETOR-PRESIDENTE: *Doutor PEDRO PROLO*

III - SEDE: Rua dos Andradas, 857 - Porto Alegre -

IV - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O DLE, tem como atribuição específica a realização de sorteios, através de extrações semanais, visando à obtenção de recursos para amparar entidades de assistência social e de desporto amadorista.

No exercício de 1973, o lucro líquido proveniente da comercialização de bilhetes atingiu a soma de Cr\$ 6.581.863,95, com a seguinte destinação:

- Transferência ao Estado, nos termos da Lei nº 4.999/65..... Cr\$ 4.612.492,49
- Transferência ao Estado, nos termos da Lei nº 4.631/63..... Cr\$ 787.747,76
- Auxílios a Hospitais e Santas Casas - Lei nº 4.631/63 Cr\$ 1.181.623,70

T O T A L Cr\$ 6.581.863,95

Apesar do limite estabelecido por legislação federal, que fixa o número máximo de bilhetes e o valor do prêmio maior, a renda líquida do DLE vem apresentando um crescimento de ano para ano.

No último quinquênio, a renda líquida apurada apresenta a seguinte evolução:

- 1969 Cr\$ 4.263.589,17
- 1970 Cr\$ 4.943.268,29
- 1971 Cr\$ 5.539.585,47
- 1972 Cr\$ 6.153.138,85
- 1973 Cr\$ 6.581.863,95

I - ÓRGÃO: CAIXA ECONÔMICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL (CEE)

II - DIRETOR-PRESIDENTE: *LOTÁRIO LOURENÇO SKOLAUDE*

III - SEDE: Rua Uruguai, 300. - Porto Alegre -

IV - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- CARTEIRA DE DEPÓSITOS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/11

zembro de 1973, alcançava a 1.052.139, tendo sido abertas, durante o ano, 131.854 contas. Foram encerradas, com a implantação da computação eletrônica, 5.054 contas.

- APLICAÇÕES

A assistência financeira da CEE que já atingia o crédito pessoal, a entidades públicas, escolares, hipotecárias, imobiliárias e habitacionais, foi ampliada, em 1973, com a inclusão do crédito rural (implantado em meados de 1972, mas em operação efetiva só em 1973) e os empréstimos em consignação (funcionários públicos estaduais) e em conta-corrente (Forte-Cheque). Em 31 de dezembro de 1973, o saldo por tipos de empréstimos apresentava os seguintes valores: particulares Cr\$ 386,3 milhões, significando um incremento de 35,35% sobre o saldo existente no encerramento do exercício de 1972; poder público, Cr\$ 87 milhões (decréscimo de 14,961) escolar Cr\$ 747 mil (18,54%); hipotecário, Cr\$ 34,6 milhões (193,22%); imobiliário, Cr\$ 22,6 milhões (150%); rural, Cr\$ 11,5 milhões - início de operação em 1973; habitacional, Cr\$ 220,2 milhões (65,19%); em consignação, Cr\$ 6,3 milhões - implantado em 1973; em conta-corrente (Forte-Cheque), Cr\$ 5,2 milhões - implantado em 1973.

- RESULTADOS

Os resultados apresentados pela CEEE no exercício de 1973 demonstraram um sensível incremento. A receita total que somou, em 1972, Cr\$ 109.236.000,00, alcançou, em 1973, a Cr\$ 150.754.000,00, significando um acréscimo de 38%. A despesa evoluiu de Cr\$ 71.068.000,00 em 1972, para Cr\$ 106.326.000,00 representando um aumento de 49,6%. O percentual mais elevado da despesa deve-se, principalmente, a dois fatores. O primeiro é a modificação do critério de pagamento das gratificações aos funcionários, que, até 1972, era retirado do crédito, após sua apuração e a partir do ano transato, passou a ser incluída diretamente na despesa do exercício. Só este item representa um acréscimo de cerca de Cr\$ 6 milhões. O segundo fator é o reajuste de vencimentos, pela implantação do Quadro de Carreira para o funcionalismo, cujo valor de aproximadamente Cr\$ 4,8 milhões, recaiu totalmente sobre o ano passado. Sem esses dois fatores a elevação da despesa sobre 1972 ficaria reduzida para menos de 35%.

Apesar do aumento considerável da despesa, o resultado operacional (crédito positivo) apurado pelo Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1973, regista Cr\$ 41.100.000,00 contra Cr\$ 33.900.000,00 em 1972, num acréscimo de 21,2%.

- NOVOS POSTOS E AGÊNCIAS

A CEE conta, atualmente, com uma rede de 81 agências e um posto de serviço. No transcorrer do período foi intensificada a elaboração de projetos para dotar de novas instalações as casas de diversas localidades. Foi aberta uma nova agência em Porto Xavier. Realizaram-se as inaugurações de novas instalações, em Pinheiro Machado e São Valentim. Estão projetados os novos prédios das agências de Alegrete, Passo Fundo, Santana do Livramento e Santo Ângelo. Encontram-se em construção as novas agências de Caçapava do Sul, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, São Leopoldo e São Sebastião do Caí. Foram adquiridos prédios em Caxias do Sul (São Pelegrino) e Porto Alegre (Presidente Roosevelt, e Redenção).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/12

Em face das dificuldades de obtenção de autorização, por parte do Banco Central, para novas agências, a CEE viu limitados seus programas de ampliação da rede. O Banco Central liberou apenas a instalação de 11 Postos de Serviços, em cidades que não contam com nenhum estabelecimento bancário. Desses estabelecimentos, em 1973, foi inaugurado apenas 1, no final do ano, em Cambará do Sul. Encontram-se em projeto os postos de serviço de Alpestre, Arroio dos Ratos, Caibaté, Ibiraiaras, Independência e Nova Bassano.

- PESSOAL

A Caixa Econômica Estadual contava, em 31 de dezembro, com 1864 funcionários, sendo 562 na Administração Central, 432 nas agências da Capital e 796 nas agências do interior.

O Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal - CETAP - da CEE realizou trabalhos visando ao aperfeiçoamento dos servidores da Autarquia. Entre os programas, foram realizados: observação do treinamento para novos funcionários, dinamização e observação de grupos de treinamento em Relações Humanas para novos funcionários, dinamização e observação de grupos de treinamento em Relações Humanas para atendimento ao público.

- PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO

Durante 1973 foi dada continuidade aos trabalhos de implantação das contas correntes de livre movimentação e judiciais. Foram introduzidas no sistema, mais 19 agências e um posto de serviço, totalizando, no final do ano, 30 agências e 1 posto de serviço implantados.

- CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL

O saldo de aplicações, no final do ano passado, alcançava Cr\$ 11.524.000,00, proveniente de 1.472 contratos. O volume é apreciável, se for considerado que a Carteira começou a funcionar em meados de dezembro de 1972, operando apenas através das três agências (Vera Cruz, Agudo e Tapejara) autorizadas pelo Banco Central. Os pequenos produtores, obedecendo ao espírito e diretrizes do crédito orientado pela Caixa, representaram 85% do total dos contratos e 57% do valor.

- FORTE-CHEQUE

Objetivando ampliar a área de operações da Caixa e integrá-la à campanha de fortalecimento da circulação do cheque, além de fazer frente à concorrência na rede bancária, no final de janeiro de 1973 foi implantado o Forte-Cheque, que obteve grande aceitação. Até agora, só as agências da Capital desenvolvem esta modalidade operacional, prevendo-se, para breve, sua extensão ao interior.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

5/13

- EMPRÉSTIMO EM CONSIGNAÇÃO A FUNCIONÁRIOS

A CEE iniciou, dia 16 de novembro, a concessão de empréstimos em consignação ao funcionalismo público estadual que recebe por intermédio do Plano Centralizado da Secretaria da Fazenda. A sistemática implantada, num convênio entre a CEE e a Secretaria da Fazenda, teve como objetivo prestar um serviço ao funcionalismo estadual sendo, por isso, grandemente simplificados os trâmites normais dos empréstimos. Até 31 de dezembro, 1.708 funcionários haviam se beneficiado do empréstimo em consignação, no valor global de Cr\$ 6.342.570,00.

- I - ÓRGÃO: TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS (TARF)
- II - PRESIDENTE: Doutor RUBENS SANT'ANNA
- III - SEDE: Rua dos Andradas, 1270 - 6º andar - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Em 180 sessões ordinárias, realizadas pelo TARF durante o exercício de 1973, o Plenário apreciou um total de 1.094 processos, sendo 642 recursos "ex officio", 308 voluntários, 126 "ex officio"-voluntário e 18 reconsiderações. Dentre eles o número de recursos mais significativo é de "Notificação Fiscal", com 653 processos, seguido de "Auto de Infração" e "Auto de Infração e Apreensão" num total de 307 processos. Outros recursos apreciados, em números menores, tais como de Isenção e Restituição de Tributos, Redução de Débito, Isenção da Taxa Rodoviária Única, Redução e Dispensa de Acréscimo, Devolução de Importâncias, além de alguns pedidos de esclarecimento.

Foi negado provimento a 623 recursos "ex officio", dado provimento total ou parcial a 8; não conheceram 5 recursos; pedido de vistas de 1 processo e 5 foram remetidos em diligência à instância de origem.

Dos recursos voluntários foi negado provimento a 148, dado provimento total ou parcial a 97 e não tomaram conhecimento de 24, além de pedidos de vistas e diligências, anulação da decisão de 1ª instância, homologação de desistência, etc.

Dos processos de recursos "ex officio" e voluntário entre diligências, vistas, decisão anulada, etc., temos um número de 71 aos quais foi negado provimento a ambos os recursos e, a 29 dado provimento ao recurso voluntário e negado ou considerado prejudicado o de ofício.

Dos 1.045 processos encaminhados aos respectivos juízes relatores para lavratura do acórdão, durante o exercício, já foram ultimados 946 processos, sendo que, desses, somente 5 aguardam assinatura, a fim de serem remetidos para a Secretaria da Fazenda. Do total de 1.045, 99 processos encontram-se em poder dos juízes relatores para lavratura dos respectivos acórdãos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria de turismo

Secretaria da Coordenação
e Planejamento - RS
BIBLIOTECA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE TURISMO (SETUR)
- II - SECRETÁRIO: Bacharel ROBERTO EDUARDO XAVIER
- III - SEDE: Rua Uruguai, 317 - 5º andar - Porto Alegre -
- IV - ÓRGÃO VINCULADO: Companhia Riograndense de Turismo (CR-TUR)
- V - SÍNTESSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Considerando a importância e o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul, o Governo do Estado reformulou sua política neste setor, encarando o turismo como uma indústria, onde o elemento paisagem é apenas um entre dezenas de elementos que são insumos turísticos, sendo a estrutura de gastos o principal elemento. Encarando o turismo sob este ponto de vista, passou a industrializar o seu produto turístico, em forma de oito roteiros (Litoral, Serra, Uva e Vinho, Missões, Zona Sul, Fronteira, Hidrominerais e Grande Porto Alegre), que serão comercializados, primeiramente, no mercado centro-sul brasileiro. Esta comercialização se dará pelo convênio assinado entre a SETUR e o Sistema Financeiro Estadual, pelo qual o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, através de suas agências, fará a distribuição do produto (os oito roteiros) nos centros de consumo turísticos (as agências de viagens) e financiará a vinda de turistas ao Rio Grande do Sul.

Para a elaboração destes roteiros, o Governo do Estado, criou o Questionário de Qualificação de Eventos Promocionais (QQEP), respondido por 199 dos 232 municípios gaúchos. Assim, hoje, o Sistema Estadual de Turismo conta com um bem equipado Centro de Informações Turísticas, o qual além de facilitar o trabalho de montagem de roteiros, pela divulgação de maior número de opções, contribui para aumentar o intervalo de estacionalidade do turista no Estado.

O Sistema Estadual de Turismo desenvolveu ainda, este ano, um grande trabalho de conscientização turística, através do Programa de Integração Estado/Município (PIEM), o qual abrangeu 110 municípios, divididos em 11 subcomissões. Na primeira etapa, foram realizadas 35 reuniões.

Todo este programa de conscientização junto às comunidades e a aplicação do QQEP permitiram ao Sistema Estadual de Turismo elaborar o seu Calendário de Eventos para 1974, dividido de acordo com as estações do ano e que será peça fundamental na comercialização do produto turístico gaúcho.

No ano de 1973, o Sistema Estadual de Turismo trabalhou ainda em obras de infra-estrutura turística, como as Terminais Turísticas de Tramandaí e Cidreira, o Restaurante Paradouro S. Miguel, o "Camping" do Parque Mal. Osório e o Complexo Turístico de Torres. Elaborou 55 projetos, estando entre eles o projeto da Festa Nacional da Uva, Turismo e Empreendimentos S.A., aprovado pela EMBRATUR pela deliberação nº 923, de 25 de janeiro de 1974, e o projeto da FENAC S.A., Feiras e Empreendimentos.

ASSESSORIA DE DIVULGAÇÃO

O turismo depende fundamentalmente de divulgação. É essencial conscientizar a comunidade do trabalho que se realiza e levar ao seu conhecimento os resultados obtidos.

A partir de março de 1973, foi criada na SETUR a Assessoria de Divulgação, com o objetivo de divulgar todas as atividades do Sistema Estadual no Setor, além de prestar assessoria aos Organismos Municipais de Turismo.

Como resultado da racionalização e organização da Assessoria, houve um acentuado crescimento de matérias publicada nos jornais de todo o Estado e no País.

De junho a dezembro de 1973, a imprensa gaúcha e nacional dedicou



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/2

ao Sistema Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul, aproximadamente, 232.627 centímetros/coluna. O dado é aproximado tendo em vista que a taxação da Secretaria de Turismo ainda não atinge a todos os jornais do interior do Estado nem a muitos de fora do Estado, através dos quais também são divulgadas matérias sobre o Rio Grande do Sul turístico.

UNIDADE DE PROMOÇÃO E ORDENAÇÃO

Visando a atingir os grandes centros emissores de turistas, esta Unidade concentrou seu sistema operacional no sentido de elaborar cartazes promocionais, roteiros turísticos, mapas rodoviários, folhetos informativos e outros materiais de divulgação, perfazendo um total de 1.003.752 impressos.

UNIDADE DE PLANEJAMENTO E OBRAS

A programação de trabalho desta Unidade e a respectiva sistemática de atuação em cada projeto são as tarefas que se propõe a desenvolver o Sistema Estadual do Turismo, para levar a termo várias obras que estavam a merecer atenção especial e imediata.

Para tanto, foram necessários recursos na ordem de Cr\$9.542.815,65, sendo que neste investimento merecem citação os projetos e obras que abaixo relacionamos:

TORRES

- Complexo Turístico de Torres:

- 1 - Fase Guarita: projeto e construção de obras viárias (estrada de acesso, estacionamento, estrada do trenzinho e estrada auxiliar; do Centro de Lazer; ajardinamento; estações Terminal e intermediária do trenzinho; garagem do trenzinho).
- 2 - Fase Itapeva: ante-projeto geral para aproveitamento da área.

- Projeto e construção do Posto de Informações de Torres.

TRAMANDAÍ

- Complexo Turístico de Tramandaí:

Construção das Terminais Turísticas de Tramandaí e Cidreira.

- Projeto e construção do Camping do Parque Marechal Osório.

CAMAQUÃ

- Desapropriação da área turística e projeto do Parque Histórico Bento Gonçalves.

SANTO ANGELO

- Construção do Restaurante Paradouro São Miguel.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/3

IRAI

- Projeto e construção do novo Balneário de Irai.

VICENTE DUTRA

- Construção do Balneário do Prado e projeto urbanístico da área.

GARIBALDI

- Projeto de urbanização da área turística.

VACARIA

- Projeto do Posto de Informações Turísticas.

SÃO LOURENÇO DO SUL

- Projeto e construção do "Camping" da Lagoa dos Patos.

SÃO PAULO

- Projeto e construção do Centro de Informações Turísticas.

PORTO ALEGRE

- Instalação do Posto de Informações da Galeria do Artesanato.

CANELA

- Ampliação da área do Parque Estadual do Caracol.

CAMBARÁ DO SUL

- Levantamento topográfico da área turística do Parque Nacional Aparados da Serra.

PARROUPIHLA

- Projeto do Restaurante do Santuário do Caravaggio.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

- Levantamento e projeto do Mirante da Serra do Umbu.

GRAMADO

- Projeto do Parque da FEARTE.

FLORES DA CUNHA

- Levantamento topográfico e projeto da Travessão do Sonda.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/4

NOVA PRATA

- Levantamento topográfico e projeto da área turística da Cascata da Usina.

RIO GRANDE

- Levantamento e projeto da área turística dos molhes de Rio Grande.

COMISSÃO INTERSETORIAL DE TURISMO (CITUR)

A Comissão Intersetorial de Turismo (CITUR) é um órgão consultivo e de assessoramento integrado que tem por finalidade o entrosamento das atividades desenvolvidas pelos setores público e privado nas áreas de competência da SETUR.

No decorrer do "Ano Nacional do Turismo", foram desenvolvidos diversos programas, destacando-se:

1 - PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO ESTADO/MUNICÍPIO - PIEM

I^a ETAPA

A SETUR voltou sua atenção aos núcleos municipais e regionais, intensificando a ampla tarefa de integração e conjugação de esforços entre Estado/Município e entidades que atuam no setor, permitindo o desenvolvimento de estudos, trabalhos e promoções de maneira mais harmônica, racional e acertada, e dotando o setor de características e objetivos empresariais.

Nesta etapa inicial foram instaladas 11 subcomissões que abrangem 110 municípios e seus respectivos órgãos municipais de turismo os quais, centralizados na Secretaria, estabeleceram as diretrizes básicas para o desenvolvimento do setor nas unidades municipais.

II^a ETAPA

A segunda etapa do PIEM teve como local de realização municípios integrantes das subcomissões e uma duração de sessenta dias de trabalho interiorizado, buscando as realidades de cada município e região.

III^a ETAPA

A terceira etapa do PIEM realizou-se também com o assessoramento da SETUR, porém de um modo mais particular de atuação. Cada subcomissão, individualmente, procurou solucionar os problemas peculiares surgidos com o movimento no setor turístico municipal. De uma maneira geral, as subcomissões elaboraram o seu calendário de eventos para o ano de 1974, e confeccionaram folhetos de caráter regional.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/5

2 - INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Para realizar a inspeção e fiscalização dos bares, restaurantes, paradouros, sanitários e rodoviárias ao longo das rotas turísticas prioritárias do Rio Grande do Sul foi criada uma comissão composta por representantes das Secretarias da Saúde, Transportes e Turismo, que realizou um levantamento nas estradas da orla marítima (RS-1, RS-111, RS-17 e BR-101) e nas rotas da serra (BR-116, RS-20 e RS-23).

3 - CAMPANHA DE ARBORIZAÇÃO DO LITORAL GAÚCHO

A SETUR, preocupada pela aridez e falta de vegetação em nossa orla marítima, com reflexos no turismo, e sabedora do trabalho que a Secretaria da Agricultura vem desenvolvendo no sentido de arborizar nossas praias, colocou-se à disposição desta para organizarem uma Campanha de Arborização.

A primeira campanha foi realizada em 1972, estando, atualmente, em operação a segunda etapa iniciada em 15 de dezembro de 1973.

4 - ARTESANATO

O Governo do Estado, através da SETUR, determinou que fosse elaborado o "Plano Estadual de Desenvolvimento do Artesanato".

Para a realização deste projeto, a CITUR organizou uma subcomissão integrada por representantes das seguintes Secretarias de Estado: Educação e Cultura; Trabalho e Ação Social; Interior e Justiça; Coordenação e Planejamento; Indústria e Comércio, Fazenda e Turismo.

Além de várias medidas que cada Secretaria está tomando dentro de sua área, foi alcançado um grande objetivo ao ser concedido pela Secretaria da Fazenda, a isenção do ICM para os produtos do artesanato.

5 - PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO DO LITORAL GAÚCHO

A Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas e a Secretaria de Turismo reuniram seus esforços procurando solucionar os problemas do Litoral Gaúcho, por ambas considerada área prioritária.

Visando à coordenação das atividades desenvolvidas pelos setores públicos nesta área, a CITUR estabeleceu uma subcomissão cujo primeiro passo foi realizar levantamento dos projetos, obras e investimentos em execução ou programados para o litoral. De posse destas informações será elaborado o "Planejamento Regional Integrado".

6 - MENOR

Frente ao problema de marginalização do menor, em busca de uma solução, estabeleceu-se um novo programa, em que as principais metas são:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/6

- 1º - Incentivar o artesanato com o aproveitamento do menor em suas lides;
- 2º - Incentivar cursos para formação de guias mirins nas zonas turísticas prioritárias.

7 - CONVÉNIO PARA FINANCIAMENTO A TURISTAS

Foi assinado protocolo com o BERGS o qual, através das suas 22 agências mantidas fora do Rio Grande do Sul, fará a promoção e financiamento do produto turístico do Estado. Caberá à SETUR o assessoramento e assistência aos operadores do "Balcão de Turismo" daquelas agências e ao Sistema Financeiro BERGS, por intermédio da Mocasa, o financiamento propriamente dito.

PERSPECTIVAS PARA 1974

O desenvolvimento dos programas, projetos e obras elaborados pela Secretaria de Turismo, e cuja realização obedece a um critério de prioridade na formação de uma adequada infra-estrutura turística do Estado, abrange:

COMPLEXO TURÍSTICO DE TORRES

Conclusão das obras do Parque da Guarita.
Projeto e início das obras de Itapeva.

COMPLEXO TURÍSTICO DE TRAMANDAI

Complementação das Terminais de Tramandaí e Cidreira.
Estudo de localização de outras terminais.

PARQUE HISTÓRICO BENTO GONÇALVES

Projeto geral do Parque
Construção (réplica) da casa de Bento Gonçalves, do pôrtico, churrascaria e parque infantil.

PARQUE DE ITAPOÃ

Levantamento topográfico-ecológico e projeto.

PARQUE TURÍSTICO E CAMPING DE CAXIAS DO SUL

Projeto e início de obras.

AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO BALNEÁRIO DE ITAÍ

Término das obras de construção do novo balneário.

CONCLUSÃO DO BALNEÁRIO DE VICENTE DUTRA

Execução do projeto urbanístico junto ao balneário.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/7

CRIAÇÃO DO CENTRO FOLCLÓRICO

Projeto geral.

MOLHES DE RIO GRANDE

Execução do projeto.

URBANIZAÇÃO E AJARDINAMENTO DA ÁREA TURÍSTICA DE GARIBALDI

Execução do projeto urbanístico.

PARQUE TURÍSTICO DE "GUARITAS" - BAGÉ, LAVRAS DO SUL, CAÇAPAVA DO SUL

Estudos de Viabilidade

Levantamentos

Delimitação da Área.

PARQUE DOS APARADOS DA SERRA

Projeto Geral do Parque
Melhoramentos do Acesso.

BALNEÁRIO DE CATUIPE

Estudo de Viabilidade econômica

BELVEDERES

Execução dos projetos Travessão do Sonda, Serra do Umbu e Ferradura.

MORRO REUTER

Projeto e obra de remodelação do Paradouro do Morro Reuter.

PARQUE DOS PINHEIROS

Obras de ampliação do Parque do Caracol.

POSTOS DE INFORMAÇÃO

Ampliação da rede de Postos de Informações.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DE TURISMO

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TURISMO (CR-TUR)
- II - DIRETOR ADMINISTRATIVO: CLAUDIO LUIZ PERREIRA DE MELO
- III - SEDE: Rua dos Andradas, 1137 - 6º andar - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A CR-TUR - tem por objetivo a elaboração e execução de trabalhos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/8

para a SETUR, sendo esta, não a sua única mas a maior cliente. O seu faturamento está intimamente ligado às dotações orçamentárias da Secretaria de Turismo, da qual depende quase que exclusivamente.

No decorrer de 1973, a CR-TUR teve suas atividades vinculadas à execução de projetos, levantamentos e obras relacionadas a:

COMPLEXO TURÍSTICO DE TORRES
COMPLEXO TURÍSTICO DE TRAMANDAÍ
"CAMPING" DA LAGOA DOS PATOS
"CAMPING" MARECHAL OSÓRIO
PARQUE APARADOS DA SERRA
CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS EM SÃO PAULO
BALNEÁRIO DE VICENTE DUTRA
BALNEÁRIO DE IRAI
RESTAURANTE DO SANTUÁRIO DO CARAVAGGIO
BELVEDERES
POSTOS DE INFORMAÇÕES
PÁTIO DO ARTESANATO NO PARQUE DE ESTREITO
PARQUE DO CARACOL

No Parque do Caracol, de propriedade da CR-TUR, visando melhor atender a demanda de turistas, foram realizados estudos e obras, entre os quais:

Levantamento topográfico

Levantamento ecológico

Plano diretor

Projetos de estacionamento para automóveis e ônibus, pôrtico, tendas de artesanato, churrasqueiras, sanitários, parque infantil e canchas de esportes.

Realizou ainda a CR-TUR, no decorrer de 1973;

ESTUDOS

Foram desenvolvidos pelo Departamento de Estudos e Projetos da CR-TUR os seguintes estudos:

1. Estudo de viabilidade econômica da Sociedade de Economia Mista "Festa da Uva - Turismo e Empreendimentos S.A.".
2. Estudo de potencialidades turísticas dos Municípios de Bagé, Lavras e Caçapava do Sul.
3. Estudo preliminar para a implantação de uma rede hoteleira no Estado.
4. Estudo sobre a Macro-Economia do Rio Grande do Sul.
5. Estudo preliminar do perfil do Guia Mirim.
6. Estudo preliminar para implantação de unidades com fins turísticos - Barra do Ribeiro.
7. Estudo dos mercados turísticos.
8. Estudo para administração e conservação do acervo turístico do Estado.
9. Pesquisa do meio ambiente do Parque do Caracol.

INFORMÁTICA

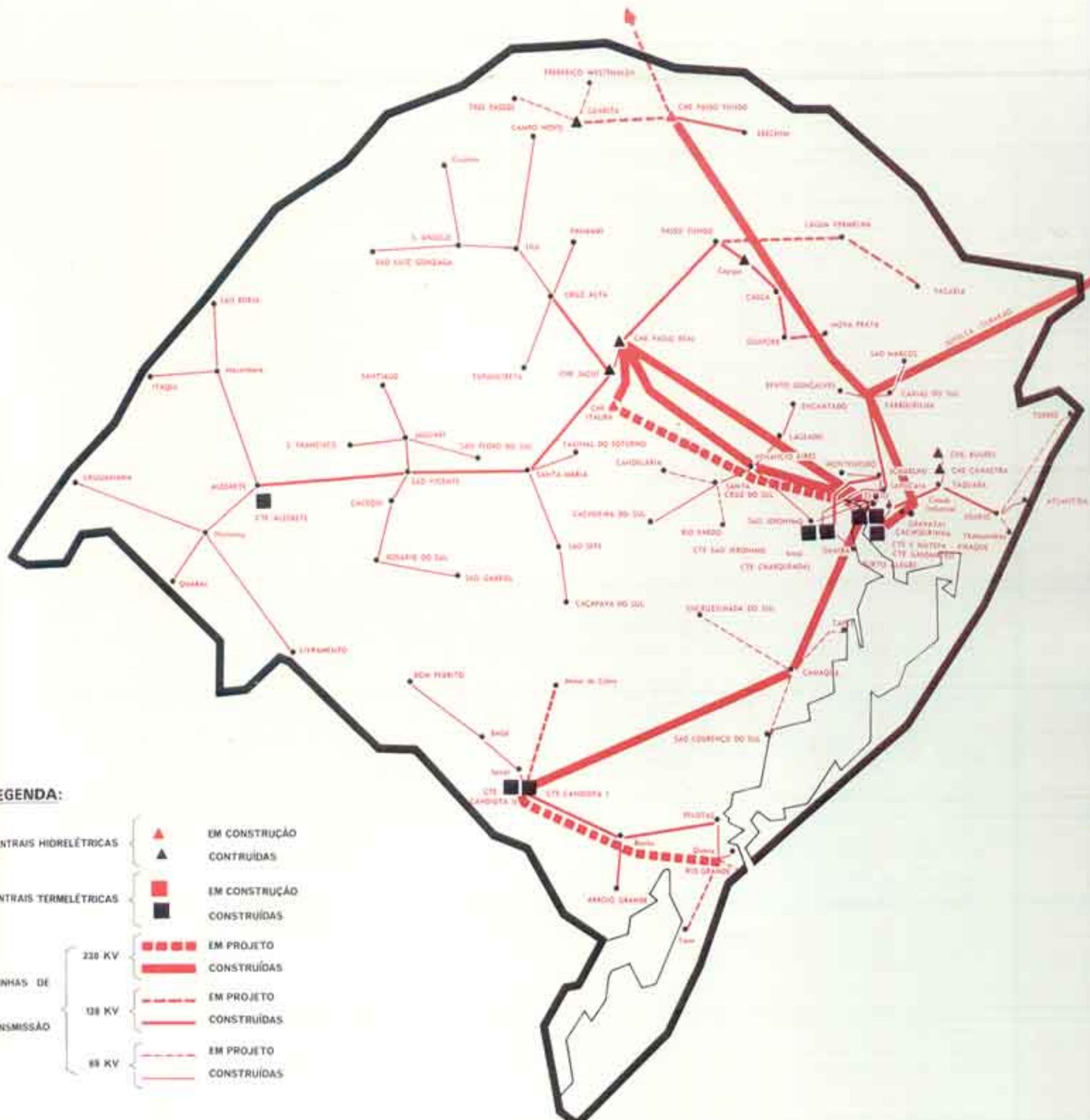
Pesquisa sobre Alojamento hoteleiro em Torres
Pesquisa sobre o movimento de veículos e pessoas no Parque do Caracol

Pesquisa sobre o perfil dos hóspedes nos Hotéis de Porto Alegre
Pesquisa das condições e Perfil da Demanda Turística, realizada nos Postos de Informação Turística de Torres, Chuí e Uruguaiana
Dados sobre a Demanda do Turismo Estrangeiro no Rio Grande do Sul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**secretaria
de energia, minas e comunicações**



SISTEMA ELÉTRICO EM ALTA TENSÃO DO RIO GRANDE DO SUL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES (SEMC)

II - SECRETÁRIO: Engenheiro HENRIQUE ANAHUATE

III - SEDE: Rua Uruguai, 54, 15º e 16º andares - Porto Alegre -

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)

V - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

Energia elétrica e comunicações, setores infra-estruturais de base importância para o Estado, são os principais campos de atuação da Secretaria que, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica e da Companhia Riograndense de Telecomunicações, busca assegurar as condições para o crescimento industrial e desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

1973 foi o ano da Energia, com as inaugurações das Usinas de Passo Real e do Rio Passo Fundo, atendendo-se assim à demanda do Estado, com margem de folga e custos decrescentes.

A exploração dos recursos carboníferos do Estado é realizada pela Companhia Riograndense de Mineração que, inclusive, reiniciou o estudo de novos aproveitamentos daquele mineral, face à revolução dos preços no mercado de petróleo. O ano de 1973 marcou, também, o início da atuação direta da CRM na exploração de dois outros minerais: o cobre e o cauim.

Com a destinação de Cr\$ 1.800.000,00 à telefonia para pequenas comunidades, foi iniciado novo programa, visando a acelerar a integração, à rede de telefonia do Estado, de distritos e localidades interioranas. De alta produtividade econômica e profundas repercussões, é este um projeto destinado a rápido desenvolvimento.

A eletrificação rural, que leva ao homem do campo os benefícios da energia e da técnica, teve acelerado crescimento.

Em 1973, foram ligadas à rede estadual 5.922 propriedades rurais, contra 4.450 em 1972, com investimentos de Cr\$ 10.732.000,00 originários do Estado, da CEEE, dos municípios e de interessados, com extensão de 1.150 quilômetros de rede. Cerca de Cr\$ 12.000.000,00 foram destinados pelo Governo do Estado ao setor, sob a forma de auxílios.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

I - ÓRGÃO: COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA (CEEE)

II - PRESIDENTE: General JOSÉ MARIA BASTIDE SCHNEIDER

III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, 261 - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

1973 foi o "Ano da Energia". Foram inauguradas as hidrelétricas de Passo Real e do Rio Passo Fundo, esta da Eletrosul S.A., que deram condições à CEEE para operar com maior folga o sistema.

O número de localidades supridas, direta ou indiretamente, pela CEEE passou de 1.600, em 1972, para 1.763 em 1973, incluídas 216 sedes municipais, estabelecendo-se os seguintes percentuais:

número de municípios: 92,7%

área em Km²: 951



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/2

A produção de energia elétrica no Estado, compreendendo a CEEE (1.841.604.887 kWh), ELETROSUL (1.006.158.484 kWh) e outros concessionários (28.447.728 kWh) somou 2.876.211.099 kWh, sendo que o setor industrial absorveu mais de um bilhão de kWh no ano passado.

PASSO REAL -

A primeira máquina de 62.500 kW da hidrelétrica entrou em operação em março, e a segunda, com a mesma potência, em julho de 1973. Até novembro desse ano, Passo Real produziu 205 milhões de kWh.

PASSO FUNDO -

A ELETROSUL, da qual o Estado e a CEEE são acionistas, iniciou a operação da hidrelétrica do rio Passo Fundo, simultaneamente com a do Passo Real. A Central coloca energia na tensão de 230.000 volts na Subestação Cidade Industrial - Canoas, através da SEPA-6, no Morro Santana, na Capital, e na Subestação Farroupilha, no município do mesmo nome.

ITÁUBA -

No exercício findo, foram escavados um milhão de metros cúbicos para a galeria de desvio, estradas de acesso e as estruturas da tomada de água e do vertedouro. Em novembro, tiveram início os trabalhos de concretagem e no mesmo mês foram recebidas as propostas para as quatro turbinas geradoras de 125.000 kW, no montante de Cr\$ 100 milhões. FINAME e BRDE abriram à CEEE, com aval do Estado, faixa de crédito para os equipamentos pesados com índice de nacionalização entre 70 e 100%.

CANDIOTA - II -

A primeira e a segunda unidades da termelétrica de Candiota-II estão com entrada em operação programada para 1º de março e 1º de julho de 1974. A 12 de dezembro de 1973, realizaram-se experiências com a primeira caldeira.

- As obras da Rede Subterrânea de Distribuição de Energia Elétrica que a CEEE está implantando no centro de Porto Alegre, com financiamentos do BNDE e USAID, alcançaram o índice de 70% de conclusão em 1973. Serão acelerados os trabalhos dessa nova rede conhecida como sistema "net work".

- Em 1973 foram concluídos 370 km de linhas de transmissão, destacando-se a de 230.000 volts Candiota II - Camaquã - "Cidade Industrial", em Canoas, e mais 636 km com a conclusão prevista para 1974.

- A capacidade instalada em 1973, em transformadores - 13 subesta-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/3

cões concluídas ou ampliadas - aumentou em mais 757.750 kVA, aparecendo como obras principais nesse setor as Subestações "Cidade Industrial", de 350.000 kVA, que atuará como centro de todo o sistema de 230 mil volts, e a "Porto Alegre 6" - SEPA VI, na Capital, construída pela CEEE em condomínio com a ELETROSUL.

- O capital social da CEEE, que em 1972 era de Cr\$884.914.600,00, em 1973 foi elevado para Cr\$ 1.142.443.800,00, atingindo a 11.424.431 o total de ações, entre ordinárias e preferenciais.

A CEEE continuou a figurar entre as 50 maiores empresas do País e a 7^a entre as 70 principais congêneres nacionais.

- Os trabalhos de Eletrificação Rural executados pelo Governo do Estado, através da CEEE, podem ser assim resumidos:

565 transformadores instalados
1.147 Km de novas redes, sendo
580 Km de alta tensão
277 Km de baixa tensão
290 Km de redes mistas
5.922 novos consumidores na área rural.

Os investimentos durante o ano foram de cerca de Cr\$11.000.000,00.

PERSPECTIVAS PARA 1974

- Inauguração da Usina Termelétrica de Condota-II, que além de gerar abundante energia, dará novo impulso ao aproveitamento do carvão, ali minerado a céu aberto.

- A conversão de frequência será realizada em praticamente todo o Estado, que estará operando em 60 Hz com sistemas interligados.

- Prosseguirão a construção da Usina Hidrelétrica de Itaúba, inclusive com a compra dos equipamentos eletromecânicos.

- O setor de distribuição de energia será dinamizado, com financiamento especial da ELETROBRÁS de mais de Cr\$ 40.000.000,00.

- Em 1974, serão construídas ou ampliadas mais 25 subestações com a capacidade total em transformadores de 859.250 kVA, destacando-se pela potência e tarefas que desempenharão a SEPA VI, de 150.000 kVA, na Praia de Belas, nesta capital, e a SE de Venâncio Aires, de 75.000 kVA.

- Ativo: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE TELECOMUNICAÇÕES (CRT)

11 - AVENIDA MARQUES DE PAULA, CENTRO MOREIRA

51 - 90000 Avenida Borges de Medeiros, 512, Porto Alegre

7 - ATIVOS: 100% DA TELECOMUNICAÇÕES DA CRISTALINA (T/CRAZ)

A CRT tem continuidade à execução do seu Programa de Obras 73/74, que prevê a realização de obras de implantação e ampliação nos serviços urbanos de 35 localidades. Serão implantadas 18 centrais automáticas e ampliadas 17 outras já existentes. As obras de ampliação já foram concluídas em seis municípios.

Quanto aos serviços interurbanos, estão sendo implantadas 44 novas estações de microondas, e 16 estações de UHF, e ampliadas 16 estações de microondas e 20 de UHF, passando a canalização dos 117.112 canais-quilômetros existentes para 488.361 o que representa um acréscimo de 371.249 canais quilômetros à rede estadual. A capacidade de am-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/4

pliação da canalização, sem necessidade de novas obras civis e com simples complementação de equipamentos de multiplexação, poderá ser elevada no futuro para 1.423.654 canais-quilômetros.

No exercício, a CRT obteve um incremento de 9,3% nas chamadas completadas manualmente, em comparação com o ano anterior, e de 17% nas chamadas através de DDD.

A relação chamadas/completadas-chamadas/registradas teve um índice de aproveitamento de 84%.

Em 1973 foram completadas 3.336.773 chamadas interestaduais, 9.095.184 intermunicipais manuais e 4.400.012 intermunicipais através de DDD. Ao todo, foram realizadas cerca de 17.000.000 de chamadas interurbanas no Estado.

Foram concluídas e inauguradas as centrais telefônicas automáticas de Nonoai (200 linhas), Alegrete (1000 linhas) Uruguaiana (1500 linhas) Santana do Livramento (1200 linhas), Campo Real (200 linhas) e Flores da Cunha (200 linhas).

Implantaram-se agências telefônicas em Pinhal, Alpestre, Chuf, Ararica, Paraí e Nova Araçá, além de ter sido ampliada a central de Belém Novo, pela substituição de equipamentos.

Foram concluídas as obras de ampliação das centrais telefônicas automáticas de Carazinho, Ijuí, Santo Ângelo, Santa Rosa, Camaquã e São Borja.

Ingressaram no Sistema DDD Nacional as cidades de Santa Maria e São Leopoldo, foi iniciada a operação DDO (Discagem Direta à Operadora) entre Torres e Porto Alegre, aumentada a canalização em microondas entre Santo Ângelo, Ijuí e Cruz Alta, e ativado o sistema DDD entre Carazinho e Passo Fundo, estando em fase final de testes de Gáchoeira do Sul.

Além da construção de inúmeras linhas físicas, interligando pequenos municípios, recebeu notável impulso o trabalho de integrar à rede telefônica estadual, distritos e localidades interioranas (telefonia rural), favorecido agora pelo Decreto número 22.623, de 5 de setembro de 1973, que prevê auxílios financeiros aos municípios interessados.

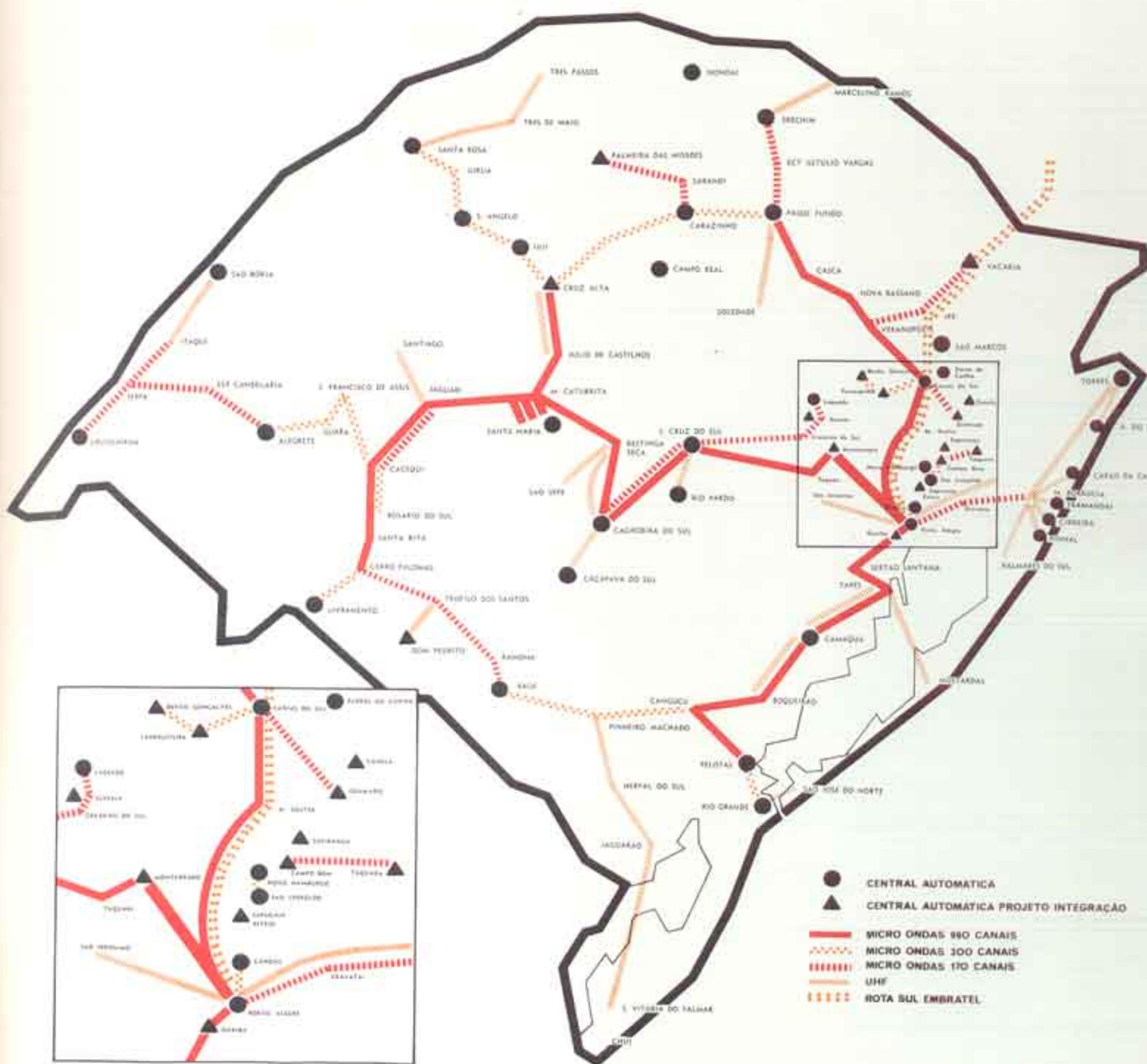
Foi programada também em 1973 a melhoria dos serviços telefônicos manuais em 37 localidades gaúchas. Muitas dessas obras já foram concluídas.

O capital integralizado da Empresa cresceu 43,2% em relação a 1972, passando de Cr\$ 312.000.000,00 para Cr\$ 446.700.000,00.

O patrimônio da CRT que era de Cr\$ 452.000.000,00 em 1972, foi avaliado em Cr\$ 746.000.000,00 ao final do ano, significando um aumento de 65,04%.

PERSPECTIVAS PARA 1974

A CRT está promovendo novos estudos com vistas à ampliação dos serviços telefônicos da capital e do interior, bem como à implantação de centrais telefônicas automáticas em mais 20 municípios do Estado e outras ampliações do serviço telefônico interurbano em todo o Rio Grande do Sul, de acordo com as crescentes solicitações da demanda.



REDE ESTADUAL DE TELECOMUNICAÇÕES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

7/5

- i - CRM: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE MINERAÇÃO (CRM)
- ii - ENDERECO: Av. Presidente ARTHUR VENDE SECHERER
- iii - CEP: 90000-000
- iv - FONE: 3222-2000 (LIGAÇÃO DIRETA DO Gabinete do Goberno)

A produção de carvão nas duas minas exploradas pela Empresa atingiu 286.000 toneladas, num valor total de Cr\$ 9.850.000,00. Foi mantido inalterado o preço de venda do carvão de Candiota no ano de 1973, e concedida bonificação sobre os preços fixados pelo Conselho Nacional de Petróleo à Termelétrica de São Jerônimo.

Os investimentos no setor técnico, visando a aparelhar a Mine de Candiota para o aumento da produção com o abastecimento da Termelétrica de Candiota II, alcançaram Cr\$ 2.817.000,00, superando em 74% os investimentos realizados no setor em 1972. Foi iniciado o fornecimento de carvão à nova usina.

A pesquisa de jazidas minerais teve grande impulso:

- Ampliada em 100 milhões de toneladas a reserva medida de carvão em Candiota.
- Iniciada a pesquisa de cobre em Caçapava, com 809 metros de sondagens geológicas, tendo as 854 análises químicas sido feitas pela Fundação de Ciência e Tecnologia.
- Iniciada a pesquisa de caolim na região de Capivarita, prevendo-se a cobertura de uma jazida capaz de fornecer minério em quantidade suficiente para abastecer o Estado, com sobras para exportação.

Foram iniciados pela CRM, face à alteração geral de custos resultantes da elevação dos preços do petróleo no mercado internacional, os estudos referentes ao aproveitamento do carvão gaúcho para novas aplicações.

PERSPECTIVAS PARA 1974

Com a entrada em funcionamento da Termelétrica Candiota II, com 126 MW, deverá triplicar a produção de carvão na Mine de Candiota.

Execução de pesquisa tecnológica, em convênio com o Departamento Nacional de Produção Mineral, para a obtenção de cobre metálico pelo processo de lixiviação.

Prosseguimento das pesquisas das jazidas de carvão em Candiota, de caolim em Capivarita (municípios de Rio Pardo e Dom Feliciano) e de cobre em Caçapava e Lages do Sul.

Pesquisas para obtenção de combustíveis líquidos e gasosos, bem como de fertilizantes e outros produtos, a partir do carvão mineral.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria dos transportes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DOS TRANSPORTES (ST)

II - SECRETÁRIO: Coronel Engenheiro PAULO NUNES LEAL

III - SEDE: Avenida Borges de Medeiros, 1555, 18º andar - Porto Alegre -

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)
- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)
- DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)
- COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)
- COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)

V - SÍNTSESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

A ST, no exercício de 1973, deu continuidade à sua atividade conforme o estabelecido pelo Planejamento Geral do Estado, coordenando e integrando as operações dos órgãos a ela vinculados, em consonância com os planos federais.

Realçam como programas principais:

- a) Corredores de Transportes, onde os investimentos objetivam diminuir os custos globais do transporte das safras aos portos de exportação;
- b) Ligções internacionais com a República Argentina, onde se busca a integração viária indispensável para o aumento do intercâmbio;
- c) Aproveitamento da rede interna de navegação, criando novos pontos de embarque da produção agrícola;
- d) Programa de Obras de Arte Municipais, visando a atingir as zonas de produção do Estado;
- e) Diversificação na área de ensilagem, passando também a abranger a indústria do frio;
- f) No escoamento de safras, além da ampliação dos pontos de transbordo, busca-se atingir uma acentuada elevação na velocidade de carregamento de granéis sólidos em navios, tanto pela reformulação das vias de acesso como pelas novas instalações portuárias.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DOS TRANSPORTES

I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DAER)

II - DIRETOR GERAL: Engenheiro JORGE CLÁUDIO XAVIER DA COSTA

III - SEDE: Av. Borges de Medeiros, 1555 - Porto Alegre -

IV - SÍNTSESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

POLÍTICA DO ÓRGÃO:

Esse Departamento, nas suas programações, segue a seguinte orientação:

- a) Dar prioridade às estradas que tenham, direta ou indiretamente, relação com o escoamento da produção agrícola, em especial ao transporte de trigo e soja;
Dar acesso de 1^a classe, em consonância com o programa federal, aos portos principais;
Implantar e manter conexões de boa qualidade das regiões produtoras aos polos regionais caracterizados por centros de embarque ferroviário, unidades de estocagem e portos fluviais.
- b) Completar a malha de estradas do Rio Grande do Sul de modo a constituir ligações inte-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/2

grando a rede estadual com a federal;

REALIZAÇÕES:

Esse Departamento obteve em 1973 o seguinte resultado:

Implantação de 405,39 quilômetros de estradas.

Pavimentação asfáltica de 185,88 quilômetros.

Recapadoamento asfáltico de 34,00 quilômetros.

Conservação permanente de 9.765,40 quilômetros de estradas, sendo 434,30 de estradas federais e 9.331,10 de estradas estaduais.

PRINCIPAIS OBRAS CONCLUÍDAS EM 1973

| RODOVIA | TRECHO | EXTENSÃO (KM) | EXECUTADO (KM) EM 1973 |
|-------------------------------|-------------------------------|---------------|---------------------------|
| <u>IMPLEMENTAÇÃO</u> | | | |
| RS/16 | Capivari-Entroncamento RS/110 | 21,40 | 12,40 |
| RS/18 | Sapucaia-Gravataí | 21,60 | 4,66 |
| RS/49 | Santo Ângelo-BR/285 | 5,60 | 5,60 |
| RS/86 | Piratini-BR/293 | 35,45 | 6,05 |
| RS/110 | Acesso à Pinhal | 9,40 | 9,40 |
| E.P. | Acesso à N. S. Caravaggio | 5,80 | 5,80 |
| <u>PAVIMENTAÇÃO</u> | | | |
| RS/1 | Estiva-Capivari | 25,00 | 25,00 |
| RS/15 | Giruá-Santa Rosa | 30,00 | 15,60 |
| RS/16 | Capivari-Entroncamento RS/110 | 21,40 | 21,40 |
| RS/16 | Entroncamento RS/110-Cidreira | 15,40 | 15,40 |
| RS/49 | Santo Ângelo-BR/285 | 5,60 | 5,60 |
| RS/62 | Santa Maria-São Sepé | 56,00 | 11,00 |
| RS/105 | Charqueada-BR/290 | 15,50 | 15,50 |
| E.P. | Imbê-Santa Terezinha | 11,00 | 11,00 |
| <u>RECAPEAMENTO ASFÁLTICO</u> | | | |
| RS/25 | Caxias do Sul-Farroupilha | 17,00 | 17,00 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/3

PRINCIPAIS OBRAS QUE CONTINUAM EM EXECUÇÃO EM 1974

| RODOVIA | TRECHO | EXTENSÃO (KM) |
|-------------------------------------|--|---------------|
| <u>IMPLEMENTAÇÃO</u> | | |
| RS/1 | Palmares-Mostardas | 120,00 |
| RS/1 | São José do Norte-Mostardas | 155,00 |
| RS/2 | Rio das Antas-Boca da Serra | 11,10 |
| RS/10 | Sobradinho-Arroio do Tigre | 8,80 |
| RS/10 | Três de Maio-Ijuí (ind. Itaf) | 76,00 |
| RS/15 | Tuparendi-Porto Mauá | 30,00 |
| RS/19 | Sapiranga-BR/116 | 11,32 |
| RS/23 | Canela-S. Francisco de Paula | 33,00 |
| RS/42 | Ibirubá-Tapera-BR/386 | 52,80 |
| RS/42 | Ibirubá-BR/377 | 24,00 |
| RS/56 | Rosário do Sul-Cacequi | 44,00 |
| RS/68 | Pedras Altas-Pinheiro Machado | 35,00 |
| RS/76 | Cachoeira-RS/3 | 33,00 |
| RS/103 | Rincão dos Kroeff-Barra do Ouro | 15,00 |
| RS/105 | São Jerônimo-Charqueadas-BR/290 | 30,97 |
| E.P. | São Jerônimo-BR/290 | 19,20 |
| E.P. | Pedro Osório-BR/116 | 11,12 |
| <u>IMPLEMENTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO</u> | | |
| RS/3 | Mariante-Santa Cruz do Sul | 50,00 |
| RS/3/8/97 | Santa Maria-São Vicente-Jaguari-Santiago | 151,30 |
| RS/7 | Passo Fundo-Getúlio Vargas | 43,00 |
| RS/8(BR/392) | Contorno de Pelotas | 7,16 |
| RS/8/62(BR/392) | São Sepé-Canguçu | 177,80 |
| RS/10 | Cruz Alta-Ijuí | 45,20 |
| RS/11/38 | Muçum-Cruzeiro do Sul | 48,00 |
| RS/15 | Giruá-Santo Ângelo | 28,70 |
| RS/19 | Sapiranga-Taquara | 24,00 |
| RS/45/99 | Veranópolis-Nova Prata-Nova Araçá | 38,30 |
| RS/46/49/55 | Ar. Iguariaçá-São Borja | 80,00 |

Destas obras já foram executados 361,48 Km em 1973, encontrando-se, diversas delas, em processo de conclusão.

| RODOVIA | TRECHO | EXTENSÃO (KM) |
|---------------------|-------------------------------|---------------|
| <u>PAVIMENTAÇÃO</u> | | |
| RS/26/99 | São Vendelino-Adolorata | 43,50 |
| RS/28 | Caxias do Sul-Flores da Cunha | 15,80 |
| RS/110 | Acesso a Pinhal | 9,40 |
| E.P. | Acesso a Rio Grande | 6,50 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/4

O total pavimentado no exercício anterior alcançou 87,88 km.

RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

RS/17 Osório-Tramandaí 22,00

Em 1973 foram recapeados nesta estrada 17 km, concluindo-se o trabalho, 5 km, em fevereiro de 1974.

OBRAS DE ARTE ESPECIAIS CONCLUÍDAS EM 1973

| RODOVIA | TRECHO | ACIDENTE |
|---------|---------------------------------|--------------------------|
| RS/3 | Mariante-Santa Cruz do Sul | Várzea do Taquarí-Mirim |
| RS/3 | Mariante-Santa Cruz do Sul | Rio Taquarí-Mirim |
| RS/3 | Mariante-Santa Cruz do Sul | Arroio Schmidt I |
| RS/3 | Santa Maria-São Vicente do Sul | Várzea do Rio Toropi |
| RS/3 | Santa Maria-São Vicente do Sul | Rio Ibicuí-Mirim |
| RS/3 | S. P. do Sul-São Vicente do Sul | Arroio Taquara |
| RS/3 | S. P. do Sul-São Vicente do Sul | Arroio Inhamandá |
| RS/6 | Agudo-Faxinal do Soturno | Rio Jacuí |
| RS/8/62 | São Sepé-Canguçu | Rio Camaquã |
| RS/8/62 | São Sepé-Canguçu | Sanga I |
| RS/8/62 | São Sepé-Canguçu | Arroio Areião |
| RS/13 | Acesso a Estrela | Viaduto sobre a RS/13 |
| RS/15 | Santa Rosa-Santo Ângelo | Rio Comandai |
| RS/15 | Santa Rosa-Santo Ângelo | Arroio Itaquarichim |
| RS/16 | Capivari-Cidreira | Arroio CORSAN |
| RS/18 | Sapucaia-Gravataí | Arroio Sapucaia |
| RS/18 | Sapucaia-Gravataí | Arroio São Geraldo |
| RS/25 | Tamandaré-Farroupilha | Viaduto sobre a RFFSA |
| RS/38 | Mariante-General Câmara | Rio Taquarí-Mirim |
| RS/42 | Tapera-RS/13 | Arroio da Glória |
| RS/42 | Tapera-RS/13 | Arroio Grande I |
| RS/58 | Santiago-S. Francisco de Assis | Viaduto sobre a RFFSA |
| RS/71 | Formigueiro-Restinga Seca | Várzea Vacacai-Mirim II |
| RS/71 | Formigueiro-Restinga Seca | Várzea Vacacai-Mirim III |
| RS/76 | Cachoeira do Sul-Sobradinho | Viaduto sobre a RFFSA |
| RS/80 | Chuí-Barra do Chuí | Arroio do Chuí |
| RS/86 | Piratini-BR/293 | Arroio Crespo |
| RS/97 | São Vicente do Sul-Jaguari | Viaduto sobre a RFFSA |
| RS/105 | São Jerônimo-Charqueadas-BR/290 | Arroio dos Ratos |
| RS/110 | Acesso a Pinhal | Lagoa Rondinha |

Foram concluídas 30 grandes pontes e viadutos, que somam uma extensão total de 2.367,1 m de comprimento, destacando-se as seguintes:

Rio Jacuí, junto a Dona Francisca: 330,0 m

Rio Camaquã, no trecho São Sepé-Canguçu: 273,5 m



Arroio Chuí, no trecho Chuí-Battra do Chuí: 103,4 m
Arroio dos Ratos, no trecho São Jerônimo-BR/290: 381,3 m

OBRAS DE ARTE ESPECIAIS QUE CONTINUAM EM EXECUÇÃO EM 1974

| RODOVIA | TRECHO | ACIDENTE |
|---------|-----------------------------|----------------------------|
| RS/8 | Jaguari-Santiago | Sanga da Areia |
| RS/8 | Jaguari-Santiago | Rio Rosário |
| RS/8/62 | São Sepé-Canguçú | Viaduto sobre a BR/290 |
| RS/8/62 | São Sepé-Canguçú | Arroio Santa Bárbara |
| RS/11 | Lajeado-Venâncio Aires | Arroio Grande |
| RS/42 | Tapera-RS/13 | Rio da Glória |
| RS/42 | Tapera-Ibirubá | Arroio Colorado |
| RS/42 | Tapera-Ibirubá | Arroio Grande II |
| RS/46 | Tupanciretã-BR/158 | Rio Ivaí |
| RS/47 | Goio-En-Trindade | Rio Uruguai |
| RS/85 | Barra do Ribeiro-BR/116 | Arroio Ribeiro |
| RS/97 | São Vicente do Sul-Jaguarí | Rio Jaguarí |
| RS/97 | São Vicente do Sul-Jaguarí | Várzea do Rio Jaguarí |
| RS/97 | São Vicente do Sul-Jaguarí | Arroio Tigre |
| RS/99 | Bento Gonçalves-Veranópolis | Viaduto s/RS/99 (ENOLOGIA) |

Estão em execução 15 grandes obras de arte especiais que somam uma extensão total de 1.871,2 m de comprimento. Destacam-se entre elas:

Rio Uruguai, trecho Goio-En-Trindade: 573,8 m
Rio Jaguarí, trecho S. Vicente-Jaguarí: 309,0 m
Rio Rosário, trecho Jaguari-Santiago: 180,0 m
Arroio Tigre, trecho S. Vicente-Jaguarí: 109,0 m

PERSPECTIVAS PARA OS ANOS SEGUINTES

Além da continuidade a ser dada às obras em execução, estão programadas as seguintes principais:

| | | |
|-------|--|-------------|
| RS/3 | - Santa Cruz do Sul - Cerro Chato (programa BIRD) | - 91,00 Km |
| RS/4 | - Rincão do Cascalho - Caí (recapamento) | - 11,27 Km |
| RS/5 | - Rincão do Cascalho - Montenegro (recapamento) | - 22,00 Km |
| RS/11 | - Lajeado - Venâncio Aires (implantação e pavimentação) | - 32,74 Km |
| RS/12 | - Santa Rosa - Sarandi (implantação e pavimentação) | - 188,00 Km |
| RS/18 | - Gravataí - Viamão (implantação e pavimentação) | - 21,00 Km |
| RS/18 | - Sapucaia - Gravataí (pavimentação) | - 21,60 Km |
| RS/19 | - Taquara - Rolante (implantação e pavimentação) | - 26,00 Km |
| RS/20 | - Taquara - Gramado (pavimentação) | - 41,00 Km |
| RS/23 | - Canela - São Francisco de Paula (pavimentação) | - 33,00 Km |
| RS/25 | - Estrela - Garibaldi (Tamandaré) (implantação e pavimentação) | - 60,00 Km |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Gabinete do Governador

8/6

| | | |
|------------|---|-------------|
| RS/25 | - Tamandaré - Farroupilha (pavimentação) | - 17,85 Km |
| RS/25 | - Contorno de Caxias do Sul (implantação e pavimentação) | - 12,58 Km |
| RS/25 e 91 | - Caxias do Sul - BR/101 (implantação e pavimentação) | - 170,00 Km |
| RS/42 | - Ibirubá - BR/386 (pavimentação) | - 53,00 Km |
| RS/46 | - Santiago - Arroio Iguariçá (implantação e pavimentação) | - 52,64 Km |
| RS/50 | - Ijuí - Três Passos (implantação e pavimentação) | - 125,00 Km |
| RS/56 | - Rosário - Cacequi - RS/3 (pavimentação) | - 60,00 Km |

I - ORGÃO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS (DEPRC)

II - DIRETOR GERAL: Engenheiro SÉRGIO DA COSTA MATTE

III - SEDE: Avenida Mauá, s/nº - Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ORGÃO:

1 - POLÍTICA DO ÓRGÃO

Integrado na política de transportes dos governos estadual e federal, o DEPRC deu continuidade, no ano de 1973, ao plano de ação desencadeado em 1971, visando ao desenvolvimento mais enérgico do sistema hidro-portuário gaúcho, de forma a adequá-lo ao nível reclamado pelo atual estágio de desenvolvimento do Estado e do País e, particularmente, de maneira a torná-lo apto para atender as necessidades mais urgentes geradas pelos programas dos "Corredores de Transporte" e dos "Corredores de Exportação".

Em decorrência, foram mantidas e incrementadas as metas prioritárias da atual administração, consubstanciadas na melhoria das vias navegáveis e das instalações portuárias do RGS, na racionalização e planejamento técnico-econômico das atividades da Autarquia, na elevação da taxa de produtividade dos seus serviços e na participação da empresa privada nas operações portuárias, através da implantação de instalações próprias.

2 - REALIZAÇÕES

2.1 - ADMINISTRATIVAS E DIVERSAS

- Assinatura de Convênio com o DNPVN - Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis para execução de aterro hidráulico, de uma área destinada à construção do terminal de carne, do Porto de Rio Grande, num total de Cr\$ 3.450.000,00.

- Participação das atividades relacionadas com o CORREDOR DE EXPORTAÇÃO DO RGS, com as obras de emergência contratadas pelo DNPVN com entidades japonesas (Rio Grande) e com o PLANO DE EXPANSÃO desse porto, em execução pelo consórcio LASA-SGTE.

- Participação das atividades relacionadas com a futura construção do ENTRONCAMENTO RODO-FERRO-HIDROVIÁRIO do rio Taquari.

2.2 - OBRAS

- Em Rio Grande, a Administração do Porto, concluiu com seus pró-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/7

prios recursos as obras de recuperação de duas câmaras de 500 t do Frigorífico B-1 (Cr\$ 122.452,10), construiu uma subestação de energia elétrica no Terminal de Granéis Líquidos (Cr\$ 43.517,97), bem como novas redes de luz e força nos armazéns do Porto Velho (Cr\$ 54.600,00). As obras da ponte rodoviária sobre o Saco da Mangueira, sobre o controle direto da Administração Central, tiveram seu ritmo acelerado a partir do 2º semestre, tendo sido investido, no exercício, o montante de Cr\$7.830.845,98; com esse novo ritmo de trabalho estima-se a conclusão da obra para princípios de abril.

- Com recursos federais - Fundo de Melhoramento dos Portos (FMP) - foram executados 266,98 m de linhas férreas de guindastes, sobre vigas e estacas de concreto armado (Cr\$ 671.997,00), enquanto por contrato direto do DNPVN foram construídos dois armazéns graneleiros e respectivas instalações de embarque (1500 t/h) no Porto Novo.

- Em áreas arrendadas pelo DEPRC, na zona do denominado "superporto", a LUCHSLINGER MADORIN continuou a obra do seu terminal de fertilizantes, tendo ocorrido em 18 de outubro a primeira descarga de matéria-prima, enquanto a COTRIJUI concluiu no seu terminal as instalações para duplicação da capacidade de carregamento de navios (2.000 t/h), bem como a moega própria para caminhões; simultaneamente, a FERTISUL e a WIGG S.A. deram andamento às obras de suas respectivas instalações, também na área de expansão do porto.

- Ainda em Rio Grande, a Diretoria dos Serviços Delegados, com recursos próprios, iniciou as obras de construção do Pavilhão da Caldeiraria (Cr\$ 1.200.000,00), executou 600m de canaria para a draga Governador Triches (Cr\$1.200.000,00).

- Em Porto Alegre, com recursos federais - FMP - foram concluídos os 3000 m² da pavimentação iniciada no último trimestre de 72 (Cr\$ 186.000,00), a drenagem e pavimentação de 10.500 m² da Avenida portuária (Cr\$ 505.000,00); iniciada a drenagem e pavimentação junto ao Armazém E-1, num total de 7400 m² (Cr\$501.846,50); iniciada a drenagem e pavimentação junto ao Armazém E-2, num total de 2700 m² (Cr\$ 193.392,14); foram concluídas as obras de reforma de quatro câmaras do Frigorífico (Cr\$ 146.458,90); foram iniciadas as reformas de mais duas câmaras (Cr\$ 120.300,00); foi concluída a construção do Armazém E-2 (Cr\$ 1.630.000,00); iniciada a construção do Armazém E-4 (Cr\$ 1.771.327,33); iniciada a construção do novo Armazém C-4 (Cr\$ 2.012.308,73); foi concluída a construção do Armazém C-3 (Cr\$ 2.298.236,00); foi iniciada a construção de uma subestação abaixadora para 450 kVA (Cr\$ 237.760,00); foi contratada a construção de três subestações abaixadoras, no cais do Navegantes (Cr\$ 960.000,00).

- Ainda em Porto Alegre, a Diretoria dos Serviços Delegados contratou o estaqueamento de fundação para o Edifício sede da ASD (Cr\$ 50.000,00), construiu 600 m de canos para a draga Presidente Médici (Cr\$1.200.000,00) e um barco-empurrador de apoio para as dragas de sucção e recalque (Cr\$ 250.000,00).

Em Pelotas, a Administração do Porto, com recursos federais - Fundo de Melhoramento, contratou a instalação de uma balança rodoviária (Cr\$45.824,00).

- Ainda em Pelotas, a Diretoria dos Serviços Delegados, com recursos próprios, concluiu a construção dos seus escritórios (Cr\$ 250.000,00), construiu uma cabine auxiliar para operar com a canaria das novas dragas (Cr\$ 70.000,00) e está transformando a chata Sirene em acampamento flutuante destinada ao parque de dragagem das novas dragas (Cr\$ 200.000,00).

- Em Triunfo, a Diretoria da AVP, com recursos próprios, concluiu as novas instalações do Grupo Escolar Dr. Mario Totta (Cr\$ 55.000,00) e concluiu o asfaltamento das ruas da Vila Operária (Cr\$ 360.000,00).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

6/8

2.3 - AQUISIÇÕES

- Em Rio Grande, a Administração do Porto, adquiriu com recursos próprios seccionadores e refletores completos para o Porto Novo (Cr\$ 37.933,28), máquinas e motores para diferentes setores do porto (Cr\$ 72.355,20) e carrinhos de transporte interno para o Entreponto "João Mascarenhas" (Cr\$ 40.000,00).

- Com recurso do Fundo de Melhoramento do Porto foram adquiridos três tratores para reboque ferroviário (Cr\$ 384.600,00), uma pá carregadeira para movimentação de granéis sólidos (Cr\$ 142.833,20), uma empilhadeira de ação lateral para containers (Cr\$ 1.600.000,00), quatro empilhadeiras para 9.080 kg (Cr\$ 665.000,00), três camionetas tipo pick-up (Cr\$ 96.349,70) e 10 carretas reboques especiais, destinadas ao transporte de carga seca (Cr\$ 284.816,00).

- Também em Rio Grande, a Diretoria da ASD, visando à modernização dos seus serviços, adquiriu diversos equipamentos como balança, rádios transmissores e receptores, ecobatímetros, camioneta (Cr\$ 561.320,95).

- Em Porto Alegre, a Administração do Porto, adquiriu, com recursos próprios, máquinas de escritório e utensílios, máquinas e ferramentas destinadas à complementação e modernização de seus serviços (Cr\$ 162.000,00).

- Com recursos federais - Fundo de Melhoramento do Porto - foram adquiridas 4 caçambas automáticas (Cr\$ 99.000,00) e contratado estudo para implantação de sistema mecanizado para recebimento, movimentação e carregamento de produtos e granel no cais de Navegantes (Cr\$ 48.000,00).

- Ainda em Porto Alegre, a Diretoria da Administração de Serviços Delegados adquiriu grupos geradores para a draga Governador Dornelles, empilhador para as oficinas, uma lancha de inspeção, motores diesel para as câbreas auxiliares e para as lanchas auxiliares, lemes hidráulicos para o rebocador Caxias e barco empurrador, aparelho indicador de produção para as novas dragas, além de diversos outros equipamentos e máquinas de menor porte.

O valor dessas aquisições situou-se em torno de Cr\$ 2.050.000,00.

- Destinado à instalação do Terminal Rodo-Ferro-Hidroviário de Estrela, foram adquiridos 49,80 ha de área desapropriada, num valor de Cr\$ 561.320,95.

- Foi adquirida para as Vias Fluviais, da Ellicot - USA, uma draga de sucção e recalque com capacidade de até 450 m³/h e profundidade até 8m, no valor de Cr\$ 2.050.000,00.

2.4 - DRAGAGEM E BALIZAMENTO

Em 1973, foram dragados 397.324 m³ pela Administração de Serviços Delegados, na bacia do Porto de Rio Grande e canal da barra de Pelotas (Cr\$ 1.668.760,80).

Contando com a participação da draga Governador Dornelles, a AVF executou nos rios Jacuí e Taquari 459.624 m³ de dragagem e 18.745 m³ de derrocamento.

Esse investimento, num total de Cr\$ 2.828.740,64 contou com recursos federais (Convênios DNPVN - DEPRC).

É de se ressaltar que os serviços de dragagem foram altamente prejudicados pela excepcional precipitação pluviométrica ocorrida em 1973.

Pela A.S.D., e com recursos do próprio DEPRC, também foram executados aterros hidráulicos na ponte do Saco da Mangueira, em Rio Grande, e na do-



ca 6 do Porto de Porto Alegre, destinado à implantação do novo silo da CESA.

Com recursos federais foi executado o aterro hidráulico da área destinada à construção do novo Frigorífico de Rio Grande (no superporto).

O volume total destes aterros alcançou cerca de 360.000 m³ (Cr\$ 2.160.000,00). O serviço de balizamento, que se constitui na manutenção e conservação de 116 sinais luminosos e 88 sinais cegos consumiram Cr\$ 250.000,00 de recursos próprios.

2.5 - MOVIMENTO PORTUÁRIO

Os portos organizados do Estado movimentaram, em 1973, 9.679.507 toneladas assim distribuídas:

Porto Alegre - 4.710.702 t

Rio Grande - 4.677.064 t

Pelotas - 291.741 t

O maior incremento verificou-se no porto de Rio Grande, cujo movimento superou em 18% o total de 1972.

O movimento geral dos três portos superou em 7% o do ano anterior, estabelecendo um novo recorde.

Em consequência, e graças a manutenção da política de pessoal, a "TAXA DE PRODUTIVIDADE PORTUÁRIA DO DEPRC" subiu para 3.009 toneladas-ano por servidor, e isto sem considerar as demais atividades do órgão (dragagem, balizamento, etc.) que consomem apreciável volume de mão-de-obra do quadro de pessoal.

PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Em conformidade com as metas dos Governos Estadual e Federal, deverá estar concluída, em 1974, a regularização do rio Jacuí, até o PK 280 (acima de Cachoeira do Sul) e a do rio Taquari até o Entroncamento Rodo-Ferro-Hidroviário de Estrela (PK 138), incorporando-se, assim, à rede navegável do Estado, mais de 350 km de hidrovias, só nesses dois rios.

Prevista, também, para 1974, a conclusão da 1ª etapa do Entroncamento permitirá o incremento da navegação interior, notadamente entre as zonas de produção e o porto de Rio Grande, principal escoador das nossas safras agrícolas.

A entrada em funcionamento, no ano de 1974, dos armazéns e instalações para graneis, implantados no Porto Novo de Rio Grande pelo MT/DNPVN, a ampliação da capacidade de carregamento do silo da CESA, a participação de transbordadores flutuantes e a ampliação das instalações privadas, darão, ao porto marítimo do Estado, condições de exportar até 4 milhões de toneladas de graneis sólidos de origem vegetal, no próximo exercício, desde que assegurado o conveniente acesso da mercadoria ao porto, o que vem sendo providenciado pelos setores responsáveis.

A conclusão da Ponte Rodo-ferroviária do Saco da Mangueira, garantirá, já para o escoamento da próxima safra de soja, a indispensável ligação entre o Porto Novo e a área do "superporto".

Finalmente, a manutenção da atual política administrativa da Autarquia permitirá, em 74/75, a consolidação das diretrizes implantadas em 1971.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/10

- I - ÓRGÃO: DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO (DAE)
- II - DIRETOR-GERAL: CARLOS DUARTE NETO
- III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1184 - 6º andar - Porto Alegre -
- IV - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

REALIZAÇÕES:

O número de aeroportos atendidos pelo DAE em 1973 alcançou a 25, num total investido de Cr\$ 1.860.000,00.

Pelo montante dos recursos aplicados, destacam-se os seguintes aeroportos:

- Caxias do Sul - Prosseguimento da pavimentação asfáltica da pista (18.000 m²)
Recursos aplicados: Cr\$ 630.000,00
- Passo Fundo - Realização da urbanização da área fronteira da estação de passageiros
Recursos aplicados: Cr\$ 280.000,00
- Osório - Construção do hangar do aeroclube (900 m²)
Recursos aplicados: Cr\$ 120.000,00
- Nova Prata - Início da terraplenagem da pista de pouso; total já executado:
30.000 m³
Recursos aplicados: Cr\$ 100.000,00
- Capão da Canoa - Ampliação da pista de pouso e execução da urbanização da área aeroportuária
Recursos aplicados: Cr\$ 250.000,00

Além destas obras realizaram-se outros serviços de menor expressão que totalizaram Cr\$ 450.000,00.

Foi concedido, em auxílios, um total de Cr\$ 184.000,00 a 31 entidades aerodesportivas. Entre estas, a Federação dos Aeroclubes, o Clube de Planadores Albatroz e 29 aeroclubes.

AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

- Canela - Desapropriação da área para ampliação da pista de pouso: 8,2 ha., no valor de Cr\$ 258.425,20.
- Capão da Canoa - Desapropriação da área para ampliação da pista de pouso: 6,3 ha., o valor de Cr\$ 36.508,06.

V - PERSPECTIVAS PARA OS ANOS SEGUINTES:

O DAE tem como metas prioritárias, serviços de pavimentação, ter-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/11

raplengagem e urbanização em diversos aeroportos, tais como:

- TERRAPLENAGEM

Frederico Westphalen - conclusão da terraplenagem da faixa de pouso
Vale do Taquarí - terraplenagem do novo aeroporto
Canela - ampliação da pista de pouso

- PAVIMENTAÇÃO

Caxias do Sul - conclusão da pista de pouso e pátio de estacionamento
Passo Fundo - início da pavimentação da pista de pouso
Santo Ângelo - conclusão da pavimentação da pista de pouso e estrada de acesso

Paralelamente serão executadas obras de urbanização, conservação e construção em toda a rede aeroportuária do Estado.

RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE AEROPORTOS

| | |
|------------------------------|------------------------|
| - Terraplenagem | 370.000 m ³ |
| - Ensaibramento | 25.200 m ³ |
| - Drenagem | 6.000 ml |
| - Recuperação de prédios | 5 prédios |
| - Balizamento diurno (peças) | 5 aeroportos |

I - ÓRGÃO: COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS (CESA)

II - DIRETOR-PRESIDENTE: Engº Agrº FERNANDO NUNES SOARES

III - SEDE: Avenida Praia de Belas, 1768 - Porto Alegre

IV - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

1 - POLÍTICA DO ÓRGÃO:

Dar continuidade à política de ampliação da capacidade estática da rede, de forma a poder atender, em condições técnicas recomendáveis, uma parcela significativa da produção, apoiada nas seguintes diretrizes:

- a) Concentrar a oferta de estocagem (grandes capacidades), estratégicamente situadas ao longo dos troncos rodoviários, considerando a necessidade de convergência da produção para os pólos de captação. Alguns pólos já contam com unidades de alta velocidade de movimentação que visam a regular os fluxos que demandam aos terminais portuários.
- b) Aumento da operacionalidade nos portos através de unidades ter-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/12

minais de grande porte e alta cadência, visando a suportar as pressões dos fluxos intermodais;

- c) Construção de graneleiros conjugados a silos elevadores, capaz de aumentar sensivelmente a capacidade de estocagem nas zonas de produção abrangidas pela atuação da Companhia. Melhorias e reequipamentos das instalações existentes;
- d) Diversificação das atividades da Companhia objetivando a conservação pelo frio de produtos horti-fruti-granjeiros, através de unidades polivalentes.
- e) Continuidade na política de aperfeiçoamento da equipe funcional;
- f) Entrosamento com todos os órgãos governamentais, direta ou indiretamente relacionados com os objetivos da Companhia;

2 - REALIZAÇÕES:

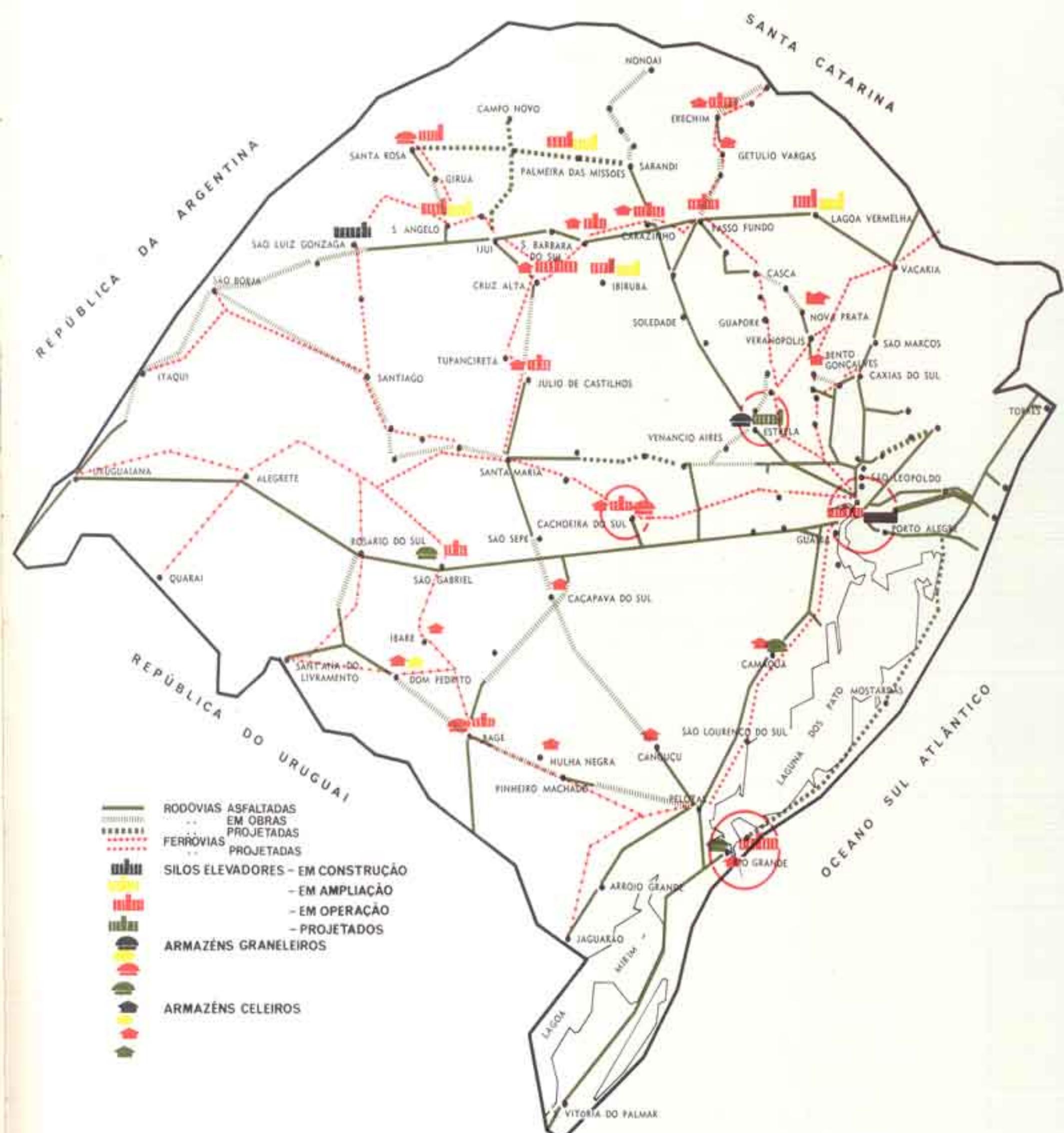
A Companhia apresentou o seguinte elenco de obras e melhorias:

a) Principais obras concluídas:

- Ampliação do silo de Cruz Alta para mais 40.000 toneladas. Custo Cr\$ 11.213.723,00;
- Ampliação do silo portuário de Rio Grande para mais 40.000 toneladas. Custo Cr\$ 12.490.359,00;
- Construção do armazém graneleiro de Santa Rosa para 30.000 toneladas. Custo de Cr\$ 3.250.024,00;
- Construção do armazém graneleiro de Bagé para 15.000 toneladas. Custo de Cr\$ 3.561.304,00;
- Construção do armazém graneleiro de Cachoeira do Sul, para 20.000 toneladas. Custo de Cr\$ 4.768.587,00;

b) Obras em andamento:

- Construção do silo de São Luiz Gonzaga para 40.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 9.373.614,00;
- Ampliação do silo de Santo Ângelo para mais 17.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 7.868.781,00;
- Ampliação do silo de Ibirubá para mais 17.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 7.66.223,00;
- Fechamento da Doca nº 6, do porto local, onde será construído o novo silo portuário. Custo previsto Cr\$ 4.301.528,00 (obras em estágio final);
- Montagem de duas "Plataformas Flutuantes" para transbordo entre embarcações - 250 toneladas/hora cada. Custo previsto Cr\$ 16.000.000,00;
- Ampliação da capacidade de carregamento de navios no silo de Rio Grande para 1000 toneladas/hora;
- Ampliação da capacidade de carregamento de embarcações no silo de Cachoeira do Sul, para 300 toneladas/hora;
- Construção de unidade frigorífica polivalente em Caxias do Sul, para conservação de produtos horti-fruti-granjeiros, custo previsto Cr\$ 25.000.000,00;



COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZÉNS

REDE OPERACIONAL 1973



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/13

c) Obras a iniciarem:

- Ampliação do silo de Palmeira das Missões para mais 17.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 8.000.000,00;
- Ampliação do silo de Lagoa Vermelha para mais 10.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 6.500.000,00;
- Construção de novo silo portuário na Capital, para 60.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 55.000.000,00;
- Construção do complexo operacional de Estrela (silo/graneleiro) para 60.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 35.000.000,00;
- Construção de armazém graneleiro no Porto Novo de Rio Grande para 35.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 17.000.000,00;
- Construção de um conjunto graneleiro/celeiro em Canoã para 30.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 5.000.000,00;
- Construção graneleiro conjugado ao silo de São Gabriel para 10.000 toneladas. Custo previsto Cr\$ 2.500.000,00.

Com tais diretrizes a orientar a política geral, pretende a Empresa continuar cumprindo os objetivos a que se propõe, em consonância com a orientação governamental.

I - **ÓRGÃO: COMPANHIA INTERMUNICIPAL DE ESTRADAS ALIMENTADORAS (CINTEA)**
II - **DIRETOR-PRINCIPAL: (em ação social) Engº DANILLO SENGER RIBEIRO**
III - **ENDR: Av. Borges de Medeiros, 1555 - 17º andar - Porto Alegre -**
IV - **SÍNTese do desenvolvimento das atividades da CINTEA:**

O Estado, através da CINTEA, com participação dos municípios, desenvolve presentemente os seguintes projetos:

1 - ESTRADAS ALIMENTADORAS

Fonte de recursos:

- a) Governo do Estado - 40%
- b) BNDE - 60% (pago pelos municípios num prazo de 10 anos)

2 - 1 PLANO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

Fonte de recursos:

- a) Governo do Estado - BNDE
- b) Municípios

3 - ESTUDOS E PROJETOS

| <u>- RESULTADOS ATÉ 31/12/1975</u> | (acumulado) |
|------------------------------------|-------------|
| • Implantação concluída (estradas) | 71,7 km |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

8/14

| | | |
|----------------------------|-------------------|---------------|
| - Revestimento concluído | 71,7 km | 406,6 km |
| - Obras de Arte concluídas | 122,7 ml | 876,2 ml |
| - Total dos investimentos | Cr\$ 3.303.795,00 | 19.689.120,00 |

Em 1973, como estradas concluídas, relacionamos as que seguem:

Pinheirinho-Zefirino (EN-469); Jacarezinho Divisa Encantado/Nova Bréscia, (EN-484); Divisa Erechim/Severiano de Almeida-Divisa Severiano de Almeida/Mariano More, (SA-25); Divisa Guaíba/Barra do Ribeiro-Barra do Ribeiro (BA-10); Cerro Grande Arroio da Toca, (TP-560); MN-175-Divisa Montenegro/Triunfo, (MN-115); Barão Velho-SS-450, (SS-430); Divisa Cândido Godoi/Campina das Missões-Campina das Missões, (CM-20); Rio Comandai-Campina das Missões, (CM-750); Cândido Godoi/Campina das Missões, (CG-20); São Paulo das Missões-Rio Comandai, (SP-750); BR-116-Haia do Ipê, (TP-580); Tapes-Divisa Camaquá/Tapes, (TP-101) SS-890-São Jerônimo-Charqueadas - TP-565-Garambeu a TP-580 - OS-231-RS-1-Palmures; OS-202-RS-1 - Granja Sonia; MN-135 - RS-99 - Maratá; MN-193-MN-107 - Maratá; MN-107 - RS-3 - Linha Júlio de Castilhos; LJ-180 - Arroio Jaguacinin - BR-386 - RO-416 - RS-44 - Ronda Alta; RO-100 - Rondinha - Constantina - MN-205 - Montenegro-Maratá.

PROJETO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

| | | |
|-------------------------------|---|-----------|
| Pontes concluídas e entregues | - | 60 |
| Nº de municípios beneficiados | | <u>52</u> |
| Total de ml. | | 949,3 |
| Pontes em andamento | - | 35 |
| Nº de municípios beneficiados | - | <u>34</u> |
| Total de ml. | | 686,1 |

Recursos concedidos pelo Estado neste exercício Cr\$ 11.307.200,00

Estudos e Projetos

a) Estudo de viabilidade para o I Plano de Obras de Arte Especiais do R. G. do Sul, abrangendo as 24 regiões em que está dividido o Estado.
Concluído em dezembro.

PERSPECTIVAS

1974 - 225 km de estradas
- 12.000 ml. de pontes
- Valor do investimento - Cr\$ 121.500,00

1975 - 300 km de estradas
- 3.000 ml. de pontes
- Valor do investimento - Cr\$ 45.000,00

1976 - 300 km de estradas
2.000 ml. de pontes
Valor do investimento - Cr\$ 42.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

**secretaria
do trabalho e ação social**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL (STAS)

II - SECRETÁRIO: Deputado NELSON MARCHEZAN

III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1134 - 5º andar - Porto Alegre -

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)
- COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB/RS)
- FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)
- FUNDAÇÃO SULRIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA (PSRA)

V - SÍNTESI DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

PROGRAMAS DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL 1973

- BUTIÁ

Dando continuidade às providências iniciadas em fins de 1972, realizaram-se em 1973 estudos específicos e contatos com empresários interessados, com vistas a instalar uma área industrial, no Município de Butiá, destacando-se:

- Estudo e encaminhamento de vários Projetos Industriais;
- Início do levantamento plani-altimétrico da área;
- Aprovação de estímulos financeiros através do FUNDOPEM (até 2000 empregos);
- Imissão de posse de 36 ha, da área de 176 ha já declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, o que permitirá a destinação das primeiras glebas às empresas interessadas, entre elas a METALURGICA HERBERT MULLER (1º projeto aprovado).

- FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA SINDICATOS

Converteu-se na Lei nº 6.653 de 13.12.73 o projeto segundo o qual fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Financiamento de Sindicatos e Federações de Trabalhadores e Profissionais Liberais. O referido fundo será administrado pela STAS que após a sua regulamentação, deverá iniciar as operações de financiamento a médio prazo para construção, ampliação e/ou para aquisição de equipamento de sedes sindicais.

- CEMOB

Foi instalado em 28/06/73 o Conselho Estadual de Mão-de-Obra, criado pelo Decreto 22.429 de 01/05/73. O CEMOB, será auxiliado por quatro Comissões Permanentes integradas de representantes de órgãos públicos e entidades privadas que colaborarão com o fornecimento de dados e informações com vistas a facilitar o estabelecimento da política e estratégia de formação de mão-de-obra nos setores primário, secundário e terciário, bem como para o desenvolvimento do artesanato, no Estado.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/2

AUXÍLIOS A ENTIDADES ASSISTENCIAIS

Dentro da política de apoiar e fortalecer as entidades privadas existentes e de complementação com recursos do Estado às comunidades interessadas em participar do desenvolvimento de atividades na área social, a STAS celebrou contratos de cooperação técnico-financeira e concedeu auxílios a 193 entidades de 71 municípios.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR

A política de apoio, valorização e assistência aos trabalhadores e às entidades sindicais desenvolveu-se através da Unidade de Assistência ao Trabalhador, cabendo destacar os seguintes eventos:

- Promoção da Semana Sindical/73, com a participação de Federações e Sindicatos de Trabalhadores e colaboração de outros órgãos.

- Assessoramento a Associações Profissionais e Sindicatos de Trabalhadores urbanos e rurais.

- Através do Núcleo de Colocação e Reemprego, instalado em 1973, em local mais adequado (antiga Rodoviária), a STAS prestou cerca de 27.000 atendimentos a pessoas cadastradas no Núcleo, (abrangendo nesse atendimento, também deficientes físicos) e compreendendo as entrevistas, a pré-seleção e orientação psico-social e jurídica a candidatos em busca de um emprego.

Além disso, a equipe de visitadores realizou 3.565 visitas a empresas de onde foram registradas 21.648 vagas, possibilitando ao NCR realizar 5.253 encaminhamentos para preencher estas vagas. Outros candidatos deixaram de ser encaminhados por não preencherem os requisitos mínimos, ou por não terem a qualificação profissional exigida ou ainda, por não se interessarem em trabalhos do setor da construção civil onde há grande oferta de empregos.

- PROGRAMA DE PROMOÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO:

A STAS, através da Unidade de Serviços Sociais, desenvolveu em 1973 três programas visando, a partir da identificação dos recursos sócio-comunitários existentes, a fortalecer as entidades sociais e comunitárias e procurando, através da conscientização e assessoria especializada, melhorar e ampliar a assistência prestada, inclusive através de cooperação técnico e/ou financeira.

1 - Através do Sub Programa de Incentivo a Movimentos Comunitários e Associativistas, a STAS.

1.1 - prestou assessoramento técnico ao planejamento e execução de uma programação especial à Federação Riograndense de Associações Comunitárias de Amigos de Bairros - FRACAB - e às suas 37 entidades filiadas. Cerca de 224 líderes comunitários de vários municípios concluíram cursos na STAS.

1.2 - prestou assessoria e realizou Seminários em 5 Associações de Municípios, além de apoiar a criação e/ou estruturação de serviços de Bem-Estar de Prefeituras Municipais filiadas;

1.3 - auxiliou a 13 Prefeituras Municipais na elaboração de programas ou projetos para



área social;

1.4 - realizou 5 cursos intensivos para Agentes de Ação Social e Comunitária, em Santa Rosa, Santa Maria, Caxias do Sul, Ibirubá e Passo Fundo, proporcionando treinamento para 141 pessoas de 101 municípios representados.

2 - Através de Sub Programa de Apoio a Entidades Sociais, a STAS:

2.1 - realizou 5 cursos para Dirigentes e auxiliares de obras de Amparo à Velhice, de 120 entidades sociais de 72 municípios;

2.2 - celebrou contratos de cooperação técnico-financeira com 61 entidades, elevando de 516 para 678 o número de vagas para internação de pessoas idosas e leitos para albergagem;

2.3 - realização de 4 Encontros de Entidades Sociais dos quais participaram 238 entidades de 103 municípios;

2.4 - treinamento e orientação a voluntárias que atuam em obras assistenciais.

3 - Através do Sub-Programa de Ação Social e Comunitária manteve Agências de Promoção Social (Zona Sul e Norte)

4 - Além desses programas, a USS/STAS - fez funcionar, temporariamente, e para conhecimento da problemática, um Pronto Atendimento Social das 20 às 24 horas.

5 - Para desenvolver em 1973, as atividades e programas, realizaram-se 6.876 entrevistas, 1.346 reuniões, 33 seminários ou encontros, 57 cursos diversos e celebrados 73 contratos, envolvendo diretamente 1.068 entidades em 189 municípios e mais 33.000 pessoas.

PERSPECTIVAS NA ÁREA DE PROMOÇÃO SOCIAL

O Programa de Promoção Social - em 1974 dará continuidade, ampliando e aperfeiçoando, aos sub-programas e projetos realizados no exercício anterior, cabendo destacar:

- O Sub-programa de Ação Social e Comunitária na Capital, executado pelas 2 Agências de Promoção Social, o qual visa à realização de estudos e pesquisas sobre a situação social das respectivas áreas de influência, (zonas Norte e Sul) objetivando o imediato atendimento de cerca de 15.000 pessoas com problemas graves de subsistência e integração.

- O Sub-programa de Incentivo a Movimentos Comunitários e Associativistas, através dos projetos de Assessoria, Treinamento de Recursos Humanos, Promoção de Seminários e Elaboração de Documentação, o qual prevê o atendimento de Municípios interessados em dar continuidade às atividades desenvolvidas no exercício de 1973.

- O Sub-programa de Apoio às Entidades Sociais, volta-se diretamente para às entidades privadas atuantes junto a população carente. Este sub-programa deverá atingir, além das obras de assistência à velhice, as entidades de assistência generalizada, através de um conjunto de projetos de treinamento especializado de pessoal a nível de dirigentes, auxiliares e voluntários, acrescido de Seminários e de um amplo projeto de assessoria direta. Está prevista também a realização de um Encontro Estadual de Entidades Sociais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/4

PROGRAMA DE RECREAÇÃO DE TRABALHADORES

De acordo com o Programa Estadual de Recreação de Trabalhadores, aprovado pelo Decreto nº 22.427 de 30.04.73, está sendo construído o Primeiro Centro de Recreação dos Trabalhadores, no Município de São Leopoldo. As obras abrangem uma área de cerca de 70 hectares, cujo planejamento físico foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho especialmente constituído para tal fim, pela STAS. (Os trabalhos de projeto foram iniciados em 2 de janeiro de 1973).

Foram executados os trabalhos de limpeza e preparação do terreno e realizadas as Sondagens Geotécnicas necessárias à definição das fundações das diversas edificações.

No primeiro semestre de 1974 continuará o desenvolvimento de projetos setoriais e deverá ser iniciada a construção das seguintes obras: Atelro compactado para a implantação de canchas, galpão tradicionalista, pórtico de entrada, canchas esportivas e dos vestiários, ginásio coberto, piscinas e vestiários, quiosques, ruas e caminhos de pedestres, sistemas de abastecimento de água potável, através da CORSAN, sistema de esgoto pluvial e cloacal, rede de irrigação e rede de drenagem, área reservada para "Camping", construção de cercas e início de implantação do tratamento paisagístico da área.

Deverão ser concluídos, ainda em 1974, os projetos de engenharia final dos Centros de Recreação de Trabalhadores de Caxias do Sul e de Santa Maria.

PROGRAMA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR PLANHAP: PROVIDÊNCIAS ADOTADAS

Com vistas a assegurar uma rápida implantação no Estado, do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) o Governo do Estado, tomou providências e medidas que redundaram no surgimento dos seguintes instrumentos necessários à implantação de um Programa Estadual de Habitação Popular para 1973/1983:

- 1º - Assinatura em 26/02/73 do Protocolo de Intenção entre Estado-BNH, prevendo a construção de 153.000 unidades residenciais em 10 anos, para serem vendidas a pessoas com renda familiar de 1 a 3 salários mínimos.
- 2º - Decreto nº 22.430 de 01/05/73, criando uma Comissão Especial para estudar e propor medidas necessárias com vistas a sugerir um programa estadual de habitação popular para o período 1973/1983.
- 3º - Assinatura de Convênio entre o Estado e o BNH, através do qual a STAS-SDO-SCP com a colaboração técnica e financeira da Sudesul e BNH, se comprometem a realizar pesquisa que determine o déficit habitacional no Estado e que permita a formulação de um Plano Estadual de Habitação Popular para os Municípios da Grande Porto Alegre e mais 23 Municípios, cujas sedes tenham mais de 50.000 habitantes, ou atinjam tal população nos próximos anos.
- 4º - Assinatura de Contrato STAS-PUCRGS, prevendo a realização da pesquisa referida no item anterior.
- 5º - Promulgação da Lei nº 6633 em 30/11/73, que dispõe sobre o Plano Nacional de Habitação Popular no RGS, e cria o Fundo Estadual de Habitação Popular (FUNDHAP).
- 6º - Assinatura do Protocolo de Intenção celebrado entre o Estado e o BNH, visando ao financiamento por este de desapropriação de áreas para habitação popular.
- 7º - Inclusão no Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1974/76, dos seguin-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/5

tes recursos do Estado para o FUNDIAP/RS:

1974: Cr\$ 16.189.000,00

1975: Cr\$ 19.161.000,00

1976: Cr\$ 21.890.000,00

8º - Foram declarados de Utilidade Pública para fins de desapropriação através da COHAB, as seguintes áreas:

- 32,36 ha - Estácio - Conforme Decreto nº 22.713 de 16.10.73.
- 924,40 ha - Fazenda Guajuviras - Canoas, conforme Decreto nº 22.437 de 3.5.73. Pelo Decreto nº 22.612 de 30/12/73, a mesma área foi declarada de urgência para fins de desapropriação e imissão de posse, cujo depósito já se efetuou.
- 1126 ha - Fazenda Santa Maria - Santa Maria, declarados de utilidade pública, conforme Decreto nº 22.973, de 14/01/74, para a construção do Distrito Industrial com o respectivo Núcleo Habitacional.
- Além disso, foram indicadas, vistoriadas e pré-selecionadas outras áreas para construção de Núcleos Habitacionais, nos municípios de Sapiranga, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Gravataí.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR (FEBEM)

II - PRESIDENTE: Professor OLINDO ANTONIO TOALDO

III - SEDE: Avenida Padre Cacique, 1372 - Porto Alegre -

IV - SINTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

No ano de 1973, as linhas prioritárias de atuação da FEBEM se fizeram sentir na Área Preventiva, pela ampliação das frentes de trabalho no interior do Estado e Grande Porto Alegre, em razão da diversificação de recursos indicados para o Plano Anual de Trabalho (PAT/73).

Entretanto, a Área Terapêutica teve em construções, reformas e adaptações dos prédios da Rede Própria, Centro de Recepção e Triagem (CRT) e sede, a tônica principal. Para isso, foi iniciado um estudo com vistas a oferecer uma reforma estrutural, de forma a atender de modo operacional as ampliações da área executiva.

Destacam-se ainda como atividades mais significativas da FEBEM em 1973:

1 - FORTALECIMENTO INTENSIFICADO DO EQUIPAMENTO SOCIAL EXISTENTE DO TIPO ABERTO:

- Execução do Projeto de Prevenção da Marginalização em Santa Maria, atingindo em média 2.200 menores de áreas marginalizadas, envolvendo no trabalho sete entidades sociais da comunidade;
- Instalação do Primeiro Centro de Juventude em Porto Alegre, com capacidade, para atender 300 menores do sexo masculino, na faixa etária de 14 a 18 anos e reestruturação da Organização do Pequeno Trabalhador Ambulante (OPTA), transformada em Centro Infanto Juvenil, visando a atender 300 menores trabalhadores ambulantes, na faixa de 8 a 14 anos. Em 6 meses, 130 menores do Centro de Juventude, foram encaminhados a vá-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/6

rios ramos de atividades profissional empregados em empresas da Capital e 40 menores do Centro Infanto Juvenil freqüentaram cursos teóricos-práticos de artes industriais;

- Execução de 61 projetos de financiamento para ampliação e/ou criação de recursos de atendimento aberto, sendo 34 na área metropolitana e 27 no interior, atingindo um número de 3.370 menores, diretamente;
- Extensão do trabalho de Assessoria Técnica a 85 entidades e 65 comunidades, buscando ampliação e criação de recursos do tipo aberto preventivo, cuja atuação é realizada segundo a programação de microrregiões do Estado;
- Celebração de 18 novos contratos com entidades particulares do tipo aberto, como consequente aumento de 890 para 1280 vagas em regime aberto e semi-aberto, representando um aumento de 50%, com relação a 1972.
- Realização de cursos, seminários e encontros, destinados ao treinamento de pessoal ligado, direta ou indiretamente, ao problema do menor e a capacitar as comunidades na promoção de programas de atendimento, envolvendo mais de 100 entidades e 388 pessoas de 15 municípios.

2 - IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DO SISTEMA DE RECEPÇÃO E TRIAGEM DENTRO DE UMA TIPIFICAÇÃO GLOBAL DE INSTITUIÇÕES DE MENORES:

A FEBEM em 1973:

- Prestou assistência direta a 3.040 menores, na sua rede de Institutos, com 940 vagas para internação;
- Fez adaptação física do prédio do Instituto Central de Menores, para melhores condições de atendimento especializado, em regime de fixação;
- Elaborou projeto de reforma do atual prédio do Instituto Ana Jobim, visando a ampliar o atendimento especializado em regime de fixação, dando cobertura a duas faixas etárias de 7 a 12 e 12 a 18 anos, com capacidade para 100 menores em cada uma das faixas;
- Proporcionou atendimento a 1.750 menores em 1.385 vagas de instituições particulares, por contrato e a 386 em lares substitutos;
- Iniciou a edificação de um prédio que atenderá 80 menores com problemas de conduta, em regime de fixação, na faixa de 12 a 18 anos, em substituição ao antigo Santa Marta;
- Concluiu a construção do bloco masculino do Centro de Recepção e Triagem, e adquiriu o respectivo equipamento e deu início à construção do bloco feminino, o último prédio do Centro;
- Reformou o prédio do Instituto Padre Cacique com vistas a transformá-lo em Centro de Preparação para o Trabalho, para atendimento de até 800 menores, em regime de rotatividade, através de cursos a nível de iniciação profissional e profissionalização;
- Utilizou os setores de produção para iniciação profissional de 80 menores provenientes do Instituto Central de Menores e do Centro de Juventude.

PERSPECTIVAS PARA 1974 - PROGRAMAS DA FEBEM

ÁREA PREVENTIVA:

- Lançamento do Projeto de Prevenção, de Pelotas;
- Interiorização do programa recreativo "TAÇA FEBEM";



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/7

- Cooperação técnico-financeira a projetos de obras abertas de atendimento a menores.

ÁREA TERAPÉUTICA

- Conclusão das reformas nos Institutos próprios;
- Conclusão das obras do CRT e seu funcionamento (Bloco Técnico e Blocos Masculino e Feminino);
- Ampliação do número de contratos de cooperação técnico-financeira com entidades privadas.

I - ÓRGÃO: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (COHAB-RS)

II - PRESIDENTE: Bacharel JOSÉ ALEXANDRE ZÁCHIA

III - SEDE: Rua dos Andradus, 1.234, 13º andar - Porto Alegre -

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- ADMINISTRAÇÃO IMOBILIÁRIA

Em 1973 a COHAB/RS administrou 10.308 unidades residenciais, já construídas, em 180 núcleos habitacionais de 146 municípios, procedendo a cobrança das prestações, a domicílio, através dos seus escritórios regionais e locais.

- PROJETOS EXECUTADOS

873 novas unidades residenciais foram construídas pela COHAB em 1973, além de obras de infra-estrutura para um núcleo habitacional em Erechim e sedes para 2 escritórios, no valor total de Cr\$ 14.514.703,00.

Os novos núcleos, dotados de pavimentação, de serviços de água e energia elétrica com suas unidades residenciais são:

- Camaquã 40
- Caçapava do Sul 56
- Cachoeirinha 377
- Pelotas 400

- OBRAS PREVISTAS PARA 1974: 7.088 unidades residenciais.

- CAPITAL

Em 1974 a COHAB/RS prevê iniciar a construção do Núcleo Residencial Marechal Arthur da Costa e Silva (1974 casas) e de um conjunto de 1600 apartamentos na Vila Medianeira, além da construção de 20 casas na Vila Farrapos.

- INTERIOR

Construção de 1974 unidades habitacionais, em núcleos residenciais de 11 municípios do interior.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/8

- CASA EM TERRENO PRÓPRIO

Com recursos já aprovados pelo BNH, a COHAB/RS deverá repassar financiamentos, a 1528 proprietários de terrenos, para a construção da casa própria, na capital e em vários municípios, cujos candidatos já se inscreveram em 1973.

PLANHAP e COHAB/RS

Um grupo de trabalho da STAS vem desenvolvendo estudos com vistas à apresentação do Projeto Guajuviras (Canoas) o qual prevê a construção de um Núcleo Habitacional integrado com o setor industrial, numa área de 924 ha, já declarada de utilidade pública.

Este será um dos primeiros projetos financiados pelo FUNDHAP/RS, que além de realizar os serviços de água, luz, esgoto e pavimentação, deverá prever equipamentos comunitários, áreas verdes, Centro Comercial e área reservada para instalação de indústrias.

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO GAÚCHA DO TRABALHO (FGT)
- II - PRESIDENTE: Professor JORGE ALBERTO FURTADO
- III - SEDE: Av. Salgado Filho, 366 - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- NOVA SEDE DA F.G.T. E GALERIA DO ARTESANATO

A Fundação Gaúcha do Trabalho instalou em 1973 a GALERIA DO ARTESANATO GAÚCHO, uma iniciativa STAS/FGT que recebeu o apoio e a adesão de várias entidades e órgãos públicos interessados no desenvolvimento do artesanato, que comercializam produtos artesanais, os quais estão isentos do ICM, desde que os respectivos artesãos estejam cadastrados na F.G.T.

- MANUAIS DIDÁTICOS

Projeto de editoração de Manuais Didáticos da F.G.T. foi aprovado pela STAS, segundo o qual serão editados mais de 50 Módulos profissionalizantes para treinamento de mão-de-obra (100 horas), os quais serão utilizados nos cursos intensivos de qualificação de mão-de-obra da F.G.T., do Departamento do Ensino Supletivo da SEC e de outros órgãos interessados.

- CURSOS REALIZADOS

Em 1973 a F.G.T. realizou 1146 cursos de qualificação de mão-de-obra para 18.582 trabalhadores, dos quais foram aprovados 13.614. Desse total 223 concluí-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

9/9

ram curso de Inspector de Segurança do Trabalho, 98 de Vocalato e 65 de Administração Sindical e os demais cursos intensivos de 100/200 horas. Os recursos provêm de convênios celebrados com o MTPS e STAS.

- PERSPECTIVA DE CURSOS

Para 1974, a F.G.T., além de concluir os cursos iniciados no exercício findo, programou novos convênios com o MTPS e com a STAS, com cujos recursos prevê realizar cerca de 2.500 cursos intensivos de qualificação de mão-de-obra para mais de 30.000 trabalhadores.

- I - ÓRGÃO: FUNDAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA (FSRA)
- II - PRESIDENTE: Professor ERNANI COELHO
- III - SEDE: Rua dos Andradas, 1234 - 11º andar, conj. 1104 - Porto Alegre -
- IV - SÍNTSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- AUXÍLIOS CONCEDIDOS PELO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO SUL RIOGRANDENSE DE ASSISTÊNCIA, COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS TRANSFERIDOS PELA SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

EXERCÍCIO DE 1973

| ESPECIFICAÇÃO | M U Nº N I C. | A U Nº X I L. | VALOR EM CR\$ 1,00 | | TOTAL | PERCENTAGEM (%) |
|---|---------------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------|--------------------|
| | | | AUXÍLIOS PARA HOSPITAIS | AUXÍLIOS PARA ENT. ASSIS. | | |
| <u>CAPITAL</u> | 1 | | - | - | - | |
| - Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre | | 1 | 1.210.000 | | 1.210.000 | 50 |
| - Outras Entidades | 36 | | 61.000 | 296.900 | 357.900 | 15 |
| SUB-TOTAL..... | 37 | | 1.271.000 | 296.000 | 1.567.900 | |
| <u>INTERIOR</u> | | | | | | |
| - Diversas Entidades | 138 | 113 | 544.000 | 308.100 | 852.100 | 35 |
| TOTAIS | 139 | 150 | 1.815.000 | 605.000 | 2.420.000 | 100 |

Para o exercício de 1974, a Fundação Sul-Riograndense de Assistência poderá dispor de Cr\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil cruzeiros) de recursos do orçamento da STAS, dos quais 50% será destinado à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, e o saldo distribuído em auxílios a entidades assistenciais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR



**secretaria do desenvolvimento
regional e obras públicas**



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/1

I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS - (SDO) -

II - SECRETÁRIO: Engenheiro JORGE ENGLERT

III - SEDE: Rua Siqueira Campos, 1044 - 5º andar

IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - (CORSAN) -

- COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS - (CEDRO) -

- FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL (Em implantação em 1973)

V - SÍNTESI DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

Merecem destaque especial os seguintes projetos e atividades desenvolvidas pela SDO e suas empresas vinculadas:

- CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - (C.A.E.) -

O projeto do C.A.E. é um complexo arquitetônico composto de Bloco das Secretarias, Plataforma para atendimento ao público, e Centro de Processamento de Dados, num total de 126.042 m².

Visa o C.A.E. a reunir num só conjunto toda a Administração Direta do Estado, com o objetivo de simplificar e padronizar as rotinas e dinamizar a ação dos diversos órgãos estaduais, dentro do espírito preconizado pela Junta de Modernização Administrativa.

- COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - (CORSAN) -

A CORSAN desenvolveu intensamente a programação para atingir a meta do Governo do Estado que visa a abastecer 80% da população urbana com serviço público de água, atendendo a todas as localidades com mais de 1.000 habitantes; para tanto foram investidos no ano de 1973, um total de Cr\$ 55.978.878,00.

- COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS - (CEDRO) -

A CEDRO foi criada pela Lei nº 6.524 de 30 de dezembro de 1972 e foi constituída em Assembleia Geral, a 18 de abril de 1973.

É órgão executor da política da SDO no que diz respeito à elaboração de projetos e execução de obras.

Eleita e empossada a primeira Diretoria, a Companhia iniciou suas atividades, tendo já contratado obras e serviços para 7 (sete) Secretarias de Estado, no valor de Cr\$ 25.070.610,45.

- FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL

A FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA foi instituída pela Lei nº 6497 de 20 de dezembro de 1972.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/2

Em 1973 foram elaborados e aprovados os seus Estatutos e indicado seu Presidente. Iniciou suas atividades em janeiro de 1974, englobando o Parque Zoológico em Sapucaia, o Jardim Botânico em Porto Alegre e o Museu Riograndense de Ciências Naturais. Será de sua responsabilidade manter e administrar áreas destinadas à proteção e preservação da flora e da fauna e de outros recursos naturais no Estado.

- REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

Os Conselhos Deliberativo e Consultivo da Região Metropolitana de Porto Alegre, foram criados por Lei Estadual, com base no art. 2º da Lei Complementar nº 14, de 08/06/73.

Cabe-lhes promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, a programação dos serviços comuns e a coordenação da execução de programas e projetos de interesse da Região.

1 - PROGRAMAÇÃO DE OBRAS

Na Supervisão Técnica - Setor de Obras - STO - destacam-se as seguintes atividades:

1.1. - CENTRO ADMINISTRATIVO DO ESTADO - C.A.E. -

Destaque especial na STO cabe ao projeto C.A.E. que consta de uma grande composição arquitetônica integrada do Bloco das Secretarias, do Palácio dos Despachos, da Plataforma e do Centro de Processamento de Dados.

A execução das obras foi iniciada neste exercício. Estão concluídos todos os serviços de projeto e fundações; estão em fase de execução as estruturas, instalações elétricas, de ar condicionado, hidráulicas e outras, correspondendo a um valor global contratado em 1973 de Cr\$ 114.850.505,00.

Áreas:

| | |
|--|-----------------------|
| Edifício das Secretarias | 70.220 m ² |
| Plataforma | 47.314 m ² |
| Centro de Processamento de Dados | 8.500 m ² |

Situação das Obras:

Bloco das Secretarias:

Concretados 4.143 m³ (0,231 da estrutura)

Edifício da Plataforma:

Concretados 1.060 m³ (6,251 da estrutura)

Centro de Processamento de Dados:

Concluídas as Fundações.

Total Geral de Serviços contratados: Cr\$ 122.666.778,32

Total Geral de Serviços faturados: Cr\$ 23.786.812,86



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/3

1.2. - PREDIOS NOVOS CONCLUÍDOS

| TIPO DE PRÉDIO | NÚMERO DE PRÉDIOS | DOTAÇÕES CR\$ |
|---------------------------------------|-------------------|----------------------|
| Prédios escolares - 117 salas de aula | 36 | 4.798.342,50 |
| Delegacias de Educação - SEC | 6 | 2.564.501,90 |
| Departamento de Esportes - SEC | 1 | 807.549,80 |
| Prédios Secretaria da Saúde | 5 | 1.004.479,60 |
| Prédios Secretaria Interior e Justiça | 3 | 1.704.055,90 |
| Prédios Secretaria de Segurança | | 87.358,60 |
| Prédios Secretaria Administração | | 2.927.203,40 |
| T O T A L | 53 | 13.893.491,70 |

1.3. - PREDIOS NOVOS EM EXECUÇÃO

| TIPO DE PRÉDIOS | NÚMERO DE PRÉDIOS | DOTAÇÕES CR\$ |
|--|-------------------|----------------------|
| Prédios escolares - 209 salas de aula | 32 | 17.174.190,70 |
| Delegacias de Educação - SEC | 5 | 2.001.276,70 |
| Prédios da Secretaria da Saúde | 4 | 1.478.735,40 |
| Prédios da Secretaria Interior e Justiça | 9 | 2.624.936,45 |
| Prédios Secretaria Segurança | 1 | 1.354.420,00 |
| Prédios Secretaria Administração | 1 | 1.681.946,90 |
| Centro Administrativo do Estado | 1 | 70.791.437,36 |
| T O T A L | 53 | 97.106.952,51 |

2 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Na Supervisão Técnica - Unidade de Programação Regional e Urbana-STU - destacam-se as seguintes atividades:

2.1. - SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO - SISDRU

O SISDRU, que abrange o projeto de Regionalização do Estado, foi concluído a nível de implantação.

Elaborado por Grupo de Trabalho Especial, contou com a Consultoria da Systemplan, de Heidelberg da Alemanha, o Assessoramento Especial do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), do Instituto Brasileiro de Geografia (IBG), do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, (SERFHAU) e da Universidade de Paris. Contou também com a cooperação de todas as Secretarias de Estado através dos subsídios fornecidos sobre as atividades específicas de cada Pasta e das su-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/4

gestões formuladas por seus respectivos técnicos. A coleta de dados foi feita em 93 municípios tendo sido investidos no projeto cerca de Cr\$ 1.000.000,00.

2.2. - PLANOS DIRETORES

Foram elaborados planos de diretrizes urbanas para 3 cidades e trabalhos de atualização para planos de 4 cidades.

Foram realizados 12 Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado para municípios do Rio Grande do Sul, através de curso de capacitação para funcionários municipais.

2.3. - PLANOS REGIONAIS

Microrregião Lageado-Estrela e Microrregião Litoral Norte: Equacionamento do problema de planejamento, montagem do projeto e licitação. Plano Diretor de Charqueadas: feito equacionamento dos recursos.

3 - PROJETOS DIVERSOS

3.1. - SENSORIAMENTO REMOTO - SERE

É um projeto inter-secretarial: SDO-SCP, com o objetivo de obter dados sistemáticos sobre recursos naturais utilizando satélites artificiais e aeronaves, visando a subsidiar um sistema de informações para o planejamento.

Os estudos preliminares foram concluídos; está em execução a montagem do estudo de viabilidade econômica e técnica e estão sendo gestionadas a contratação de assessoria técnica especializada e a integração do Estado de Santa Catarina no projeto.

3.2. - CENTRAL DE LEVANTAMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL - CELERS

O objetivo é estimular, catalogar, guardar, distribuir e realizar levantamentos topográficos clássicos e acrolevantamentos, como o fim de criar um cadastro de informações para uso de Órgãos Estaduais e Municipais e Entidades Privadas.

Foram permutadas mais de 300 plantas entre diversos órgãos do Governo e iniciado o acrolevantamento do Estado, a ser executado em etapas anuais sucessivas.

3.3. - PROTEÇÃO CONTRA AS CHEIAS DO RIO DOS SINOS

O projeto de engenharia final para os polderes nº 4 e 5 está em elab-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/5

boração através de convênio com o DNOS, com assessoria de técnicos alemães.

Está em fase final a gestão para obtenção de financiamento da República Federal da Alemanha, no valor de 10 milhões de marcos.

3.4. - OBRAS DE DEFESA DE PORTO ALEGRE CONTRA INUNDAÇÕES

Foi assinado convênio com o DNOS e a Prefeitura de Porto Alegre, visando à conclusão das obras até 1976. Estão previstos recursos num total de Cr\$ 64.500.000,00 para o triênio com a seguinte participação:

DNOS - 50%

Estado - 30%

Município - 20%

O programa de execução das obras para o triênio foi concluído.

3.5. - DRENAGEM DAS LAGOAS DO LITORAL

O Governo do Estado assinou convênio com o DNOS para drenagem e retificação dos rios Tramandaí e Cornélios, obras reguladoras dos níveis e descargas e proteção da Barra do Rio Tramandaí; as obras foram iniciadas em 1973.

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS PÚBLICAS

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN
- II - DIRETOR-PRESIDENTE: Engenheiro TELMO JOSÉ BINS
- III - SEDE: Rua Caldas Júnior, 120 - 18º andar - Porto Alegre
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- META E PLANO DE OBRAS PARA 1974

Considerando a meta estabelecida pelo Governo do Estado, qual seja a de abastecer, durante o atual período administrativo, a todas as sedes municipais e os núcleos populacionais com mais de 1.000 habitantes e ampliar e melhorar os serviços em funcionamento, de forma a que 80% da população citadina venha a contar com abastecimento público de água, será necessário investir Cr\$ 177.000.000,00, em 222 localidades.

No Orçamento Plurianual de Investimentos, para serem aplicados em obras no exercício de 1974, estão previstos recursos no montante de Cr\$ 111.751.000,00, abrangendo 153 localidades, das quais 106 correspondem a sistemas com ampliações e melhorias e 47 a sistemas em implantação ou a serem implantados.

- REALIZAÇÕES

- ADMINISTRATIVAS - AQUISIÇÕES: Objetivando a construção da nova sede da Empresa, foi adquirida uma área de 9,5 hectares em Porto Alegre.

- CONTRATOS : No decurso de 1973 a CORSAN celebrou com 51 Prefeituras

S A N O P H E L H A L D A S P R I N C I P A I S V A R I A Ç Õ E S
U D R S A N - 1970/73



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/6

| Nº | S P E C I F I C A Ç Õ E S | 1970 | | 1971 | | 1972 | | 1973 | |
|----|---|-------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|--------|-------------------|--------|
| | | A B S O L U T O S | R E L. | A B S O L U T O S | R E L. | A B S O L U T O S | R E L. | A B S O L U T O S | R E L. |
| 1 | P O P U L A Ç Ã O ATENDIDA | 343.482 | 100 | 938.005 | 100 | 1.309.008 | 154 | 1.551.577 | 143 |
| 2 | L O C A L I D A D E S ATENDIDAS | 117 | 100 | 121 | 105 | 123 | 109 | 126 | 116 |
| 3 | U N I D A D E S DE SANEAMENTO | 114 | 100 | 120 | 105 | 125 | 110 | 123 | 117 |
| 4 | U. S. COM POÇOS E PONTAIS | 40 | 100 | 45 | 108 | 45 | 111 | 49 | 125 |
| 5 | U. S. COM ÁREA DE ETA E ESCOTO | 15 | 100 | 16 | 107 | 17 | 113 | 17 | 115 |
| 6 | U. S. COM ETA | 59 | 100 | 61 | 105 | 61 | 107 | 67 | 114 |
| 7 | A D U T O R A - (a) | 199.338 | 100 | 243.246 | 107 | 241.792 | 111 | (4) 337.547 | 169 |
| 8 | R E S E R V A Ç Ã O - (b) | 100.432 | 100 | 118.342 | 110 | 129.134 | 129 | 150.262 | 150 |
| 9 | T E C O N O M I A S LIGADAS | 219.510 | 100 | 240.424 | 111 | 291.024 | 135 | (4) 344.795 | 157 |
| 10 | E M B O C H E T R O S I N S T A L A D O S | 131.593 | 100 | 166.898 | 127 | 172.154 | 131 | 183.156 | 139 |
| 11 | R E D E D E D I S T R I B U I Ç Ã O D E Á G U A - (b) | 7.855.146 | 100 | 5.254.041 | 114 | 3.711.999 | 130 | (4) 4.453.394 | 155 |
| 12 | M P D P - S E R V I Ç U S P O M R E D E D E E S C O T O | 116.393 | 100 | 121.045 | 106 | 124.454 | 109 | 160.022 | 140 |
| 13 | E C O N O M I A S E S C O T A D A S | 30.317 | 100 | 32.551 | 107 | 34.768 | 113 | 44.674 | 105 |
| 14 | R E D E D E E S C O T O - (b) | 292.624 | 100 | 290.009 | 101 | 299.392 | 102 | 346.045 | 113 |
| 15 | I N V E S T I M E N T O S (Cr\$) | 24.100.800 | 100 | 37.791.536 | 157 | 42.960.000 | 174 | 55.978.876 | 232 |
| 16 | I N V E S T . E M O B R A S P / A L A S T . D E Á G U A | 16.140.674 | 100 | 21.660.647 | 134 | 35.721.543 | 209 | (3) 49.040.926 | 304 |
| 17 | I N V E S T . E M O B R A S D E E S C O T O | 616.119 | 100 | 790.930 | 128 | 939.440 | 152 | (3) 351.176 | 57 |
| 18 | D I F T R O S I N V E S T I M E N T O S | 5.301.820 | 100 | 5.474.957 | 104 | 7.063.907 | 87 | (3) 4.358.116 | 137 |
| 19 | E S T U D O S E P R O J E T O S | 4.041.196 | 100 | 9.905.007 | 245 | 5.442.822 | 135 | (3) 2.228.650 | 55 |
| 20 | V A R I A Ç Õ E S D E E S T O N I E | 5.960.507 | 100 | (~) 1.324.932 | - | 2.150.544 | 54 | (3) 4.087.696 | 103 |
| 21 | C A P I T A L S O C I A L | 150.000.000 | 100 | 150.000.000 | 120 | 270.000.000 | 147 | 220.000.000 | 147 |

C O D I G I O : A C - V a l o r e s a c u m u l a d o s

N . N - V a l o r e s n ã o a c u m u l a d o s

1 - P a r a o c á l c u l o d a p o p u l a ç ã o a t e n d i d a a d u b l i t a - s e 4,5 h a b i t a n t e s p o r d e m ó n i c o

2 - N o s u a l o s d e 1973 e s t á i n c l u i d o a c i d a d e d o R i o G r a n d e e C a s s i n o

3 - D a d o s f i n a n c i e i r o s s u j e i t o s e r t i f i c i a d o s p o r d a t a d e p u b l i c a ç ã o d o b a l a n c o d e 1973

4 - P r e v i s ã o p a r a d e c e m b r o d e 1973



Municipais contratos de concessão e exploração de serviços de abastecimento de água e execução de obras.

- FINANCEIRAS - RAMAIS DOMICILIARES: Prosseguindo na execução do Plano de Financiamento de Ramais Domiciliares, implantado em 1972, foi aplicada a importância de Cr\$ 1.285.000,00.

- RECURSOS RECEBIDOS: Cr\$ 25.660.227,06, distribuídos como segue:

| | |
|-----------------------------|--------------------|
| Banco Nacional de Habitação | Cr\$ 10.886.871,57 |
| Governo Estadual | Cr\$ 10.946.000,00 |
| Prefeituras | Cr\$ 1.086.458,67 |
| Financiamentos Externos | Cr\$ 2.740.896,82 |

- RECURSOS INVESTIDOS: Cr\$ 55.978.878,00, assim discriminados:

| | |
|--------------------------------|--------------------|
| Obras de Abastecimento de água | Cr\$ 49.040.926,00 |
| Obras de Esgoto | Cr\$ 351.178,00 |
| Estudos e Projetos | Cr\$ 2.228.658,00 |
| Diversos | Cr\$ 4.358.116,00 |

- RECURSOS CAPTADOS: Em consequência do Convênio existente entre Governo do Estado, BNH e CORSAN foram firmados 4 (quatro) novos contratos de financiamento para obras de abastecimento de água, no valor de Cr\$ 16.800.000,00.

- TÉCNICAS -

OBRAS: As principais obras executadas no decorrer do exercício de 1973, são representadas pelos seguintes dados numéricos:

51.865 metros de linhas adutoras
16.180 metros cúbicos de reservação
584.045 metros de rede de distribuição
2.763 metros de rede coletora de esgoto
53 poços perfurados

PROJETOS: Foram contratados e elaborados pela CORSAN inúmeros estudos e projetos com a finalidade de conhecer as necessidades do Estado em abastecimento de água, bem como possibilitar a implantação dos novos sistemas e a ampliação dos sistemas já em funcionamento.

- INDUSTRIALIS

- LOCALIDADES ABASTECIDAS: A CORSAN passou a administrar os serviços de abastecimento de água das cidades de CAMPO BOM, GUARANI DAS MISSÕES, NOVA ROMA, MOSTARDAS, CRUZEIRO DO SUL, TUPARENDI, RIO GRANDE e o distrito de CASSINO.

- NOVOS CONSUMIDORES: Passaram a contar com abastecimento público de água 145.939 habitantes.

- INCREMENTO DA PRODUÇÃO: Para atender a expansão de novos consumidores, a produção de água tratada aumentou, em relação a 1972, em 2.750.000 metros cúbicos, correspondendo ao acréscimo de 15%.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

10/8

- I - ÓRGÃO: COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS - (CEDRO) -
II - DIRETOR PRESIDENTE: Engenheiro NICOLAU JORGE ACHE NAQUIL
III - SEDE: Rua Uruguai, nº 54 - 17º andar - Porto Alegre -
IV - SÍNTSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Órgão executor da política da SDD, no que tange à elaboração de projetos e execução de obras e serviços públicos, a Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras não elabora programas de ação, eis que suas metas constituem projeção operacional das metas governamentais.

A CEDRO teve a sua constituição autorizada pela lei nº 6.524, de 30 de dezembro de 1972, ganhando personalidade em assembleia geral constitutiva de 18 de abril de 1973.

Os meses de maio a julho foram dedicados à implantação da estrutura técnica e administrativa, confiada a uma organização especializada, e a partir de então, paralelamente ao desenvolvimento do esquema organizacional, tiveram início as atividades sociais. Já foram assinados contrato padrão com 7 (sete) Secretarias de Estado, e em decorrência delas, aceitas 39 (trinta e nove) Autorizações de Serviço no total de Cr\$ 25.070.610,45 (vinte e cinco milhões, setenta mil, seiscentos e dez cruzeiros e quarenta e cinco centavos).

Fiel aos princípios que inspiraram a sua criação, qual seja a dinamização dos processos operacionais, a CEDRO tem confiado a firmas especializadas os projetos e obras aceitas do Estado. Assim procedendo, evita concorrer com a iniciativa privada, fortalece as empresas existentes e favorece o surgimento de novas, dando margem a um saudável processo competitivo que se reflete na redução dos custos.

Esta filosofia propicia grande flexibilidade de ação ensejando o atendimento, com reduzidas despesas administrativas, de uma variada gama de serviços. Convém acentuar que a CEDRO acompanha as obras da licitação à entrega final, reservando-se a coordenação, supervisão e fiscalização dos serviços ajustados, operada por profissionais do seu quadro ou contratados por tarefa.

COMPANHIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OBRAS - CEDRO -
SERVIÇOS E OBRAS CONTRATADAS NO ANO DE 1973 COM AS SECRETARIAS DE ESTADO

| | VALOR CONTRATADO Cr\$ | TOTAL Cr\$ |
|---|--------------------------|----------------------|
| 1. ESTUDOS E PROJETOS | | |
| Secretaria de Coordenação e Planejamento | 70.000,00 | |
| Secretaria de Educação e Cultura | 281.600,00 | |
| Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas | 808.080,00 | |
| Secretaria de Segurança Pública | <u>7.200,00</u> | 1.166.880,00 |
| 2. ADMINISTRAÇÃO E ASSESSORIA | | |
| Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas | <u>11.593.000,00</u> | 11.593.000,00 |
| 3. TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO | | |
| Secretaria de Coordenação e Planejamento | <u>3.050.000,00</u> | 3.050.000,00 |
| 4. CONSTRUÇÃO CIVIL | | |
| Secretaria de Coordenação e Planejamento | 96.000,00 | |
| Secretaria do Desenvolvimento Regional e Obras Públicas | 5.045.410,53 | |
| Secretaria do Interior e Justiça | 2.377.657,97 | |
| Secretaria da Saúde | 867.000,00 | |
| Secretaria de Segurança Pública | 720.000,00 | |
| Tribunal de Contas do Estado | <u>154.661,95</u> | 9.260.730,45 |
| TOTAL GERAL | | <u>25.070.610,45</u> |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Gabinete do Governador

secretaria da saúde



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA SAÚDE (SS)
- II - SECRETÁRIO: Doutor JAIR DE OLIVEIRA SOARES
- III - SEDE: AV. Borges de Medeiros, 308, 15º andar - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

ATIVIDADES PARA A SAÚDE DOS INDIVÍDUOS (ATIVIDADE-FIM)

Compreende as atividades de Assistência Médico-Sanitária em Geral e Materno-Infantil, de Controle da Tuberculose, da Hanseníase, das Doenças Venéreas, das Doenças passíveis de Redução por Agentes Imunizantes, das Doenças Mentais, das Cardiopatias, do Câncer Cinecológico e Atividades Relacionadas com o Ambiente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA EM GERAL E MATERNO-INFANTIL

Orientam-se as atividades para o estudo dos problemas de saúde do indivíduo e suas relações com o meio bio-psico-social e à execução de ações de ordem médico-sanitária que visem a diminuir a magnitude e transcendência de danos à saúde da comunidade através da promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos. Estão a cargo da rede, 281 Unidades Sanitárias, distribuídas em 15 Delegacias Regionais, destacando-se como atividades de maior significação:

- realização de 1.809.985 consultas médicas e 383.591 consultas odontológicas;
- aplicação de 3.051.949 doses de vacinas;
- fluorização das águas de abastecimento público, em convênio com a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN;
- elaboração e implantação de normas técnicas para as Unidades Sanitárias;
- ampliação, melhorias, adaptação e construção de Unidades Sanitárias e hospitais especializados;
- aquisição e instalação de 30 novos gabinetes odontológicos.

ASSISTÊNCIA MATERNO-INFANTIL

- distribuição à população necessitada de 500 toneladas de leite em pó;
- elaboração e implementação do Programa de Combate à Toxicose;
- elaboração de plano de atendimento hospitalar para combate à toxicose;
- atendimento à mãe e à criança pela rede de Unidades Sanitárias;

CONTROLE DA TUBERCULOSE

As atividades são orientadas para a prevenção e tratamento dos casos de tuberculose. Estão a cargo do Núcleo de Tuberculose, tendo sido efetuadas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Gabinete do Governador

11/2

- implantação do programa de controle da tuberculose em 55 municípios;
- realização de programa de vacinação BCG intradérmico em 72 municípios, tendo sido vacinados 260.000 escolares;
- realização de curso para Supervisores Regionais de Tuberculose com a colaboração da Escola de Saúde Pública e da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS);
- estudo da prevalência da tuberculose-infecção em escolares de 45 municípios;

CONTROLE DA HANSENIASE

Destinam-se as atividades à prevenção e tratamento dos casos de hanseníase. Estão a cargo do Núcleo de Profilaxia da Lepra, tendo sido realizadas:

- atendimento a 3.333 pacientes portadores de diversas formas clínicas da doença;
- realização de curso de atualização em Hansenologia, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Departamento de Dermatologia da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS) e palestras educativas em 13 DRS.

CONTROLE DAS DOENÇAS VENÉREAS

Destinam-se as atividades à profilaxia, diagnóstico e tratamento dos casos de doenças venéreas. Estão a cargo do Núcleo de Doenças Venéreas, registrando-se:

- realização de cursos, estágios, palestras para alunos da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Escola Superior de Educação Física do Instituto Porto Alegre (IPA) e Médicos da Secretaria da Saúde nas sedes das Delegacias Regionais de Saúde;
- realização de 45.522 consultas.

CONTROLE DAS DOENÇAS PASSÍVEIS DE REDUÇÃO POR AGENTES IMUNIZANTES

Destinam-se as atividades à prevenção da varíola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, sarampo, rubéola, febre tifóide, raiva e controle da meningite meningocócica. Estão a cargo da Unidade de Vigilância Epidemiológica tendo sido efetuadas:

- campanha de vacinação em massa contra a poliomielite e sarampo, atingindo todo o Estado do Rio Grande do Sul.
- investigação epidemiológica de casos suspeitos de varíola, de poliomielite e de meningite meningocócica;
- investigação epidemiológica, em caráter excepcional, de casos suspeitos de cólera, hepatite, peste, intoxicação alimentar e outras doenças transmissíveis;
- notificação semanal de varíola, poliomielite e meningite meningocócica através de 245 postos;
- realização de curso de formação de auxiliares de epidemiologia,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/3

em conjunto com a Escola de Saúde Pública, para servidores de 7 Delegacias Regionais de Saúde;

- planejamento das atividades de vacinação desenvolvidas pelo Projeto Rondon XIII em 4 Delegacias Regionais de Saúde;

CONTROLE DAS DOENÇAS MENTAIS

Destinam-se as atividades à promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no campo da saúde mental. Estão a cargo da Equipe de Saúde Mental e do Hospital Psiquiátrico São Pedro, entre outras atividades:

- elaboração de normas de atendimento aos pacientes e atribuições dos membros da equipe, com a colaboração da Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS);

- reorganização do Serviço de Arquivo Médico e Estatístico (SAME), do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP);

- cadastramento geral dos pacientes do HPSP;

- revisão clínico-social dos pacientes do HPSP;

- criação de Comissão Sócio-Jurídica, do Serviço de Psicologia e da Unidade de Tratamento Intensivo e Contínuo dos pacientes do HPSP;

- reorganização administrativa do HPSP;

- realização de cursos de Extensão médica na área de Psiquiatria e do 1º Encontro sobre Ambulatórios de Saúde Mental do Estado;

- ampliação do Centro de Recuperação Agrícola do Itapoã, para 120 pacientes;

- Melhorias, adaptações e construção de áreas físicas para atendimento hospitalar.

CONTROLE DAS CARDIOPATIAS

Destinam-se as atividades à prevenção e tratamento dos casos de doenças cardio-vasculares. Estão a cargo do Instituto de Cardiologia, tendo levado a efeito:

- realização de 21.542 atendimentos ambulatoriais e 291 cirurgias;

- aumento da capacidade de internação hospitalar para 66 leitos;

- ampliação da biblioteca, quartos dos médicos residentes, almoxarifado, prova de esforço (ergometria), anfiteatro;

- aquisição de 1 computador, para equipar a unidade de tratamento coronário;

- estudo de viabilidade de programa de prevenção da febre reumática, através da rede de Unidades Sanitárias da SS.

CONTROLE DO CÂNCER GINECOLÓGICO

Destinam-se as atividades ao estudo das características epidemiológicas e à progressiva promoção de meios para a prevenção do câncer ginecológico. Estão a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/4

cargo da Equipe de Prevenção do Câncer Ginecológico, cabendo mencionar:

- estruturação da Equipe de Câncer Ginecológico e elaboração de normas técnicas;
- instalação de ambulatórios nas principais cidades do interior do Estado;
- projeto de instalação de Centro de Patologia e Citologia no Hospital Santa Rita, em Porto Alegre;
- realização de cursos de capacitação profissional para técnicos, em convênios com o Ministério da Saúde e Fundação Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre.

ATIVIDADES RELACIONADAS COM O AMBIENTE

Destinam-se ao estudo de problemas decorrentes da interação dos meios biológicos e físicos e ao desenvolvimento de ações de promoção da saúde das comunidades através do controle do meio ambiente. Estão a cargo da Unidade de Saneamento Ambiental, destacando-se:

- visitas, inspeções, limpezas, profilaxia de focos, tratamento de focos, desinsetização, desratização em prédios, logradouros, depósitos de água, terrenos baldios, valas, arroios, embarcações e repartições públicas;
- controle da qualidade dos reservatórios de água das piscinas e de domicílios;
- controle da poluição do ar e da água das praias e indústrias.

ENGENHARIA SANITÁRIA

- elaboração de projetos de Unidades Sanitárias, do Laboratório Farmacêutico do Estado do Rio Grande do Sul (LAFERGS), de ampliação do Instituto de Pesquisas Biológicas e do Departamento de Perícia Médica, Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) e Hospital Colônia Itapoã;
- condução e fiscalização de obras do HPSP, Hospital Colônia Itapoã, LAFERGS e Pavilhão da Equipe de Transportes.

ATIVIDADES PARA DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA (ATIVIDADE-MEIO)

Compreende as atividades de Realização de Análises e Produção de Insumos, Produção de Drogas e Medicamentos, Educação para a Saúde, Capacitação de Pessoal, Atividades do Fundo Estadual de Saúde, de administração de pessoal, material e financeira e atividades de planejamento.

REALIZAÇÃO DE ANÁLISES E PRODUÇÃO DE INSUMOS

Destinam-se as atividades à realização de análises clínicas e bromatológicas, à produção de vacinas para uso humano e pesquisas no campo da saúde pública. Estão a cargo do Instituto de Pesquisas Biológicas, destacando-se:

- realização de 100.104 exames laboratoriais;
- produção de 12.228.918 doses de vacinas;
- remessa de 5.000.000 doses de vacinas antivariólica para Orga-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/5

nização Mundial da Saúde (OMS);

- remessa de vacina antirrábica para estados brasileiros, através de convênio com a Central de Medicamentos (CEME);
- realização do segundo estudo, visando a avaliar a eficácia de um derivado nitrofurâmico na fase crônica da Doença de Chagas;
- realização de inquéritos sorológicos em casos de rubéola;
- aparelhamento do setor de bacteriologia;
- instalação do Laboratório de Microbiologia Alimentar;
- instalação de Laboratório Especializado em Meningococos;
- ampliação do Laboratório de Controle da Poluição.

PRODUÇÃO DE DROGAS E MEDICAMENTOS

Destinam-se as atividades a suprir parcialmente a rede de Unidades Sanitárias, e Hospitais Especializados da S.S., de produtos farmacêuticos básicos. Estas atividades estão a cargo do LAFERGS, tendo sido realizadas:

- produção de 13 diferentes fórmulas de medicamentos, totalizando 62 toneladas;
- produção de 11 diferentes psicotrópicos;
- produção de 50 tipos diferentes de fórmulas de medicamentos;
- projeto de prédio do novo LAFERGS com 1.400 m² de área construída, incluindo Biotério e Laboratório de Controle da Qualidade;
- estudo de viabilidade de padronização dos produtos básicos.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Destinam-se as atividades a produzir mudanças de conduta com respeito à saúde em indivíduos, famílias e comunidades. Estão a cargo da Equipe de Educação para a Saúde, cabendo destacar:

- ampliação do convênio celebrado entre a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, com a finalidade de abranger atividades relacionadas com a saúde do escolar e programas de imunização;
- realização de programa de saúde nas escolas do Vale do Taquari, em convênio com Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Projeto Rondon (PRO) e Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC);
- constituição de Grupo de Trabalho para treinamento de pessoal em Educação para a Saúde, em convênio com UFRGS, SEC e Centro de Professores de Ciências do Estado do Rio Grande do Sul (CECIRGS);
- estudo e produção de material destinado a programas da Secretaria da Saúde;
- programação e realização do 1º Curso de Saúde Pública para Jornalistas, com a colaboração da Faculdade de Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRG) e Associação Riograndense de Imprensa (ARI).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

11/6

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Destinam-se as atividades a qualificar os recursos humanos que desempenham atividades na Secretaria da Saúde, bem como promover o aperfeiçoamento do sistema formador de recursos humanos, relacionados com atividades de saúde. Estão a cargo da Escola de Saúde Pública, registrando-se:

- realização de 3 cursos para profissionais de nível superior, 13 cursos para pessoal de nível médio e auxiliar, de 3 Encontros para profissionais de nível superior, de Seminário sobre Administração de Programas de Saúde para Assistentes Sociais, de estágios para profissionais de nível superior, alunos do Curso de Medicina e pessoal de nível médio e auxiliar da Secretaria da Saúde. Estes cursos, seminários, encontros e estágios contaram com 935 participantes e uma carga horária de 7.881;

- instalação da Escola de Saúde Pública em novo prédio com aproximadamente 1.200 m².

ATIVIDADES DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Através da Lei nº 6.575, de 5 de julho de 1973, foi o Poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Saúde-FES, destinado a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho relacionados com a saúde individual e coletiva e com o meio-ambiente, desenvolvidos ou coordenados pela Secretaria da Saúde. O Decreto nº 22.652, de 17 de setembro de 1973 regulamentou as atividades do Fundo Estadual de Saúde-FES.

Nesse período, o FES prestou seu apoio a programas de treinamento e especialização de pessoal; efetuou complementação salarial; financiou melhorias e adaptações de áreas físicas e aquisição de material permanente e equipamentos, bem como atendeu a situações de emergências.

ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO

Destinam-se as atividades a fixar as diretrizes operacionais, a estratégia e as normas que visem ao desenvolvimento da política de programação e execução das atividades institucionais e interinstitucionais do sistema de promoção, proteção e recuperação da saúde. Estão a cargo da Unidade de Planejamento, destacando-se dentre outras:

- elaboração, juntamente com a Unidade de Vigilância Epidemiológica, do Plano Estadual de Imunizações para 1974;
- estudo para integração das atividades de assistência médica do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e Secretaria da Saúde, conforme convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da administração



- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (SA)
- II - SECRETÁRIO: Bacharel DODMY ANTONÍO TARASCONI
- III - SEDE: Rua Riachuelo, 1031
- IV - ÓRGÃOS VINCULADOS:

- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RGS (IPERGS)
- CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RGS (PROCERGS)
- CIA. RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

V - SÍNTSE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

- COMPLEXO DE PESSOAL

Excluídos os trabalhos de rotina, as atividades do ano de 1973 foram baseadas no Projeto/73, sendo comprida, à risca, toda a programação ali consignada, com algumas exceções não significativas e, em sua maioria, motivadas por correções sugeridas pelos órgãos setoriais.

A área de seleção da Secretaria da Administração sofreu total reformulação no atual Governo, com o estabelecimento de um cronograma bem definido de provas de habilitação e concursos públicos, possibilitando uma perfeita previsão de trabalho com o emprego de processos de computação eletrônica na correção de provas e extensão dos concursos ao interior do Estado, regionalizando-se, assim, o processo.

A reformulação foi ampliada, atingindo-se as Bancas, o planejamento de provas, a colocação destas dentro dos mais modernos critérios de avaliação, procurando-se revitalizar um setor que, não obstante viesse funcionando bem na parte executiva, não havia se atualizado diante dos modernos conceitos de avaliação e recrutamento de pessoal.

Os trabalhos do novo Plano de Classificação de Cargos e a fixação ideal de cada Secretaria prosseguem de acordo com os planos traçados e aprovados pelo Senhor Governador do Estado. O estudo deverá conduzir à atualização dos cargos estaduais, qualitativa e quantitativamente, corrigindo várias distorções que vêm se acumulando desde o último Plano de Classificação. Deverá, outrossim, regularizar a situação do pessoal, especialmente a dos extranumerários.

Trabalho da mais alta importância, vinculado à instalação do futuro Centro Administrativo Estadual, o PROJETO GISP (GRUPO INTER-SECRETARIAL) representará a definitiva modernização nos procedimentos referentes à pessoal, com a utilização máxima da técnica de computação eletrônica, partindo-se para uma administração moderna e eficiente.

- COMPLEXO ADMINISTRATIVO

O Complexo Administrativo agrupa os órgãos compreendidos nas ati-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

12/2

vidades-meio da SA, através dos Sistemas de Serviços Gerais, Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria, integrando-o às Unidades de Administração, Finanças e Assessoramento Especial, tendo suas atividades decorrido de forma normal.

Proseguiu a edição de vários livros técnicos, todos com grande aceitação pública e privada.

- ASSESSORIA JURÍDICA

Desenvolvendo suas atividades de assessoramento jurídico ao titular da Pasta, a Unidade de Assessoria Jurídica emitiu durante o ano findo 54 consultas, 275 informações, 308 despachos, 72 diligências e 17 ofícios-informações em mandados de segurança e ações ordinárias.

- SUPERINTENDÊNCIA DOS TRANSPORTES DO ESTADO DO RGS (SUTERGS)

Durante o exercício, a SUTERGS estabeleceu definitivamente a padronização da cor dos veículos oficiais de serviço, e atendeu dentro de suas possibilidades a frota de viaturas do Estado e, ao fim do exercício, lançou um programa de economia de combustível, tendo em vista a elevação do preço do produto.

- DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

Durante o exercício de 1973, em 11 de setembro, o Departamento de Imprensa Oficial transformou-se em sociedade de economia mista, sob a denominação de COMPANHIA RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG).

ÓRGÃOS VINCULADOS À SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

- I - ÓRGÃO: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (IPERGS)
- II - PRESIDENTE: *Doutor MARCELO MOREIRA TOSTES*
- III - SEDE: Avenida Borges de Medeiros, 1945 - Porto Alegre
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Durante o ano de 1973, o IPERGS sedimentou os planos de Previdência Social propriamente ditos, pecúlios e pensões, além de desenvolver programas complementares. Enfase especial foi dada ao serviço de Assistência Médica, desenvolvido em todo o Estado, o que proporcionou a obtenção de resultados altamente satisfatórios. Em meados de 1973 foi alterada a Lei 5.255, de 30/7/66, regedora do IPERGS, no sentido de dar ao órgão uma maior flexibilidade, ampliando sua área de atuação e permitindo a elaboração de convênios com Prefeituras, para atendimento a funcionários municipais.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

12/3

O movimento global do IPERGS, no exercício de 1973, pode ser assim resumido:

| DISCRIMINAÇÃO | QUANTIDADE | VALOR EM CR\$ |
|-------------------------------|------------|---------------|
| Benefícios: | | |
| - Pecúlio Post Mortem | 1.132 | 2.582.880,31 |
| - Auxílio-Natalidade | 3.260 | 623.709,00 |
| Assistência Médico-Hospitalar | | |
| - Hospitalizações | 37.305 | 34.214.595,97 |
| - Consultas Médicas | 208.482 | 2.046.035,34 |
| Empréstimos | 9.702 | 21.263.899,48 |
| Financiamentos Assistenciais | 5.498 | 1.776.341,21 |
| Fianças | 1.082 | 859.496,65 |
| Pensões | 9.887 | 38.913.172,95 |

Entre outras realizações do IPERGS, no ano de 1973, salientam-se:

- Política Habitacional

Ingressou o IPERGS no chamado "Plano 'A'" do Banco Nacional de Habitação, intermediando junto a este, através da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB/RS), a construção em terreno próprio, ou a reforma e melhora, ou ainda a aquisição da casa ou apartamento próprio para seus associados.

- Pecúlio Facultativo

No final de 1973 foi lançado com pleno êxito o Pecúlio Facultativo que é uma complementação de seu Plano de Seguro Social.

- Unidade de Gastroenterologia

Foi criada a Unidade de Gastroenterologia montada com equipamentos os mais modernos, atualmente existentes na América Latina.

Atua esta Unidade como serviço acessório de grande alcance ao Plano Assistencial.

- Plano de Aposentadoria dos Deputados Estaduais

O IPERGS através de seu Departamento Técnico elaborou o Plano de Aposentadoria dos Deputados Estaduais que até então estavam à margem da Previdência Social, permitindo, ainda, com a alteração da sua Lei, o ingresso dos mesmos como associados do IPERGS.

I - ÓRGÃO: CIA. RIOGRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS (CORAG)

II - DIRETOR PRESIDENTE: MÁRIO MASSON NOGUEIRA

III - SEDE: Avenida Aparício Borges, 2199 e Andradas 963 - Porto Alegre

IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

A CORAG é responsável pela edição do DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DIÁRIO DA ASSEMBLEIA, DIÁRIO DA JUSTIÇA e DIÁRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, bem como pela execução de serviços gráficos em geral.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Gabinete do Governador

12/4

Com um capital autorizado de Cr\$ 20.000.000,00, e inicial de Cr\$ 14.702.799,00, em assembleia geral de 25.09.1973, foi aumentado o capital social em Cr\$ 3.000.000,00, elevando-se, assim, a Cr\$ 17.702.799,00.

A receita estimada dos últimos 4 meses de 1973, quando foi constituída a CORAG, era de Cr\$ 5.007.472,00, entrando para o disponível da empresa apenas Cr\$ 1.760.160,15, ou seja, 35,15% da previsão.

Para equipar o parque gráfico e satisfazer as necessidades de impressos para o poder público, estão sendo feitas aquisições de máquinas no valor aproximado de Cr\$ 2.300.000,00, representando apenas 13% do capital social da empresa.

Quanto às obras, a CORAG está efetuando a restauração do prédio, instalando moderna maquinaria e construindo o Refeitório.

A despesa mensal com pessoal atinge 29,7% da receita operacional e 48,81 da despesa operacional.

Nas metas da direção da empresa, incluem-se o treinamento de funcionários e uma escola para aperfeiçoamento. Salienta-se que, na medida em que forem entrando em funcionamento as novas unidades do parque gráfico, a Companhia terá condições de incrementar a produção com maior economia e rentabilidade.

I - ÓRGÃO: CIA. DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DO RGS (PROCERGS)

II - DIRETOR-PRESIDENTE: Economista PLÁVIO SENN

III - SEDE: Rua Caldas Júnior, 120 - 12º andar - Porto Alegre

IV - SÍNTESI DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

Com um capital de aproximadamente Cr\$ 17.000.000,00, em seu primeiro ano de funcionamento como sociedade de economia mista, apresentou uma receita operacional de 10 milhões de cruzeiros, encerrando suas atividades com um "superavit" da ordem de Cr\$ 4.000.000,00, além de ter contribuído para dinamizar os métodos de trabalho da administração estadual, utilizando a mais avançada tecnologia de tratamento de informações.

Os resultados alcançados mostram que a PROCERGS acha-se aparelhada para atender a demanda interna das Secretarias de Estado e demais órgãos do Governo, transformando-se em elemento propulsor de progresso nas técnicas de computação de dados.

Para 1974, a meta é alcançar uma taxa de crescimento de 25% por semestre em serviços prestados, além de implantar novos sistemas de entrada e saída de dados; aumentar o número de projetos de tratamento de informações dos setores de infra-estrutura e social do Estado; desenvolver técnicas de teleprocessamento, visando ao atendimento das necessidades do Estado, em especial as que serão criadas com a implantação do futuro Centro Administrativo Estadual; acelerar os programas de formação e aperfeiçoamento de técnicas de computação, visando a aumentar, quantitativa e qualitativamente, a oferta de mão-de-obra especializada; criar um grupo de trabalho para assessorar a Administração Estadual no planejamento e execução de aquisição de novos equipamentos e tratamento de informações, e, finalmente, criar e manter cursos periódicos de informações sobre o processamento de dados, para divulgar os conceitos básicos da matéria, a tecnologia e metodologia de trabalho usados pela PROCERGS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria
do interior e justiça



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

13/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA (SIJ)
- II - SECRETÁRIO: OTÁVIO GERMANY
- III - SEDE: Rua Caldas Júnior, 120 - 16º andar - Porto Alegre -
- IV - ÓRGÃO VINCulado:
CONSELHO PENITENCIÁRIO
- V - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

O ano de 1973 revelou-se um período de intensa atividade e produtividade para a Secretaria do Interior e Justiça, tanto no que diz respeito à política penitenciária em particular, atividade da pasta que de maneira mais notória atinge e sensibiliza a comunidade em geral, como também, nos demais campos de ação, que caracterizam e fazem parte do elenco de atribuições que lhe foram reservadas pela Administração Estadual.

Caracterizada como "Pasta Política" do Governo, pela peculiaridade da função de relacionamento do Executivo com os demais Poderes do Estado, Partidos Políticos e Corpo Consular, sua atividade foi especialmente fecunda em todos os campos de atuação que lhe são próprios.

Assim sendo, no campo do relacionamento com o Corpo Consular credenciado no Estado, a Secretaria do Interior e Justiça proporcionou, através de sua Assessoria de Promoção das Relações Consulares, um ativo programa, recepcionando e acompanhando 27 Delegações Estrangeiras oficiais ao Estado, das quais 10 foram presididas por Embaixadores, 4 por Cônsules, 3 constituídas por Missões Comerciais e 9 por outras personalidades diplomáticas, tais como diretores de entidades oficiais e particulares, conselheiros e addidos comerciais.

Além da organização desses programas oficiais, a Assessoria promoveu excursões do Corpo Consular a diversos municípios Gaúchos, ensejando aos representantes dos países amigos um melhor conhecimento das potencialidades econômicas e turísticas do nosso Estado.

No decorrer do ano, igualmente, celebrou a SIJ contratos e convênios com diversas entidades oficiais e particulares, com vistas a melhorar as condições de atendimento aos apenados, destacando-se, entre outros, o contrato de prestação de serviço com o Patronato "Lima Drumond", para execução de vigilância sobre liberados condicionais; convênio com o "Projeto Rondon", visando ao levantamento universal a realidade sócio-econômico-cultural-física dos apenados do Estado e de suas respectivas casas penais; contrato de prestação de serviço com a Faculdade de Serviço Social da PUC, a fim de que os acadêmicos daquela Faculdade façam estágio profissional nos estabelecimentos penais; acordo com a Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados - SPAAN - para o internamento de indigentes de ambos os性os, encaminhados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e contrato com a Santa Casa de Misericórdia, para assistência médica-hospitalar a apenados.

REGISTRO PÚBLICO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

A Junta Comercial do Rio Grande do Sul, com o encargo de executar o registro do comércio e atividades afins no âmbito territorial do Estado, desenvolveu, no ano findo, intensa e profícua atividade no afã de atender convenientemente aos que lá foram em busca dos seus serviços.

EMPRESAS REGISTRADAS

| | | |
|-------------------------------------|-------------|----------|
| Sociedades Anônimas | 158 | + 31.641 |
| Sociedades Limitadas e outras | 5.093 | + 20.511 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

13/2

No que tange a Capital Registrado no Estado, relativamente ao ano anterior observou-se:

| | | |
|----------------------------------|---------------------------|-----------|
| Porto Alegre | Cr\$ 306.017.538,82 | + 114.00% |
| Interior do Estado | Cr\$ 536.216.841,02 | + 111.00% |
| Sociedades Anônimas | Cr\$ 347.971.151,00 | + 389.00% |
| Sociedades Limitadas e outras .. | Cr\$ 376.731.209,88 | + 60.00% |
| Individuais | Cr\$ 117.532.018,96 | + 29.70% |

Examinando-se o quadro acima, chega-se a que o capital registrado no Rio Grande do Sul, computados Porto Alegre e Interior, aumentou em 1973 em Cr\$ 842.234.379,84 apenas em novas firmas, o que, comparativamente com 1972, refere um aumento de 112.00%, cifra que bem demonstra a projeção e pujança da economia estadual.

GUARDA DE DOCUMENTOS PÚBLICOS

Tendo em vista os estudos desenvolvidos em 1972 pela Secretaria do Interior e Justiça, no ano de 1973 o Arquivo Pública teve sua estrutura básica reformulada, preliminarmente através do Decreto 22.378, de 8.03.73, e, mais recentemente, com o Regimento Interno publicado no Diário Oficial de 13.12.73, adaptando aquele Órgão à Reforma Administrativa.

Considerando a intensa atividade desenvolvida, não só pelo volume apresentado, mas principalmente pela excelência dos serviços, o Arquivo readaptou a sua estrutura às necessidades que se faziam sentir há muitos anos, impondo-se perante a opinião dos usuários e público em geral.

POLÍTICA PENITENCIÁRIA

Proseguiu a Secretaria do Interior e Justiça, através da SUSEPE, a execução da política penitenciária do Estado, dentro da sistemática preconizada modernamente pela filosofia penalística, que enfatiza a recuperação do apenado, reeducando-o e trazendo-o de volta ao convívio da sociedade e da família, como elemento útil, capacitado a reassumir o seu papel de cidadão e de chefe de família.

Da mesma forma com que no ano anterior e sob a temática pré-estabelecida, deu-se seqüência à sensibilização da opinião pública através de diversas campanhas e promoções, tal como a já tradicional "Semana do Presidiário", cujo sucesso ficou assegurado, graças à maciça colaboração que a SIJ recebeu dos órgãos de divulgação do Estado.

Outrossim, evidenciando-se que a política adotada é a da reeducação e da recuperação daquele que delinquiou, e, levando-se em consideração que sem a devida e criteriosa formação de pessoal pouco se pode fazer, tratou a SIJ, através da sua Escola de Serviço Penitenciário, da formação e ampliação do seu quadro de servidores especializados, ressaltando-se, neste particular, que, no ano letivo de 1973, concluiu-se o VII Curso de Formação de Agente de Segurança Penitenciária, com 20° formandos, e deu-se ainda início a outro curso da mesma especialidade, que está sendo freqüentado por 36 alunos e cujo término está previsto para o início de 1974.

No que tange à construção e ampliação da rede penitenciária, registra-se a conclusão das seguintes obras: cobertura do Presídio de Gravataí; Pavilhão Téc-



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

13/3

nico-Administrativo do Instituto Psiquiátrico Forense; Presídio Municipal de Torres; Pavilhão Dormitório da Colônia Penal Agrícola; Prédio de Revista do Presídio Central; Câmara transformadora de energia elétrica da Penitenciária Feminina "Madre Pelletier"; Oficina do Presídio de Uruguaiana; conclusão das obras civis do Hospital Penitenciário do Presídio Central e ampliação do Presídio de Lajeado.

Constitui destaque, ainda na mesma área, o prosseguimento das obras nos seguintes presídios: Santiago; Frederico Westphalen; São Sepé; Rio Grande; Santa Maria; Santo Ângelo; Bagé e Cerro Largo; Pavilhões Celular e de Serviço da Colônia Penal Agrícola "Gen. Daltro Filho", bem como ampliação dos Presídios Municipais de Osório, Canelas, finalmente, cobertura do terraço do Presídio Central.

Menciona-se, por oportuno, o convênio firmado com o Ministério da Justiça, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 3.112, de 3.12.73, pelo qual aquele órgão Federal construirá em área a ser indicada pela SIJ, um estabelecimento penitenciário orçado em Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), e que será cedido por comodato para ser administrado pelo Estado do Rio Grande do Sul, o que virá minorar sensivelmente a deficiência que se verifica no setor, no que diz respeito a vagas.

No campo da educação proporcionada pelo sistema penitenciário, cumpre destacar a diversidade dos currículos ministrados nos estabelecimentos penitenciários: Nobral; Educação Integrada; Profissionalização: Artesanato e Supletivo de I e II Graus- todos com expressivo quadro de freqüência e aprovações, demonstrando, pelo interesse que desperta, constituir-se em fundamental fator de recuperação. Exemplificando com a Penitenciária Estadual do Jacuí e Presídio Central, registra-se que, para um total de 87 alunos inscritos nos Exames Supletivos de I e II Graus, houve um índice de aproveitamento de quase 60%, já que 46 alunos lograram aprovação nas respectivas provas.

Além disso, foram desenvolvidos e executados, em convênio com "Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra" (PIPMO) do Ministério da Educação e Cultura, Fundação Gaúcha do Trabalho (FGT) e Legião Brasileira de Assistência (LBA), 41 cursos, com um total de 644 alunos distribuídos pelas diferentes áreas de capacitação profissional, visando a atender setores de atividade profissional, onde estas especialidades encontram campo acessível e em contínuo desenvolvimento, para que os egressos das diversas casas penitenciárias possam dominar e fazer uso de instrumentos adequados, relativamente à profissão que abraçarem.

Com relação ao Instituto Penal de Mariante - o Presídio sem grandes, experiência pioneira no Brasil, pode-se afirmar que sua atividade já pode demonstrar, pelo tempo decorrido, desde sua implantação até o presente, que se trata de uma nova técnica de recuperação do apenado, cujo sucesso já está se fazendo presente, produzindo os resultados almejados.

ASSISTÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA AO MUNICÍPIO

No campo da assistência técnico-administrativa aos municípios, no ano de 1973, observou-se crescente e promissora atividade na COATAM, de tal sorte que seus serviços são cada vez mais solicitados pelas municipalidades, em que pese os ainda deficientes materiais e humanos recursos que possui em relação à demanda de seus préstimos. Em face, entretanto, do despreendimento dos seus técnicos e demais funcionários, foi possível atender a quase todas as solicitações, sendo que as que não o foram, se-los-ão neste exercício, quando do normal prosseguimento das atividades do Órgão.

Assim sendo, arrola-se sucintamente os principais trabalhos desenvolvidos e que se constituíram em: Assessoramento à Associação dos Municípios do Alto Taquari e às prefeituras respectivamente de: Tramandaí, Selbach, Camaquã, Victor Graeff,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

13/4

Cachoeira do Sul e Serafina Correa, bem como, aos municípios que desejam formar a Associação dos Municípios do Alto Jacuí e às municipalidades de Espumoso e Ibirubá para a elaboração de suas propostas orçamentárias.

Outro fato a destacar é o de que os próprios técnicos da COATAM desenvolveram e adequaram às necessidades das prefeituras gaúchas, os modelos utilizados para implantação de sistemas organizacionais, tais como de contabilidade, de quadros de pessoal, de reforma administrativa e de orçamentação, alguns dos quais já implantados nas prefeituras de Victor Graeff, Espumoso, Tapera, Ibirubá, Taquara, Itaqui, Osório, Tramandaí, Taquari, Ijuí, Augusto Pestana, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, Tupanciretâ, Santa Bárbara do Sul, São Nicolau, Colorado, Cachoeirinha e Gravataí. Em algumas das referidas comunas foram implantados mais de um sistema organizacional.

Os serviços postos à disposição das Municipalidades Gaúchas pela COATAM foram tão destacados que os seus técnicos foram convidados a atuar fora da fronteira do nosso Estado, eis que organizaram um Congresso de Contadores Municipais em Santa Catarina.

ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

- I - ÓRGÃO: CONSELHO PENITENCIÁRIO
- II - PRESIDENTE: Bacharel OCTÁVIO ABREU DA SILVA LIMA
- III - SEDE: Rua Siqueira de Campos, 1193 - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

O Conselho Penitenciário do Estado, Órgão vinculado à Secretaria do Interior e Justiça, tem como missão informar e opinar sobre pedidos de livramento condicional, indulto e comutação de penas daqueles que tenham sido sentenciados pela Justiça Estadual. Nestas circunstâncias, no desempenho de suas atribuições houve por bem o Conselho de realizar 52 Sessões Plenárias Ordinárias e 24 Extraordinárias no transcurso do ano pretérito, nas quais apreciou e pronunciou-se sobre 1.453 processos, a maior parte dos quais sobre livramento condicional.

Tendo em vista a assinatura do Decreto federal 73.288, de 11 de dezembro de 1973, concedendo indulto àqueles sentenciados que preencham determinadas condições e definidas pelo mesmo, registraram-se na Secretaria do Conselho a autuação de 122 pedidos de exame, até 31 de dezembro de 1973.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

secretaria da segurança pública



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/1

- I - ÓRGÃO: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA (SSP)
- II - SECRETÁRIO: Coronel NEY PINTO DE ALENCAR
- III - SEDU: Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar - Porto Alegre -
- IV - SÍNTESIS DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

A execução da política de segurança do Estado, durante o exercício de 1973, apresentou resultados bastante significativos.

No início do período, a SSP constituiu 6 comissões técnicas, com a participação de elementos altamente qualificados da organização, com vistas à elaboração de vários projetos relativos ao setor da Segurança Pública. A formação dessas equipes interdisciplinares visou, principalmente, a alcançar, de forma permanente, uma eficácia cada vez maior dos serviços de segurança e ao mesmo tempo, à formulação de um novo estilo de atuação, em nível mais elevado e dinâmico.

Os objetivos desenvolvidos nos respectivos projetos foram:

"DESTINAÇÃO LEGAL DA SSP"

Consolidar de forma clara toda a legislação diversificada e esparsa que existe a respeito;

"ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR"

Dotar a Administração Superior da SSP, de instrumentos mais efetivos de controle e supervisão;

"ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DA POLÍCIA CIVIL"

Fixar uma estrutura da Polícia Civil com maior possibilidade de atuação imediata e com meios mais eficientes à sua disposição;

"ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS DA BRIGADA MILITAR"

Procurando dotar este órgão, de instrumentos de ação que permitem melhor cumprir suas missões;

"REAVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS"

Formular um modelo de Quadro Único adequado às missões da SSP;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/2

"DOUTRINA DE AÇÃO POLICIAL"

Definir o grande quadro de referência das diversas atividades contidas na ação policial.

- I - ÓRGÃO: BRIGADA MILITAR DO ESTADO (BM)
- II - COMANDANTE: Coronel P.M. CLOVIS ANTÔNIO SOARES
- III - SEDE: Rua dos Andradas, 522. Porto Alegre
- IV - SÍNTISE DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

DENTRE AS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES À BM, PODEM SER CITADAS:

- Policiamento Florestal
- Policiamento extensivo normal, urbano e rural
- Policiamento de trânsito
- Policiamento ferroviário
- Policiamento rodoviário nas estradas estaduais
- Policiamento portuário
- Policiamento de radiopatrulha terrestre
- Policiamento de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado
- Serviço de prevenção e extinção de incêndios
- Outros, fixados em legislação pertinente

- PRINCIPAIS ATIVIDADES:

Em benefício do policiamento ostensivo fardado trabalharam:

- Na capital - 2.677 homens
- No interior - 7.557 homens

E, como encargo, no serviço de Prevenção e Extinção de Incêndios, a favor do qual assim se distribuem os homens:

- Na capital - 606 homens
- No interior - 571 homens

Entre as muitas operações desenvolvidas pela BM podemos destacar:

- Operação Golfinho
- Feira da Providência
- ACISO - 73
- Operação Arco-Iris
- Semana do Turismo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/3

- I - ÓRGÃO: SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS POLICIAIS
- II - SUPERINTENDENTE: Bacharel LEÔNIDAS DA SILVA REIS
- III - SEDE: Av. João Pessoa, 2050 - Porto Alegre -
- IV - SÍNTese DO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO ÓRGÃO:

- DAS ATRIBUIÇÕES:

- Assegurar as garantias individuais, a ordem e a tranquilidade pública, nos termos constitucionais;
- Prestar a mais ampla colaboração à justiça;
- Exercer as atribuições previstas pela legislação;
- Exercer outros encargos pertinentes ao melhor desempenho da ação policial.

- PRINCIPAIS ATIVIDADES:

Intensa e profícua foram as atividades da polícia civil, especialmente na área do policiamento repressivo.

A título de ilustração alinhamos alguns dados que nos parecem significativos:

| | |
|--|--------|
| - Inquéritos instaurados na Capital | 15.384 |
| - Inquéritos instaurados no Interior | 22.545 |
| - Pessoas identificadas no Instituto de Identificação | 60.833 |
| - Veículos registrados | 32.500 |
| - Motoristas habilitados | 42.904 |

- CONSELHOS E COORDENADORIAS

- I - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil (CEDEC)
- II - SEDE: Av. João Pessoa, 2050 - 3º andar - Porto Alegre -

O Governo Federal, por solicitação do Executivo gaúcho, após ter sido decretado estado de emergência para 71 municípios, destinou o auxílio de três milhõez e quinhentos mil cruzeiros (Cr\$3.500.000,00) através do Fundo Especial para Calamidade Pública (FUNCAP), a fim de ser empregado na reconstrução de pontes, pontilhões e estradas. Desta importância, Cr\$ 1.500.000,00 já foram liberados e distribuídos entre os municípios supramencionados; a liberação do restante, Cr\$ 2.000.000,00, está na dependência de aprovação, pelo Ministério do Interior, do Plano Global de Aplicação, já remetido àquele Ministério através da Coordenadoria Regional para Assuntos de Calamidade Pública.

No decorrer do ano de 1973 foram feitas várias solicitações de auxílios para reparar danos causados por chuvas e granizos, ou fortes ventos que sopraram sobre diversas áreas; entretanto, como em nenhum caso os eventos chegaram a caracterizar-se como Calamidade Pública, a CEDEC limitou-se a solicitar dos órgãos competentes ajuda em material e maquinaria, para atender aos solicitantes.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR

14/4

ÓRGÃOS C LEGIADOS

- I - ÓRGÃO: CONSELHO SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA.
II - SEDE: Av. João Pessoa, 2050, 3º andar - Porto Alegre

- COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO:

- Secretário de Segurança Pública - Presidente
- Chefe do Gabinete da SSP
- Directores do Departamento Central de Informações
- Superintendente dos Serviços Policiais
- Diretor do Departamento de Ordem Política e Social
- Director da Divisão de Planejamento e Coordenação
- Comandante Geral da Brigada Militar
- Chefe do Estado Maior da Brigada Militar
- Chefe da 2ª Seção do E.M.B.M.

- SÍNTESE DAS ATIVIDADES:

Efetivaram-se 6 reuniões ordinárias em que foram traçadas diretrizes para as operações conjuntas de ação policial, bem como orientações relativas a alguns problemas específicos.

- I - ÓRGÃO: CONSELHO SUPERIOR DE POLÍCIA
II - SEDE: Rua Riachuelo, 579 - Porto Alegre -

- COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO:

- Superintendente Policial - Presidente
- Corregedor Policial
- Representante dos Órgãos Técnicos
- Director Geral de Administração
- Bacharel de Direito estranho aos quadros da SSP
- Delegado de Polícia de 4ª classe, Bacharel em Direito
- Delegado de Polícia do 3ª ou 4ª classe, Bacharel em Direito
- Delegado de Polícia de 4ª classe
- Comissário de Polícia

- SÍNTESE DAS ATIVIDADES:

Foram efetivadas 42 sessões plenárias em que, da gama diversificada de soluções, destacam-se:



| | |
|---|-----|
| - Processos administrativos instaurados | 61 |
| - Punições | 72 |
| - Pareceres sobre estagiários | 528 |
| - Ressarcimento de danos | 24 |
| - Promoções por antiguidade | 47 |
| - Promoções p/merecimento | 53 |

I - ÓRGÃO: CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO

II - SEDE: Av. João Pessoa, 623 - Porto Alegre -

- COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO:

- Presidente
- Um oficial do exército
- Um representante do Departamento de Trânsito
- Um representante do Órgão Rodoviário Estadual
- Um representante dos Órgãos rodoviários dos Municípios
- Um representante do Órgão Máximo do Transporte Rodoviário de Carga
- Um representante do Órgão Máximo do Transporte Rodoviário de Passageiros.

- SÍNTESSE DAS ATIVIDADES:

Foram efetivadas 35 sessões ordinárias. Participou, através de representação, dos seguintes conclave:

- Primeiro Encontro Regional de Autoridades de Trânsito, levado a efeito entre 08/08 e 10/08/73 em Brasília.
- Simpósio Nacional do Trânsito, ocorrido entre 17 e 21 de setembro de 1973, em Brasília.
- Simpósio sobre Acidentes de Trânsito, realizado entre 24 e 29 de setembro de 1973, em Curitiba.
- Seminário sobre Medicina de Trânsito, ocorrido entre 19 e 22 de novembro de 1973, em Brasília.